UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Reitor: Fernando Costa

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Nádia Farage
Diretor Associado: Sidney Chalhoub

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH
Diretor: Alvaro Bianchi

Cadernos AEL

Conselho editorial
Ana Maria Camargo, Daniel Aarão Reis, Daniel James, Francisco Foot Hardman, Heloísa Liberalli Bellotto, John French, José Sérgio Leite Lopes, Liliana Segnini, Luiz Mott, Manuel Correia de Andrade, Marco Aurélio Garcia, Maria Célia Paoli, Michael McDonald Hall, Michael Löwy, Paulo Sérgio Pinheiro, Regina Morel, Ricardo Coltro Antunes, Rudolf De Jung

Comissão editorial
Angela Maria Carneiro Araújo, Claudio Henrique de Moraes Batalha, Elaine Marques Zanatta, Luzia Margareth Rago, Marcelo Ridenti, Rachel Meneguello, Sergio Salomé Silva, Sidney Chalhoub

Editora
Silvia Rosana Modena Martini

Organizadores
Alvaro Bianchi e Lucilene Reginaldo

Equipe editorial
Preparação dos originais: Silvia Rosana Modena Martini
Legendas: Silvia Rosana Modena Martini
Pesquisa de imagens: Marilza Aparecida da Silva e Marina Rebelo
Seleção de imagens do encarte fotográfico: Claudio Henrique de Moraes Batalha
Editoração eletrônica e tratamento de imagens: Marilza Aparecida da Silva
Projeto gráfico original: Maria Cimélia Garcia
Ficha catalográfica: Maria Conceição dos Santos - Bibliotecária CRB-8/2113
Ilustração da capa: Visita de Octavio Brandão à zona de petróleo em Maceió, Alagoas [1960]. (Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo, Fundo Octavio Brandão, foto n. 00529, pasta 21).

Realização: Arquivo Edgard Leuenroth

Publicação semestral/*Semestral publication*
Solicita-se permuta/*Exchange desired/Pédese canje/On demande échange*

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e foram revisados em conjunto com a equipe editorial e os organizadores.

Tiragem desta edição: 500 exemplares.

CADERNOS
90 ANOS DO PCB

AEL
30

90 ANOS DO PCB

v. 18, n. 30
Primeiro Semestre de 2011

CADERNOS AEL

90 ANOS DO PCB

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Arquivo Edgard Leuenroth

v. 18, n. 30
Primeiro Semestre de 2011

CADERNOS AEL
v. 18, n. 30
Primeiro Semestre de 2011
ISSN 1413-6597

Esta revista está indexada no *Ulrich's Internacional Periodicals Directory* e no *Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas* - CCN-IBICT.

Ficha catalográfica elaborada no AEL

329.981 Cadernos AEL: 90 anos do PCB. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.18, n.30, 2011

Semestral
265 p.
ISSN: 1413-6597

1. Partido Comunista do Brasil. 2. Comunismo. 3. Política. I. Arquivo Edgard Leuenroth. II.Título.

Endereço para correspondência/*Address for correspondence*
Arquivo Edgard Leuenroth
CADERNOS AEL
IFCH/AEL
Universidade Estadual de Campinas
Rua Cláudio Abramo, 377
13083-856 - CAMPINAS - SP - BRASIL
Fone: (19) 3521-1622 Fax: (19) 3521-7060

http://www.ifch.unicamp.br/ael

Cadernos AEL
90 ANOS DO PCB

ISSN 1413-6597

v. 18, n. 30 — Primeiro Semestre de 2011

Sumário

APRESENTAÇÃO
Lucilene Reginaldo e *Silvia Rosana Modena Martini* 7

DOSSIÊ

"Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo": trabalhadores e experiência comunista no interior de São Paulo (1946-1954)
Vagner José Moreira 13

"Moscouzinhos" no Brasil: a militância do PCB na pequena cidade
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro 47

Memórias da prisão política sob o regime de Vargas
Júlia Monnerat Barbosa, Marcelo Badaró Mattos e *Marisa Mello* 79

Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista *Seiva* (1938-1943)
Carlos Zacarias de Sena Júnior 113

ENCARTE FOTOGRÁFICO 143

ARTIGOS

O direito ao nome do pai: uma perspectiva histórica sobre os esforços do Estado para combater o estigma da filiação ilegítima
Sueann Caulfield 151

Como os não tão fracos prevalecem: a demanda no mercado de trabalho industrial e os contornos da militância na São Paulo de meados do século XX, Brasil
John D. French 205

como levantes de trabalhadores na luta por direitos e contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, e somente em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra. Convidamos o leitor a conferir esta experiência comunista no interior de São Paulo.

O tema tratado no artigo que abre o dossiê é retomado em "'Moscouzinhos' no Brasil: a militância do PCB na pequena cidade", de Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Entretanto, agora a atenção se volta para a experiência do PCB em Magé, no estado do Rio de Janeiro. Ribeiro propõe estudar o comunismo para além da cúpula pecebista, bem como o esforço do PCB, pós-II Guerra Mundial, para se posicionar no cenário político brasileiro. Por um lado, aponta o crescimento estrondoso do partido: o quarto maior do país em número de filiados no ano de 1946, contando com um número significativo de vereadores, deputados federais e senadores no exercício da função por todo o Brasil. Por outro, destaca o peso da ilegalidade, da clandestinidade e a luta pela visibilidade pública como elementos constituintes da história do partido. Esses dois momentos "aparecem" na memória dos "comunistas" de Magé como algo conflitivo: ao mesmo tempo em que associam o uso da palavra comunista a algo errado, ilegal, clandestino, por outro lado aceitam a alcunha, de bom grado, e expressam sentimento de orgulho por terem participado da luta por melhores condições de trabalho e vida.

Julia Monnerat Barbosa, Marcelo Badaró Mattos e Marisa Mello se debruçam em seu artigo — "Memórias da prisão política sob o regime Vargas" — sobre relatos de presos políticos e a experiência do cárcere no primeiro governo Vargas. Mostram que no contexto de forte repressão de Estado, marcada pela tortura, péssimas condições de higiene e alimentação, estar preso e sofrer as atribulações decorrentes da restrição à liberdade eram tarefas atinente à própria militância. A prisão seria um momento de formação política e fortalecimento das convicções comunistas, configurando parte da experiência e vivência de militantes que se engajaram no PCB via Aliança Nacional Libertadora (ANL). Por meio das memórias de militantes comunistas podemos constatar a diversidade dos registros memorialísticos, porém os autores focalizam os aspectos comuns às narrativas elaboradas por escritores não profissionais, confrontando-as com escritos

literários sobre o mesmo tema produzidos por Graciliano Ramos e Jorge Amado. O texto nos convida a pensar sobre o lugar e a permanência das práticas de tortura em regimes autoritários quanto nos autoproclamados democráticos.

Carlos Zacarias de Sena Júnior, no artigo intitulado "Ação Cultural, Antifascismo e União Nacional na Revista *Seiva* (1938-1943)", analisa a atuação da revista baiana enquanto instrumento de ação cultural e de luta política a serviço do antifascismo e da União Nacional no Brasil. Mostra que, em seus cinco anos de publicação, a revista foi adaptando-se aos acontecimentos nacionais e internacionais. Nos números iniciais (a primeira fase, segundo o autor), os artigos publicados pela revista não entravam diretamente no debate político, evitando confronto com o Estado Novo de Vargas em nome da União Nacional. Quando passou a defender a entrada do país na guerra, ao lado das potências aliadas, e dar publicidade aos movimentos de massas, que renasciam em meio à ditadura do Estado Novo, a *Seiva* teve suas portas cerradas pelo governo getulista. Para Sena Júnior, a publicação de uma entrevista do general Manoel Rabelo, presidente da Sociedade Amigos da América (SAA), criticando o governo por suas posturas fascistas, no último número da Seiva, demonstra que os comunistas brasileiros "descuidaram da vigilância".

A *Cadernos AEL* n. 30 publica ainda dois artigos: um de Sueann Caulfield, intitulado "O direito ao nome do pai: uma perspectiva histórica sobre os esforços do Estado para combater o estigma da filiação ilegítima no Brasil", e outro de John D. French que tem por título "Como os não tão fracos prevalecem: a demanda no mercado de trabalho industrial e os contornos da militância na São Paulo de meados do século XX, Brasil". Caulfield e French são colaboradores do AEL, participaram como palestrantes no Seminário Internacional Arquivo Edgard Leuenroth: História e Pesquisa, realizado em maio de 2010 por ocasião da comemoração dos 35 anos de existência do Arquivo. Na ocasião, publicamos uma edição comemorativa da *Cadernos AEL*: Trabalho e Política, reunindo alguns textos apresentados no Seminário. Os artigos de John French e Sueann Caufield publicados nesta edição foram selecionados naquela ocasião. A publicação nesta edição, que nos redime de uma dívida, justifica-

se pela apresentação ao leitor brasileiro de duas importantes contribuições para a história dos direitos sociais e do trabalho no Brasil. Vale ressaltar que tanto o texto de Caulfield como de French foram publicados, anteriormente, nas revistas *Law and History Review*, v. 30, n. 1, fev. 2012 e na *Hispanic American Historical Review* 90:1, 2010, respectivamente.

O artigo de autoria de Caulfield apresenta resultados de uma investigação sobre o projeto Paternidade Responsável, implementado pelos ministérios públicos e instituições estatais, a partir da década passada, em vários estados brasileiros. A autora frisa que, embora o objetivo primeiro dos programas seja livrar as crianças do estigma social de não serem reconhecidas pelo pai, protegendo, assim, seus direitos constitucionais à igualdade e à dignidade da pessoa humana, os programas analisados, especificamente o da Bahia e do Distrito Federal, podem levar involuntariamente a reforçar estereótipos relacionados aos papéis de gênero e paternidade, bem como o estigma social e a humilhação do nascimento ilegítimo. Conclui que medidas padronizadas, impostas pelo Estado a uma multiplicidade de situações familiares é resultado lógico, entre outros, do discurso legal e ideológico do programa, aliado à longa tradição brasileira do paternalismo de Estado.

French privilegia a história oral como fonte de investigação para compreender a liderança de Marcos Andreotti como organizador da militância comunista no ABC paulista, tendo como pano de fundo os processos sociais e históricos mais amplos. Ao traçar a gênese do sentimento de poder pessoal que serviu de base à militância de Andreotti, este artigo sugere que a inserção de um indivíduo no mercado de trabalho pode ter um impacto igualmente profundo nas relações de trabalho e na militância continuada, moldando de forma decisiva sua política de organização do chão de fábrica. O autor nos convida a pensar as continuidades inesperadas entre a era de Andreotti, anterior a 1964, e o mundo do "Novo Sindicalismo" do final dos anos 1970, iniciado no ABC sob a liderança do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva. Aponta ainda uma promissora linha de pesquisa: a liderança dos trabalhadores qualificados, o que inclui Lula, que foi formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), agência criada pelos empregadores na década de 1940.

Publicamos ainda nesta edição um encarte fotográfico inspirado no dossiê 90 anos do PCB, elaborado com imagens selecionadas por Marina Rebelo e Marilza da Silva, funcionárias do AEL, em vários fundos e coleções do AEL. A produção do encarte, sugerida e iniciada por Alvaro Bianchi, contou com a valiosa contribuição de Claudio Henrique de Moraes Batalha, professor do IFCH/UNICAMP, diretor acadêmico do AEL entre 1989 e 1993 e atualmente membro da Comissão Editorial da *Cadernos AEL*, para seleção final das imagens. Batalha ainda nos presenteou com fotos de uma das visitas de Prestes ao AEL, em 1987, e a chegada de Gregório Bezerra do exílio em 1979, imagens clicadas por ele e incorporadas ao acervo do AEL.

Por fim agradecemos a generosidade e paciência dos autores que respeitaram o tempo de elaboração desta revista. Agradecemos ainda ao Programa de Pós-Graduação em História/IFCH pelo apoio financeiro para a tradução do texto de French e à direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas pela impressão da revista.

Lucilene Reginaldo

Silvia Rosana Modena Martini

"Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo": trabalhadores e experiência comunista no interior de São Paulo (1946-1954)

"CHEGA DE FORMAR FAZENDAS PARA OS OUTROS, PARA DEPOIS RECEBER DESPEJO": TRABALHADORES E EXPERIÊNCIA COMUNISTA NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1946-1954)

RESUMO

A partir de narrativas de militantes comunistas em periódicos sobre o Levante Comunista de 1949, ocorrido em Fernandópolis, interior do Estado de São Paulo, discuto a disputa em torno da memória das experiências sociais de trabalhadores ao organizar movimentos sociais de luta pela terra e por direitos trabalhistas no campo. Desses materiais históricos emergem a avaliação política de militantes comunistas sobre as práticas partidárias no período de 1946 a 1954.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalhadores. Movimentos Sociais. Levante Comunista. Memória.

Vagner José Moreira[1]

"CHEGA DE FORMAR FAZENDAS PARA OS OUTROS, PARA DEPOIS RECEBER DESPEJO": TRABALHADORES E EXPERIÊNCIA COMUNISTA NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1946-1954)[2]

No presente, cotejar experiências sociais de trabalhadores em luta, mesmo constituindo as "causas perdidas", os "becos sem saída",[3] cujas memórias e histórias têm sido silenciadas, ocultadas, tem o sentido objetivo de manter a sua atualidade política, pois estamos disputando a memória sobre a história dos diversos movimentos sociais de trabalhadores no presente.[4]

Diante dessa circunstância, torna-se relevante a problematização da perspectiva e das imagens produzidas pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) sobre o movimento comumente conhecido como Levante Comunista de 1949 de Fernandópolis.[5] A pesquisa sobre a experiência social de

---

[1] Artigo parte de algumas considerações do terceiro capítulo da tese: MOREIRA, V. J. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra*: Fernandópolis-SP, 1946-1964. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

[2] Professor da graduação e do mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). <moreiravagner@terra.com.br>.

[3] THOMPSON, E. P. A árvore da liberdade. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997. p. 13.

[4] Cf. HOBSBAWM, E. O sentido do passado. In:_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.

[5] Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, instaurado na Justiça Pública do Estado de São Paulo, Comarca de Votuporanga. Cerca de 40 trabalhadores foram relacionados como réus no processo crime sobre o "levante comunista". O "levante comunista" ocorreu na noite de 23 para 24 de junho de 1949, em Fernandópolis, região Noroeste do Estado de São Paulo. O movimento social dos trabalhadores em luta pela terra e por direitos trabalhistas não está limitado apenas ao levante, mas ao conjunto de práticas sociais e lutas políticas no período de 1946 a 1964. Os objetivos do levante expresso no processo crime estavam assim definidos:

da sociedade, na determinação do que é ou não memorável ou preservável".[9] Nesse ambiente político e social marcado de lutas diversas de trabalhadores e de uma intrincada temporalidade de disputas de projetos políticos e de disputas ideológicas situadas na perspectiva da Guerra Fria, memórias foram narradas sobre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis e sobre o Levante Comunista de 1949.[10]

Às vésperas do movimento social de trabalhadores em Fernandópolis, que foi descrito como levante comunista, o periódico comunista *A Classe Operária*, em 14 de maio de 1949, em letras garrafais, estampa em suas páginas a seguinte manchete: Os Camponeses de Fernandópolis Em Luta Contra o Latifúndio,

---

[9] MACIEL, L. A. De "o povo não sabe ler" a uma história dos trabalhadores da palavra. In: ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). *Outras histórias*: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 277.

[10] As fontes utilizadas nesse artigo foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo do DEOPS, a saber: periódicos *Terra Livre*, *Hoje*, *Folha da Tarde*, *Correio Paulistano*, *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite*. No acervo do Arquivo Edgard Leuenroth — AEL/UNICAMP — os periódicos *A Classe Operária*, *Voz Operária*, *Terra Livre*, *Problemas* e *Fundamentos*; os periódicos locais foram pesquisados nas bibliotecas públicas dos municípios da região Noroeste do Estado São Paulo. Os inquéritos policiais foram pesquisados no arquivo da Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Os processos criminais que tive acesso foram requeridos nos Fóruns da Comarca de Fernandópolis e da Comarca de Votuporanga. Importa informar, portanto, a dificuldade para o acesso de processos criminais no Estado de São Paulo, uma vez que os arquivos dos fóruns paulistas foram deslocados para um arquivo privatizado, localizado na cidade de Jundiaí. Para ter acesso aos processos é necessário protocolar ofício ao Juízo de Direito da comarca originária do processo e "torcer" para que esses processos tenham sido identificados e cadastrados em função do deslocamento até o arquivo em Jundiaí, que, parece, era de responsabilidade dos cartórios originários. Caso contrário, a localização destes torna-se impossível e os mesmos se "perdem" no arquivo da *Recall do Brasil Ltda.*, empresa terceirizada que se exime de qualquer responsabilidade quando os processos não foram identificados e cadastrados, apenas realizando busca pelo sistema informatizado. Os processos estão lá, mas perdidos em meio à multidão de processos que povoa esse arquivo.

provavelmente motivados pelo Manifesto de Janeiro de 1948.[11] O periódico manteve a questão agrária e a luta dos trabalhadores rurais em pauta, com reportagens ou artigos de Carlos Marighella, Mauricio Grabois, Calil Chade, Jacob Gorender, Luiz Carlos Prestes, entre outros.

Embora a reportagem sobre os "camponeses" de Fernandópolis edificara as práticas de lutas dos trabalhadores, é possível identificar indícios da movimentação anterior ao movimento que ocorreria no mês seguinte:

> Fortalece o espírito de luta da massa camponesa em Fernandópolis, Estado de São Paulo. E na luta realizaram contra a exploração dos "tatuíras" os camponeses contam com o apoio, o estímulo de dois representantes de Prestes que elegeram a Câmara Municipal: os vereadores João Tomás de Aquino e Antônio Joaquim. Esses vereadores de Prestes levantam, incansavelmente, as reivindicações dos camponeses na Câmara, onde eles enfrentam a mais feroz resistência dos representantes dos latifundiários que lá constituem maioria. E assim mostram aos camponeses que só tem realmente caminho a luta organizada para tornarem realidade as suas reivindicações.
>
> Constroem uma estrada enfrentando os "Tatuíras"
>
> Numa das sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis, o vereador Antônio Joaquim pediu que fosse atendida a reivindicação do povo de Dolcinópolis,

[11] PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. *Problemas*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948. Beatriz Ana Loner, ao discutir as "lentes do PCB", afirma que, no final da década de 1940 e início da década de 1950, o PCB, politicamente, recebia orientação do Kominform, influências e contatos diretos com o PCUS (enfatizando as diversas disputas internas), influências da Revolução Chinesa – para isso, além de dialogar com Caio Prado Júnior, enfatiza a viagem de Marighella à China, além da influência da conjuntura nacional e das divisões internas do PCB. Cf. LONER, B. A. *O PCB e a linha do "Manifesto de Agosto"*: um estudo. 1985. 206 f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

povoado do município que desejava ligar-se diretamente à sede, por uma estrada mais curta, de 29 quilômetros apenas. Contra essa legítima [pretensão] dos moradores de Dolcinópolis, que se apoiava numa subscrição com mais de 400 assinaturas, levou-se raivosamente o pessedista Eufhy Jalles, que desejava que a estrada fizesse uma grande curva para atingir a localidade onde o vereador dutrista tem o centro de seus interesses [Jales]. Nos debates o representante dos latifundiários chegou a afirmar que os abaixo-assinados "não valiam nada". Sabedores desses debates os camponeses e o povo de Dolcinópolis dispuseram-se a fazer a estrada por conta própria, quisessem ou não a Câmara e o prefeito. E assim foi feito: — no dia seguinte, 176 homens se lançaram ao trabalho, rasgando a estrada, que é hoje uma pujante demonstração de que quando o povo luta, ele é a Câmara, é o Prefeito e é a Justiça.

A palavra dos camponeses

A custa de tantos sacrifícios sofridos nos anos anteriores, com [escorchante — termo presumível] contratos de arrendamento pelo prazo de um ano, que fazem o nosso camponês viver como cigano, de um lado para outro, cada mês de agosto que surge, os camponeses do município de Fernandópolis estão se libertando de uma vez da escravidão semi-feudal do latifúndio. O que eles dizem agora é que "no próximo agosto suas mudanças não estarão jogadas nas estradas, ou em cima de carros de bois, de fazenda para fazenda". E isso por quê? Porque, no município de Fernandópolis, os que se dizem donos das terras, quase que em geral, serão desmoralizados com os [sucessivos desmandos], os "grilos", de modo que ninguém chega a saber quem é o dono das terras. Em meio a essa confusão enorme, dos pretensos donos da terra — os camponeses julgam que elas serão melhor aproveitadas com o cultivo. E o cultivo só é feito pelos trabalhadores do campo. Daí a razão porque resolveram não abandonar as terras onde se acham, em muitos pontos do município. 'Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo', é o que afirmam.[12]

[12] CLASSE OPERÁRIA, [São Paulo], n. 174, 14 maio 1949, p. 10.

A autoria do texto da reportagem [não assinada] do periódico *A Classe Operária* é provável que seja de Calil Chade, o militante e repórter que sempre tratava das questões agrárias e da luta pela terra no interior do Estado de São Paulo, ou de Fernando Jacob, munido de informações do correspondente local do periódico *Notícias Hoje*.[13] Cotejando e relacionando a reportagem e as atas das sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis, é possível rastrear a atuação e o expediente de formular requerimentos e indicações dos comumente conhecidos na cidade como "vereadores de Prestes": Antônio Alves dos Santos e João Thomaz de Aquino. Em diversos documentos, como no processo criminal, Antônio Alves dos Santos, conhecido como Antônio Joaquim, foi identificado como organizador do levante comunista e que também participou na Coluna Prestes. Não foi verificada nenhuma evidência sobre a sua participação na Coluna Prestes, mas é um fato narrado por muitos. A associação de Antônio Alves a Prestes não é fortuita. Tem o sentido de substanciar

[13] Fernando Jacob como correspondente local do periódico *Notícias Hoje* sempre enviava textos e informações sobre a cidade. Em 1 de fevereiro de 1949 escreveu carta, assinada e identificada com papel timbrado de seu escritório de advocacia, ao Sr. José A. Carvalho, diretor responsável de *Notícias Hoje*, reclamando de algumas reportagens sobre Fernandópolis publicadas no periódico e solicitando a publicação da notícia sobre a construção da via de ligação de Dolcinópolis a Fernandópolis: "Por outro lado, não foi publicada ainda a reportagem daqui enviada sobre a construção, pelos camponeses [da] rodovia Dolcinópolis-Fernandópolis. Este movimento, o mais importante já efetuado por nós e merece [ser] divulgado. Reclamamos, portanto, a publicação". Mais adiante o diretor [em 9 fev. 1949] responde a Fernando Jacob que a reportagem sobre a estrada fora publicada no dia 3 de fevereiro de 1949. Ao tudo indica, o texto-reportagem publicado no periódico *Classe Operária* em 14 de maio de 1949, retomava diversas reportagens publicadas a respeito de Fernandópolis pelo periódico pecebista paulista *Notícias Hoje*. É, no mínimo, intrincado o fato de que todas essas correspondências documentam o prontuário da Delegacia de Polícia de Fernandópolis junto ao DOPS. No caso da carta de Fernando Jacob ao diretor do periódico *Notícias Hoje* constituía-se em documento original - certamente, uma evidência da prática do DOPS de interceptar as correspondências que consideram duvidosas e perigosas. (Prontuário 67.621, Delegacia Regional de Fernandópolis, pasta OS 532. DEOPS/SP, SAESP.)

politicamente o movimento e os sujeitos envolvidos, situando o processo no ambiente da Guerra Fria. Por diversas vezes, os "vereadores de Prestes" solicitaram visitas e atendimentos médicos para as povoações que não os possuíam, bem como a criação de escolas municipais e o aumento da quota de óleo comestível diante do racionamento. Apresentaram também denúncia contra a prática de "câmbio negro" a diversos produtos, por exemplo, o controle ou o "câmbio negro" das enxadas de marca Duas Caras e seu fornecimento aos trabalhadores a preço de tabelamento. A escassez de gêneros de primeira necessidade e práticas do racionamento após 1945 foi objeto de discussão de diversos historiadores. Vera Lucia Viera afirma:

> [...] com a falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como pão, o leite, o açúcar, o carvão e outros, de que se começa a ter notícias a partir de 1946 e que se estenderá por todo o período. As inúmeras comissões de abastecimento que o governo organiza para resolver a questão, atestam bem a gravidade do problema e a ineficiência governamental para resolvê-lo. Racionase o pão, tabela-se o macarrão, e desaparecem o óleo, o azeite e as gorduras; fazem-se filas para comprar o café e declara-se, inúmeras vezes, guerra a carestia através de tentativas infrutíferas de tabelamento de preços, que só resultam na instituicionalização do câmbio negro. [...] Assim é o surgimento do câmbio negro em virtude da escassez de gêneros alimentícios e a carestia de vida provocada pela situação de após guerra e da falta de organização das condições de atendimento às necessidades da população [...]. De 1946 a 1948, o problema da carestia invade o cotidiano desses trabalhadores. Os produtos básicos somem da frente do consumidor e este tem que se ver com enormes filas e a precariedade nas condições de abastecimento.[14]

---

[14] VIEIRA, 1989, p. 13, 88, 194. Ainda sobre o racionamento, ver: VARUSSA, R. J. *Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil*: (décadas de 1940 a 1960). São Paulo: LTr, 2012. p. 167; POMAR, P. E. R. *A democracia intolerante*: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 37-38; COSTA, H. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Página Aberta, 1995. p. 55.

Outra prática dos vereadores era a leitura de textos nas sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis, provavelmente publicações de periódicos comunistas. Outras vezes, elaboraram moções dirigidas ao Presidente da República contra os atos antidemocráticos do governo federal, as quais foram sempre rejeitadas. Em umas dessas moções, Euphy Jalles,[15] vereador e conhecido por ser truculento latifundiário, grileiro de terras na região e ferrenho opositor de Antônio Alves dos Santos, afirma textualmente que os "termos insultuosos em que a mesma foi redigida"[16] impossibilitava a aprovação da moção.

Entre os diversos problemas vividos, diante da questão agrária em Fernandópolis, as experiências dos arrendatários de terra parecem apresentar-se no principal foco de tensão e conflitos. Mesmo considerando que possa ter havido alguma elaboração política valorativa por parte do periódico pecebista, não deixa de ser significativa a afirmação de que "no próximo agosto suas mudanças não estarão jogadas nas estradas, ou em cima de carros de bois, de fazenda para fazenda". A assertiva evidencia a disposição para alguma forma de luta, que passava pela resistência aos "pretensos donos da terra". Os trabalhadores sem terra arrendatários estavam sempre sujeitos a não terem a terra para plantar no período de produção seguinte. Parte significativa dos "pretensos donos da terra" arrendava as glebas de matas ou de terras sem o devido preparo agrícola para os arrendatários por períodos variados. Alvino Silva, um dos indiciados no processo crime do Levante Comunista de junho de 1949, alguns meses antes foi preso por "incitar" os arrendatários de terra na região a não pagarem renda constitui-se como evidência desse processo:

> Devidamente escoltado, faço-vos apresentar Alvino Silva, chefe comunista em Guarany D'Oeste, deste município — o principal responsável pela agitação

---

[15] Sobre as práticas de grilagem de Eufhy Jalles, Cf. NARDOQUE, S. *Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP*. 2007. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

[16] LIVRO DE ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, 20 fev. 1948, p. 25.

> existente no meio rural daquela zona. Sua campanha é de aconselhar os arrenda, digo, arrendatários e meeiros a não pagarem rendas, pois esta é a ordem de Prestes. Tal campanha feita com insistência no meio dos trabalhadores rurais vem fazendo prever consequências funestas, pois os proprietários se mostram alarmados e procuram, diariamente, esta Delegacia, para as providências necessárias. O Promotor Público da Comarca ainda não ofereceu denúncia em processo feito de acordo com o Decreto que define crimes solicitadas a Procuradoria do Estado poderão trazer benefícios resultados, com a designação de promotor especial ou com orientação em circular dirigida a todos os promotores do Estado. Apresento a V. Ex.ª os meus protestos de admiração e estima. — Delegado de Polícia (a) Mario Ferraz Fahim.[17]

Os contratos, geralmente, poderiam ir de um a três anos, mas eram sempre rompidos pelos "pretensos donos da terra". Os "colonos" com contratos de assalariamento mensal ou de meeiros também sentiam seus direitos sendo desrespeitados a cada ano. O que nas mãos do redator do periódico foi caracterizado como "libertação da escravidão semi-feudal do latifúndio", para os trabalhadores tinham um sentido objetivo: "o cultivo só é feito pelos trabalhadores do campo. Daí a razão porque resolveram não abandonar as terras onde se acham, em muitos pontos do município. 'Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo'".[18]

É possível afirmar que as diversas frações da burguesia industrial e agrária acreditavam na verossimilhança da "revolução comunista", dado o ambiente de lutas no campo e na cidade desde 1945. A esse ambiente social e político vivido com muitas expectativas após a Segunda Guerra Mundial, em que os trabalhadores forjaram práticas de lutas diversas, revigorando

---

[17] Cf. Ofício ao DOPS/São Paulo. Interessado: Alvino Silva, de Fernandópolis. Assunto: agitação comunista na zona de Fernandópolis. Data da distribuição: 11 mar. 1949. Delegado de Polícia: Mario Ferraz Pahim. (Prontuário 91.037, Delegacia de Polícia de Fernandópolis, DEOPS/SP, SAESP.)

[18] CLASSE OPERÁRIA, [São Paulo], n. 174, 14 maio 1949, p. 10.

os sindicatos e fortalecendo o PCB, alguns historiadores assemelharam à conjuntura do final da década de 1970 e início da década de 1980, quando os trabalhadores como sujeitos históricos e conscientes do processo vivido elaboraram projetos diversos para as suas vidas, "quando novos personagens entraram em cena".[19]

Em 1949, o PCB se articulava e se movimentava pressionado pela cassação de seu registro e dos mandatos parlamentares (bem como de alguns membros do executivo), pela ilegalidade do partido e por conta do realinhamento de seu projeto político, com a "guinada à esquerda". Esta se deu com o posicionamento expresso no Manifesto de Janeiro de 1948, adotando como estratégias de luta a agitação — organização e mobilização dos trabalhadores —, a "campanha pela paz", deixando de lado, momentaneamente, a perspectiva política de "união nacional".[20] O "tenebroso plano comunista", conforme anunciava diversos órgãos de impressa,[21] que estava sendo divulgado, alinha-se nesse ambiente de múltiplas contradições no social e de ambiguidades no interior do partido.[22] É certo

---

[19] Cf. COSTA, 1995; SILVA, F. T. *A carga e a culpa*: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968. São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

[20] De acordo com Pedro Pomar, o "Manifesto de Janeiro de 1948 impulsionará, também, uma nova linha sindical, que reproduzirá, com sinais trocados, as tensões existentes entre as direções partidárias e as bases sindicais do partido no período de ordem-e-tranquilidade. Disposto a jogar 'a maioria da população contra o governo', o PCB estimulará greves a qualquer custo, bem como a criação de sindicatos paralelos. Se antes os sindicalistas comunistas lutavam para garantir a autonomia da classe frente ao colaboracionismo pregado pelo partido, agora teriam de resistir à orientação partidária de produzir greves mesmo à revelia da massa trabalhadora, e de fundar entidades sindicais alternativas fadadas, na maioria dos casos, ao fracasso", Cf. POMAR, P. E. R. *Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia*: o jornal *Hoje* (1945-1952). 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)-Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. p. 36-37.

[21] Ver nota 7.

[22] Cf. NEGRO, A. L. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. *História*, São Paulo, n. 21, p. 251-282, 2002.

que muitos sujeitos em Fernandópolis estavam próximos ou militavam no PCB e provavelmente vivenciaram esse ambiente ambíguo no interior do partido, em que a "revolução agrária" era a "palavra de ordem" — convém enfatizar que na cidade ocorreram divergências, pelo menos, entre Fernando Jacob e Antônio Joaquim — na apreensão dessa política do PCB.

Calil Chade, também conhecido como Oto Santos,[23] militante pecebista, que escrevia com frequência nos periódicos *A Classe Operária* e *Voz Operária*, produziu o seguinte relato sobre o movimento social dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949, o levante comunista, publicado com o título A Luta dos Camponeses de Fernandópolis, no periódico *A Voz Operária*:

> O sertão situado em torno de Fernandópolis, na Alta Araraquarense, tem sido, neste último ano, uma zona de sérias lutas dos camponeses contra a exploração do latifúndio e contra a política de Adhemar, que protege os interesses dos grileiros e grandes proprietários de terra. Em maio do ano passado [1948] a massa camponesa invadiu a cidade a fim de exigir a libertação dos seus produtos confiscados pelos latifundiários e pelas autoridades bem como para protestar contra os altos preços cobrados pelo arrendamento da terra. As autoridades, diante dos 940 camponeses, fugiram e deixaram a cidade nas mãos da massa revoltada. No princípio deste ano, por ocasião das eleições municipais, o terror e a violência policial do Sr. Adhemar desencadeou nessa zona, a fim de impedir que os camponeses elegessem livremente os seus representantes. Todo o terror fascista não intimidou a massa, que continuou lutar [ilegível] com mais energia pela conquista de suas reivindicações. Toda a região de Fernandópolis é tomada por vastos latifúndios

[23] Informação fornecida por Lyndolpho Silva em 2 abr. 1990, em entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa, no Instituto Cultural Roberto Morena, Cf. COSTA, L. F. de C. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. *Estudos. Sociedade e Agricultura*, Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 2, jul. 1994, p. 67-88. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dois/flavio2.htm>. Acesso em: 23 ago. 2008.

pertencentes aos frigoríficos estrangeiros e a uma dúzia de grileiros, como [ilegível], Jales, Ludgreen [ilegível], Garcia e outros. Nesses grilos, onde comumente há choques armados entre os capangas dos pretensos donos das terras, são explorados milhares de camponeses que pagam preços os mais absurdos pelo arrendamento. Há muitos anos que se desenvolve no meio da massa de arrendatários uma luta vigorosa pela redução do preço cobrado pela "renda" da terra. É o que os camponeses tem visto [é] aumentar esse preço, ao mesmo tempo que o governo Adhemar joga sua polícia para perseguir aqueles que lutam contra a fome e a exploração crescente. Neste ano a situação dos camponeses agravou-se mais. O custo de vida se tornou muito mais sério e a falta de assistência aos trabalhadores da terra chegou ao auge. O veneno para matar as pragas do algodão só era encontrado no cambio negro e [...] preço de 70 e 90 cruzeiros. A falta do veneno determinou que a maior parte da colheita do algodão fosse destruída pela lagarta e pelo [ilegível]. Além disso, na época da colheita os preços dos produtos, como algodão, milho, amendoim e arroz, sofreram grande baixa, prejudicando os interesses dos arrendatários em favor dos grandes compradores. É diante dessa situação e da necessidade urgente que os arrendatários têm de se libertar das explorações impostas pelos grileiros e tatuíras, que os camponeses se ergueram pela conquista de seu pedaço de terra próprio, livre do arrendamento. As suas luta anteriores lhes mostraram que isso só poderia ser conquistado através de uma luta mais enérgica, em que tinha que enfrentar a reação da polícia protetora [...] [Trecho ilegível de 4 linhas, aproximadamente, descrevendo o início do movimento]. Nessa ação eles contaram, naturalmente, com apoio de toda massa, como tão bem ficou demonstrado pela população camponesa de Populina que festejava o São João. A reação da polícia fascista de Adhemar não se fez esperar na defesa dos grileiros, contra a massa camponesa esfomeada e miseravelmente explorada. Procurando apresentar a luta dos camponeses como uma ação isolada dos comunistas, a polícia procura acobertar a sua ação de defesa exclusiva dos grileiros. A atitude do vereador de Prestes, Antônio Joaquim, à frente da massa, é a atitude justa que devem tomar os legítimos defensores dos interesses dos trabalhadores que o elegeram. O delegado fascista Louzada da Rocha, que é

> hoje o lacaio enviado para todas as ações terroristas contra os camponeses, atirando a polícia contra os trabalhadores que lutam contra a fome, silencia com relação a todos os conflitos armados entre capangas, que se sucedem no sertão paulista, seja nos grilos da Sorocabana, da Paulista, da Noroeste ou da Araraquarense. Isso caracteriza bem o que é o governo de Adhemar, que persegue os trabalhadores, explora o povo e acoberta os crimes dos grileiros Nabiene Tolosa, Moura Andrade, Pisa Sobrinho, Jales, Garcia e também outros. Mas a reação procura, agora, usar de uma nova tática. É a de silenciar e não fazer estardalhaço pela "imprensa sadia" como fez com a luta de Santo Anastácio. É que ela sabe quanto é grave a situação no campo e como cresce a combatividade dos camponeses que cada dia estão mais dispostos a lutar com energia contra a exploração e o terror. A própria imprensa dos latifundiários procura silenciar sobre um acontecimento tão importante porque pretende criar uma falsa ilusão de que tudo no campo vai indo muito bem [...].[24]

A narrativa de Calil Chade constitui-se em uma evidência desse processo social de construção histórica e social de memórias que se cindem por interesses de classe em luta. Sua narrativa foi produzida nesse ambiente de tensões, marcada por suas perspectivas políticas e "estruturas de sentimentos"[25], valorados e realmente vividos e sentidos.

Calil Chade era, confessadamente, militante comunista brasileiro nas décadas de 1940 e de 1950. Suas formulações teóricas e políticas — isto é, os referenciais dos quais partia para compreender o processo histórico e sua transformação — estavam revestidas de uma leitura de época, uma perspectiva histórica teleológica, partilhando de noções de que o campo brasileiro conservava resquícios feudais[26] e identificando a diversidade de

---

[24] VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 13 ago. 1949, p. 2.

[25] WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 134.

[26] O historiador Caio Prado Jr., militante do PCB e crítico dessas interpretações pecebista, argumenta que não é possível a "transposição de tal situação [feudalismo e o latifúndio feudal] e conjuntura para as condições do Brasil. As coisas se passaram historicamente entre nós, e por isso continuaram a se manifestar de maneira completamente distinta.

trabalhadores rurais à noção "camponeses", como fica evidenciado em sua intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em novembro de 1954. Todavia, é justamente isso que torna relevante a narrativa de Chade, pois expressa o "desejo revolucionário" e "sonho de outro mundo possível".[27] Historicamente, uma determinada elaboração a partir de relações sociais experimentadas e significadas. Chade, naquela ocasião, circunstancia da seguinte forma o campo brasileiro:

> 1- A imensa maioria dos camponeses no Brasil é constituída de camponeses sem terra. Para uma população economicamente ativa de 11 milhões e 500 mil pessoas no campo, existem apenas 2.100.000 propriedades agropecuárias. Os habitantes do campo, economicamente ativos, isto é, os assalariados agrícolas e camponeses que não possuem terra, são aproximadamente 10 milhões. 2- Os grandes proprietários de terra que dispõem de mais de 500 hectares monopolizam as terras no Brasil. Representando 3% do número total dos proprietários de terra e 0,7% da população ativa no campo, esse punhado de latifundiários domina atualmente 63% da área global das propriedades agropecuárias. 3- Cerca de 1.995.000

E por mais que se queira enquadrar o nosso caso na teoria inspirada em circunstâncias como aquelas que descrevemos [o feudalismo europeu] e que não encontram semelhança alguma, próxima ou remota, na formação e na realidade brasileira, não se consegue mais que uma grosseira caricatura que os fatos ocorrentes em nosso país se recusam terminantemente a reproduzir. [...] O conceito de latifúndio feudal ou semifeudal é inaplicável e inteiramente descabido no que respeita ao Brasil [...]." PRADO JÚNIOR, C . *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 60. Para uma discussão da questão agrária e projetos de reforma agrária em Caio Prado Junior, Cf. RANGEL, M. S. *Medo da morte e esperança de vida*: uma história das ligas camponesas. 2000. 372 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000; SILVA, L. R. O. *A crônica da reforma agrária em Caio Prado Júnior e nos textos pecebistas*. 2002. 189 f. Tese (Doutorado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

[27] PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

> proprietários, possuidores de áreas de terra inferiores a 500 hectares, são donos de 37% da área global das propriedades agropecuárias. Na sua grande maioria esses proprietários constituem a massa de camponeses pobres, médios e ricos, possuidores de terra própria. 4- Nas relações de produção do campo, subsistem, em toda parte e sob as mais diversas formas, restos feudais e escravistas: o trabalho gratuito e obrigatório, que é a subsistência da prestação pessoal de serviço; a "meia" e a "terça"; a negação dos mais elementares direitos civis e democráticos; o sistema das coações econômicas e extra-econômicas, por dívidas, etc. Mesmo naquelas economias onde maior tem sido a penetração capitalista, subsistem restos feudais e escravistas, utilizados pelos latifundiários e pelos camponeses ricos para arrancar maior renda da terra e maiores lucros. 5- Existe em nosso país imensas reservas de terras. São as chamadas terras devolutas. Essas terras correspondera a 3/4 da área geográfica do país. A área total das propriedades agropecuárias corresponde apenas a 23% da área geográfica do Brasil. A área cultivada não vai além de 10% da área total das propriedades, representando cerca de 2% da área geográfica.[28]

Calil Chade caracteriza a estrutura fundiária como concentrada nas mãos dos latifundiários e, em particular, os limites territoriais entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, é descrito pela forte imagem dual de "sertão" dominado por grileiros e seus capangas — uma realidade vivida naquela região do Estado de São Paulo, independente da perspectiva do autor. Antes de abordar o movimento, Chade procurou descrever o ambiente vivido pelos trabalhadores rurais, em particular, pelos arrendatários de terra, como sendo envolto de necessidades, antagonismos e expectativas, ao organizarem-se em movimento de luta por direitos e na luta pela terra.

---

[28] SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. *Problemas*, Rio de Janeiro, n. 64, dez.1954–fev. 1955. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/agraria.htm>. Acesso em: 18 out. 2008.

É significativa a informação de que a cidade já houvera sido ocupada pelos trabalhadores no ano anterior, evidência de que os conflitos em torno das relações de trabalho no campo e da luta pela terra foram anteriores a 1949. Evidência de um processo histórico complexo, que não principiava e muito menos encerrava em 1949.

As tensões vividas em torno da defesa de seus respectivos projetos na cidade já haviam levado os trabalhadores a vislumbrar a ocupação da cidade como uma possibilidade em 1947. A notícia foi vinculada no periódico *Hoje*, por mais que os redatores do jornal pecebista, naquele ano, buscassem desconversar a respeito por acreditarem na reversibilidade da legalidade do PCB e na política de "união nacional".[29] Noticia o periódico com a manchete Manobra Diabólica dos Reacionários de Fernandópolis Desmascarada pelo Secretário de Segurança:

> Fernandópolis. Os raposas reacionários do PSD deste município, logo que tiveram conhecimento pelo rádio, da notícia do fechamento do PCB, arquitetaram um plano diabólico a fim de provocar desordem nesta cidade e com ela talvez a desejada intervenção federal no Estado. Tudo isso é lógico, cumprindo ordens dos seus patrões, Morvan, Costa Neto, etc. Fizeram com que o delegado local se deixasse levar pelos seus boatos alarmistas. Assim sendo, disseram ao delegado que mais de 60 famílias de camponeses armados, estavam prontos para invadir a cidade em sinal de protesto pelo fechamento do PCB e que matariam todo mundo que encontrassem na mesma. O delegado, assustado com o falso boato, telegrafou ao Secretário da Segurança pedindo reforço de tropas ante o 'Assalto esperado'. Como era natural, o Coronel Flodoaldo Maia, que conhece muito bem a manha dessa gente, negou-se a enviar o reforço pedido, mandando que o delegado regional de Rio Preto, fosse

[29] Irineu Luís de Moraes relata que, diante da política partidária daquele momento, precisou se deslocar para cidade Miguelópolis com o objetivo de desmobilizar a militância, que acreditava que o seu papel era resistir à cassação do registro do PCB e do fechamento de sua sede, Cf. WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 96-99.

> verificar 'in loco' o que havia. Aqui chegando, encontrou, essa autoridade, tudo em ordem, reinando a mais completa calma em toda região.[30]

Para aqueles trabalhadores, a ocupação da cidade aparecia como uma forma de resolução de seus problemas; promover concentrações e manifestações de trabalhadores pelas ruas da cidade estava se constituindo em prática de luta. A invenção dessa prática parecia útil no enfrentamento das "formas de controle" e do exercício da exploração e dominação pela burguesia agrária e urbana de Fernandópolis. As experiências vividas e pensadas por esses trabalhadores levaram a formular práticas como essas e a compor seus repertórios de resistência, estabelecidos no contrateatro[31] encenado pelos trabalhadores nas diversas lutas diárias no espaço do campo ou da cidade.

Partindo de perspectivas semelhantes à de Chade, Carlos Marighella também enfatiza a ocupação da cidade ocorrida em 1948, em texto elaborado para a publicação na revista *Problemas*, em janeiro de 1949, com o título Nossa Política:

> Ao lado dessas greves tão ricas de experiências, verificamos por outro lado que as massas camponesas se lançaram à luta, enfrentando a reação dos senhores feudais e a polícia, sem atender aos apelos do padre, do advogado ou do coronel. Essas lutas dos camponeses se revestiram das mais variadas formas, desde os comícios contra o alto preço dos arrendamentos, até os desfiles e demonstrações em praça pública contra os latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, onde a cidade foi dominada pelos camponeses, e as autoridades fugiram.[32]

---

[30] HOJE, São Paulo, ano II, 17 maio 1947, p. 2 apud BARRIGUELLI, J. C. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, v. 2, 1981. p. 259.

[31] Cf. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizada por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 227-267.

[32] MARIGHELLA, C. Nossa política. *Problemas*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16, jan. 1949, p. 7.

Em uma direção similar, a narrativa de Mauricio Grabois, escrita em maio de 1949, também publicado na revista *Problemas*, relaciona esse movimento ao Manifesto de Janeiro de 1948:

> Demonstrações e comícios de camponeses contra o alto preço dos arrendamentos e por outras reivindicações [...]. Importante manifestação nesse sentido foi a que realizaram em Fernandópolis, Estado de São Paulo, cerca de 900 camponeses, desfilando pela cidade de armas na mão e pondo em fuga as autoridades locais. [...] Não orientamos suficientemente as massas camponesas em suas lutas e ainda vacilamos em dar-lhes perspectivas claras para enfrentar a reação dos latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, Estado de São Paulo, quando foi realizada uma demonstração de massa de cerca de 900 camponeses, convocados para uma ação prática contra os latifundiários e que foram dissolvidos por ordem de camaradas nossos, quando já o prefeito, o delegado e demais autoridades municipais tinham fugido.[33]

Torna-se relevante ressaltar que tanto Grabois quanto Marighella compunham os quadros da direção do PCB naquele momento. Movidos pela autocrítica e avaliação política do período anterior a cassação do registro do PCB e dos mandatos parlamentares, período anterior em que apostaram em uma política de conciliação de classe e de união nacional — na perspectiva de uma revolução democrático-burguesa. A autocrítica em tom de lamento de Mauricio Grabois dimensiona os significados que adquiriu para alguns quadros partidários aqueles movimentos de trabalhadores rurais e suas lutas. Ao desvelar um dos principais problemas vividos pelos trabalhadores arrendatários e sem terra da região de Fernandópolis, o número de 900 "camponeses" ou mais é significativo não pelo quantitativo que ele poderia expressar naquele momento, mas pela potência desses sujeitos ocupando a cidade, dando visibilidade ao problema da terra e as suas reivindicações.

---

[33] GRABOIS, M. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. *Problemas*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 20, ago.-set. 1949, p. 25.

A "oportunidade perdida", lamentada por Grabois, está muito próxima ao que Alessandro Portelli identificou em sua pesquisa junto a trabalhadores e militantes comunistas na Itália, um processo semelhante sobre questões colocadas em torno do "tema da oportunidade perdida" à medida que a política de "união nacional" e o "compromisso histórico" passaram a ocupar a agenda do Partido Comunista Italiano (PCI) após a Segunda Guerra Mundial, denominado pelo autor como "sonhos ucrônicos": "não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido"[34] se o partido tivesse se posicionado de maneira diferente e não tivesse desmobilizado os trabalhadores.[35] Parece que as críticas às versões externas e as autocríticas às posturas políticas partidárias direcionavam em perspectiva histórica a narrativa sobre os movimentos sociais no campo e na cidade como possibilidades, se determinadas práticas e atitudes tivessem sido diferentes.

Na intervenção no IV Congresso PCB em 1954, Chade formula uma crítica interna à política partidária "sectária" do período anterior e examina o movimento de 1949 em Fernandópolis, em que textualmente afirma que o partido se equivocou em substituir as "lutas da massa pela vanguarda. Um

---

[34] PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993, p. 49-51.

[35] Sobre esse processo histórico a historiadora Beatriz Ana Loner afirma: "A preocupação fundamental de Stalin em suas conversações com os aliados era dividir o mundo em esferas de influência de tal forma que ficassem resguardadas a segurança soviética e o controle do Leste Europeu, ao mesmo tempo que se evitasse conflitos entre as 2 grandes potências: URSS e EUA. A política de 'união nacional' desenvolvida pelos partidos comunistas, na Europa e outros continentes, servia a estes interesses. Isto trouxe como consequência, na Europa, a frustração da revolução na França e na Itália, seu esmagamento na Grécia e proporcionou a burguesia a folga necessária para reconstruir sua dominação, nestes e nos demais países. Encontrou ela nos comunistas, neste período, seus mais fiéis aliados, não só heróicos lutadores contra os nazistas, não só bons advogados em suas relações com as massas trabalhadoras, mas também excelentes ajudantes na reconstrução econômica, social e política dos diversos países nos moldes burgueses", Cf. LONER, 1985, p. 24.

exemplo típico dessa forma sectária de ação nós o temos na luta que ocorreu em Fernandópolis".[36]

No artigo publicado no periódico *Voz Operária*, Chade chama a atenção para a "imprensa sadia". De acordo com Chade, essa imprensa havia silenciado diante dos acontecimentos em Fernandópolis. Todavia, o movimento de 1949 foi tratado por essa "imprensa sadia", talvez não da forma e com o espaço que desejava Chade. Significativamente, os interesses do silêncio na imprensa são identificados: não dar visibilidade a um movimento que poderia tornar-se paradigma e estímulo para as lutas dos trabalhadores no interior do Estado de São Paulo.

As "notícias" vinculadas pela "imprensa sadia" foram consideráveis para o movimento descrito como circunscrito, por essa mesma imprensa, ocorrido em "apenas uma noite". Contudo, a imprensa de imediato teceu narrativa estabelecendo relações entre o movimento social e alguma trama conspiratória internacional de perspectiva comunista, que, nas palavras de Calil Chade, relatado "como uma ação isolada dos comunistas". As narrativas de Chade " na *Voz Operária*, em 1949, e no IV Congresso PCB, em 1954 " em nenhum momento caracterizaram o movimento de trabalhadores em 1949 em Fernandópolis de "revolução comunista" ou de "revolução agrária". Seus argumentos situam o movimento naquele ambiente de lutas dos trabalhadores rurais que, pressionados por circunstâncias diversas de exploração e desiludidos com o pagamento da "renda" ou com os "despejos", "ergueram pela conquista de seu pedaço de terra próprio, livre do arrendamento [...] através de uma luta mais enérgica". É muito provável que Calil Chade tenha cogitado que situar e relacionar àquelas lutas dos trabalhadores à órbita do PCB não constituía a forma mais adequada de defendê-los diante da repressão policial e política do DOPS. De forma perspicaz, Chade denuncia que "a história escrita pelas classes dominantes não registra e procura encobrir a verdade do que tem sido no Brasil a luta sangrenta dos camponeses pela conquista de terras ou pela defesa de suas terras". Essa sua fala, cinco anos depois do movimento de 1949, mapeia, acredito, a produção social da memória e os sentidos atribuídos pela "imprensa sadia".

---

[36] SANTOS, 1954-1955.

Paradoxalmente, o periódico *O Marmiteiro*: a voz das fábricas em defesa dos trabalhadores, na coluna Noticiário, no final da segunda página, se expressa da seguinte forma sobre as lutas dos trabalhadores rurais ocorridas em junho de 1949:

> Alta Araraquarense – Os camponeses do sertão da Alta Araraquarense não resistindo mais as miseráveis condições de vida, a que eram submetidos, resolveram tomar as terras. Assim, penetraram nas grandes fazendas, e nos 'grilos' ocupando terras e a estas horas devem estar marchando para os povoados onde irão buscar do que comer e vestir. Este é um exemplo a ser seguido pelos operários das cidades. Ficar parados e indiferentes é morrer míngua. Lutar por meio de greves e outros movimentos é conquistar os melhores dias para os nossos filhos.[37]

O editor do periódico *O Marmiteiro* termina o exemplar com a frase: Leia e Passe Adiante este Jornal. O periódico de duas colunas parece ser publicado em duas páginas e impresso em mimeógrafo. O exemplar número seis trata de vários temas, entre eles, o Congresso de Vereadores ocorrido em Ribeirão Preto, no período de 12 a 16 de junho de 1949. O periódico caracteriza o evento como um conluio dos integralistas e latifundiários para reformar — "rasgar" — a Constituição e retirar a liberdade de pensamento, de palavra e reunião, liberdade de associação, liberdade de imprensa, enfim, "legalizar a ditadura de Dutra", bem como para impor aos trabalhadores o trabalho de "estrela a estrela". Noticia também a militância dos "vereadores de Prestes" no Congresso das Municipalidades e denuncia a repressão e prisão a esses vereadores. A nota marginal no periódico enfatiza as lutas dos trabalhadores rurais, reivindicada como estratégia e exemplo para o operariado das cidades, defendendo ainda a "união" entre "camponeses e operários" para superar o imperialismo norte-americano.

Por outro lado, de forma intrincada, a nota evidencia que as diversas lutas sociais no campo estavam ocorrendo

---

[37] O MARMITEIRO: a voz das fábricas em defesa dos trabalhadores, [s. l.], n. 6, ano I, jun. 1949 apud POMAR, 2002, p. 180-181. O periódico foi apreendido pela polícia em Ribeirão Preto e havia sido distribuído no II Congresso das Municipalidades.

articuladamente e eram esperadas para aquele momento. O ambiente social vivido pelos trabalhadores rurais parecia propício para a ocupação de terras. Presumivelmente, premidos pelas circunstâncias políticas do momento e orientados pelo Manifesto de Janeiro de 1948, alguns militantes se deslocaram pelo interior do Estado de São Paulo para uma determinada "palavra de ordem do partido". Parecia ser essa a informação em Fernandópolis.

Não menos intrincado, em 1946 já circulava no interior do DOPS informações sobre um possível levante comunista na região de Fernandópolis:

> CONFORME determinações de V. S. procedi investigações em torno da situação política de Fernandópolis, apurando o seguinte: Em Fernandópolis grande parte da população é adepta ao Partido Comunista Brasileiro (sic). Apurei que, um mês atraz (sic), os principais elementos do Partido estiveram na Capital do Estado, afim de receberem ordens para tomarem parte num levante comunista, que devia ser geral no País, de onde voltaram aguardando novas oportunidades para o citado levante. Os cabeças do Partido tem o costume de promoverem bailes nas fazendas das imediações, sem o consentimento do Delegado de Polícia local, afim de transformarem os ditos bailes em reuniões políticas, tanto que, o Dr. Castelo Branco, Delegado local, mesmo sem ter o auxílio de praças da Força Armada, vai somente acompanhado do escrivão de polícia, afim de impedir tais irregularidades, correndo assim grande perigo, por ser ele odiado pelos comunistas. Suspeita-se na cidade, que o Partido está de posse de grande armamento de diversas qualidades. [...]. João Lino Jacinto, investigador.[38]

É impossível determinar se os trabalhadores estavam organizando um levante comunista em 1946. Como também é

---

[38] RELATÓRIO dos investigadores João Lino Jacinto e Francisco Aristodemos Decimo de Angelis, em diligência mediante OFÍCIO n. 6.383, de 27/06/1946; OFÍCIO da Delegacia Regional de Polícia de São José do Rio Preto, n. 1.070; OFÍCIO n. 261 da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, 22/7/1946. Cópia fielmente do original, assinada (Dinha Martins de Souza Campos) em São Paulo, 20 set. 1946. Raimundo Roberto de Paula.

impossível perscrutar como aqueles, que foram identificados como comunistas, pelo investigador João Lino Jacinto, narravam para si mesmos o processo histórico que estavam vivendo. A pesquisa sobre esse processo histórico em 1946 está limitada pelos arquivos do DOPS. Todavia, esses mesmos materiais históricos evidenciam que os trabalhadores em Fernandópolis não iniciaram suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como a luta pela terra, com o levante comunista no ano de 1949. E, tão pouco, essas lutas estavam reduzidas às pautas que emanavam do PCB e estavam limitadas a junho de 1949.[39]

É possível concluir que o processo de ocultação histórica de experiências sociais dos trabalhadores, em seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, tem sido utilizado na composição de um saber histórico dominante — hegemônico. A construção histórica e social de memórias sobre o movimento dos trabalhadores no ano de 1949 em Fernandópolis evidencia a disputa em torno da construção da memória do termo levante, na descrição e interpretação dos movimentos sociais. Naquele momento histórico, a noção foi apropriada pelos agentes do DOPS, pelos entes da Justiça e pela imprensa, sendo disseminada no social com o adjetivo comunista, reproduzido em publicação ufanista e laudatória.[40] Esse fato foi deliberado com o objetivo de criminalizar, policial e politicamente, os movimentos sociais de trabalhadores que ocorriam desde 1946 — pelo menos — na região de Fernandópolis.

Por outro lado, reminiscências sobre o movimento de 1949 relacionam as lutas dos trabalhadores daquele período às lutas pela terra promovidas e organizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra na contemporaneidade. Esse fato, relevante, constitui-se

---

Chefe do Arquivo Geral DOPS, p. 2. (Prontuário 69.800 - Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, SAESP.) O referido relatório documenta prontuários de diversos trabalhadores fichados no DOPS e citados e identificados pelo Serviço Secreto. (Prontuário 73.252 - José Antônio Figueiredo. DEOPS/SP, SAESP).

[39] Cf. MOREIRA, 2009.

[40] COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. *Fernandópolis*: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

em evidência de experiências vividas que não pode ser reduzido apenas a um "movimento comunista de revolução agrária" ou "levante comunista". Os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorreram naqueles tempos podem ser descritos e interpretados como levantes de trabalhadores na luta por direitos e contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra.

"ENOUGHT TO FORM FARMS, AND THEN RECEIVE EVICTION": WORKERS AND COMMUNIST EXPERIENCE THE INTERIOR OF SÃO PAULO (1946-1954)

ABSTRACT

From narratives of communist militants in journals about communist uprising of 1949, in Fernandópolis, São Paulo State, I argue the dispute around the memory of the workers' social experiences, when organizing diverse social movements of struggle for land and labor rights in the country. The political assessment of communist militants emerges of these historical materials on the practices in the period since 1946 to 1954.

KEYWORDS

Workers. Social movements. Communist uprising. Memory.

Trabalhadores rurais boias-frias. Varzelândia, 1980. Foto: Juca Martins/ Agência 4.
(Fundo Voz da Unidade, SIN, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 02390, p. 80).

"Moscouzinhos" no Brasil: a militância do PCB na pequena cidade

"MOSCOUZINHOS" NO BRASIL: A MILITÂNCIA DO PCB NA PEQUENA CIDADE

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação da militância comunista no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, entre 1940 e 1964, efervescência política que caracterizou a cidade como "moscouzinho". Acreditamos que por meio desse estudo de caso, ancorado a outras pesquisas semelhantes, possamos compreender de forma mais apurada como se deu a experiência do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas pequenas cidades brasileiras, para além das decisões de cúpula no seu Comitê Central.

PALAVRAS-CHAVE:

Comunismo. Partido Comunista do Brasil (PCB). Classe trabalhadora.

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro[1]

"MOSCOUZINHOS" NO BRASIL: A MILITÂNCIA DO PCB NA PEQUENA CIDADE[2]

> [...] No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam 'O Cinturão Vermelho' em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc...etc. É candidato na primeira delas o Dr. Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la [...]. O senhor presidente da república reconhece

---

[1] Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e mestre em História Social pela FFP/UERJ. Autor da dissertação: *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*, premiada com o terceiro lugar no Concurso de Monografias do APERJ (2011). É membro do Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais (LEMT) e desenvolve pesquisa para a Tese: *A foice, o martelo e outras ferramentas: os trabalhadores rurais e urbanos de Magé (1956-1970)*. <felipe_ffp@yahoo.com.br>

[2] Este trabalho apresenta parte das discussões contidas em minha dissertação de mestrado, somada à inspiração suscitada a partir das proposições de José Sergio Leite Lopes sobre "a grande indústria na pequena cidade". Cf. LOPES, J. S. L. Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da 'Crise do Brasil Arcaico'. In: _____ [Org.]. *Cultura & identidade operária*: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987. p. 147-170. Em tempo, dedico este trabalho à memória do médico comunista Irun Sant'Anna, falecido recentemente, em 30 de dezembro de 2012.

> a minha iniciativa [...]. Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com eles. Parece lícita uma boa escolha por partidos católicos. Urge pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja [...].[3]

Nestes termos que o Palácio do Catete buscou alertar o então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, sobre a mov))imentação dos comunistas para a primeira eleição municipal pós-Estado Novo, em 1947. O documento era confidencial e foi assinado por José Pereira Lima, então Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

De fato, desde meados da década de 1940, a militância comunista cresceu sobremaneira no país, bastante motivada pelas repercussões da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, o Partido Comunista do Brasil (PCB), que nas décadas anteriores encontrava-se "desarticulado, fragmentado, formado por núcleos esparsos, espalhados pela Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo",[4] com a maioria dos seus dirigentes presos, vinha agora buscando a reconquista de sua legalidade, redefinindo inclusive seu posicionamento frente ao novo quadro político.

Nesse período, os núcleos carioca e baiano, basicamente, constituíram a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), grupo encarregado da reestruturação do partido, que pregava o imediato apoio ao governo brasileiro e mantinha estreito contato com Luís Carlos Prestes, que ainda se encontrava preso.

Com o advento da CNOP, o PCB se reorganizou, conseguindo inclusive realizar, no ano de 1943, sua II Conferência

---

[3] Cf. Carta enviada por José Pereira Lima (Palácio do Catete), ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, em 26 de setembro de 1947. (Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Caixa 40/Série. Pasta Temática/Documento Confidencial) apud ROBAINA, I. M. M. 2009. 152f. *A favela entre a cruz e a espada: a criação da Fundação Leão XIII e o ordenamento sócio-habitacional carioca (1947-1962)*. Dissertação (Mestrado em História Social)-Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

[4] CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982. v. 2. p. 1. (Corpo e alma do Brasil).

Nacional, em plena clandestinidade. Conhecida como a Conferência da Mantiqueira, essa reunião contou com a presença de diversos delegados do partido, oriundos dos mais diversos estados do país, na qual se tornou vitoriosa a tese de União Nacional. Por fim, no processo democrático brasileiro pós-guerra, o PCB reconquistou a legalidade e alcançou resultados bastante significativos.

Durante o processo eleitoral que escolheu o Presidente da República e a Assembléia Constituinte, em 1945, o PCB cresceu de modo estrondoso. Nesta eleição, elegeu dezessete deputados federais e um senador. No Distrito Federal, alcançou a maioria na Câmara de Vereadores. Em São Paulo, nas eleições estaduais, obteve o terceiro lugar no total de votos, superando inclusive a União Democrática Nacional (UDN). Tendo seu número de simpatizantes e aderentes aumentado de forma considerável, o PCB já era considerado, em 1947, como o quarto maior partido do país, com cerca de duzentos mil militantes (nas estimativas mais otimistas).[5]

Entretanto, toda essa efervescência não foi obtida sem percalços, tendo os pecebistas que enfrentar uma severa realidade: o fortalecimento do anticomunismo, principalmente com o advento da Guerra Fria. O governo brasileiro passou a endossar as decisões da diplomacia norte-americana no período e as campanhas veiculadas pelo partido foram intensamente reprimidas. Por fim, em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) resolveu cancelar o registro do PCB. A partir daí, ocorreu uma longa batalha judicial acerca da possível cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido. Eles encontravam-se sem partido, embora com mandato legitimado pelas urnas. Outra questão era a eleição municipal que seria realizada em setembro, pois o PCB já despontava como um dos principais partidos do país e planejava ampliar seu espaço na política brasileira.

---

[5] O historiador e militante comunista Jacob Gorender destacou: "o PCB dizia ter 200 mil militantes naquela época. Não tenho comprovação de que isso seja verdadeiro, mas o fato é que talvez houvesse 200 mil fichas de filiados, que caíram nas mãos da polícia". Cf. GORENDER, J. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, A. *História e perspectivas da esquerda.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Argos, 2005. p. 169.

Desse modo, diante das incertezas, os comunistas passaram a investir em diversas frentes no intuito de manter o partido vivo. A principal delas, sem dúvida, foi a de estabelecer uma ferrenha batalha judicial para restabelecer a legalidade da legenda. Outra frente buscava meios legais para, caso se confirmasse o cancelamento de seu registro, ao menos os mandatos dos parlamentares comunistas fossem preservados. Um dos meios legais estudados foi a fundação de uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), cujo registro, posteriormente, não foi reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).[6]

Todavia, por ocasião da iminente eleição municipal, o clandestino PCB resolveu estabelecer entendimentos políticos com diversos partidos políticos, baseados em um programa mínimo de propostas, aspecto inclusive destacado na carta enviada ao Arcebispo do Rio de Janeiro, representante local de um dos principais ícones do anticomunismo: a Igreja Católica.

> [...] A partir da década de 30, a Igreja dedicou muita atenção ao combate ao comunismo [...] 'uma praga moderna', 'bárbaros modernos, armados de foice e martelo'. Pouco após a Encíclica de 1937 sobre o comunismo, elaborada por Pio XI, os bispos brasileiros emitiram uma carta pastoral advertindo contra o marxismo que iria destruir a moral cristã e acarretar penúria material. Documentos posteriores condenavam a luta de classes [...]. Na prática, essas atitudes se traduziam numa oposição eclesiástica às greves e a outras expressões do descontentamento popular [...]. A expansão do Partido Comunista após a segunda Guerra Mundial também estimulou a Igreja a repensar a sua missão. Os comunistas eram o quarto partido do país em 1946 e eram especialmente fortes no Rio de Janeiro. Dado o anticomunismo da Igreja, o sucesso do PC instigava muita preocupação. A expansão do comunismo era vista como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores

[6] CARONE, 1982, p. 6.

> tradicionais [...]. A ameaça comunista era uma das maiores preocupações dentro da Igreja.[7]

Ainda na seara do anticomunismo, alguns setores da imprensa também adquiriram notoriedade. O *Correio da Manhã*, por exemplo, um dos principais jornais brasileiros à época, chegou a exortar em seu editorial que era preciso "colocar uma barreira no caminho da epidemia do comunismo".[8]

Realmente, diversos movimentos anticomunistas surgiram no país entre 1945 e 1964.[9] No Estado do Rio de Janeiro, especificamente, merece destaque a Cruzada Brasileira Anticomunista. Tendo a frente o jornalista Joaquim Miguel Vieira Ferreira, o movimento buscava a impugnação de candidaturas daqueles que eram reconhecidamente comunistas, em diversas regiões do estado, ingressando sempre no Tribunal de Justiça com os respectivos processos. A atuação desse grupo era motivo de preocupação para o PCB fluminense, que através do seu periódico *Imprensa Popular* vivia em permanente campanha contra "Joaquim Metralha", como era conhecido o referido jornalista, afirmando que suas atividades eram golpistas mascaradas de anticomunismo.

Vale ressaltar que o próprio Estado brasileiro reforçou sua posição anticomunista no período, sobretudo por meio da polícia política. Sem dúvida, os militantes pecebistas tornaram-se o principal alvo dos agentes de Segurança Pública, como bem ilustra o documento da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro:

> [...] Senhor Comissário Geral, o desavergonhado e tarado Irun Sant'Anna, comunista de fibra, ultimamente, antes

---

[7] MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 49, 56 e passim.

[8] EDITORIAL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1946 apud KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro*: 1857 a 1967. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 381.

[9] Sobre anticomunismo, Cf. MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002; RODEGHERO, C. S. *O diabo é vermelho:* imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: EDIUPH, 1998.

> e após suas consultas médicas, vem fazendo suas sorrateiras reuniões comunistas no prédio sito à rua da Matriz, nº 21-fundos, onde reside o não menos detraquêt Sebastião Reis, fotógrafo naquela infeliz cidade, infeliz sim, pela grande quantidade de micróbios moscovitas lá estagnados, à espera da Lei de Segurança, o desinfetante ideal para tais germes.[10]

A cidade em questão era Magé, localizada ao fundo da Baía de Guanabara, na Baixada Fluminense. Ela não chegou a ser citada explicitamente naquela carta do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, porém o município constituiu-se como a materialização do chamado "Cinturão Vermelho", recebendo inclusive o cognome de "moscouzinho".[11]

Na realidade, o apelido não é nada original. Diversas regiões do mundo receberam cognomes similares. Entre elas: Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, por ter empossado o primeiro prefeito comunista no país, em 1947;[12] a cidade de Santos, no litoral paulista, pela forte militância em torno do PCB;[13] o bairro operário de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro;[14] a cidade de Racine, nos Estados Unidos da América (EUA), devido às greves

---

[10] Prontuário individual de Irun Sant'Anna. Parte de Serviço do Comissário Chefe da Seção de Ordem Social (SOS), Nabuco da Silveira Couto ao Comissário Geral da DOPS, Heráclito da Silva Araújo. Niterói, 10 de janeiro de 1949. p. 2. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/APERJ).

[11] O cognome "Moscouzinho" é bastante recorrente em matérias jornalísticas e em entrevistas de antigos operários de Magé. O médico Irun Sant'Anna, no entanto, referiu-se ao cognome mencionado numa alusão aos bairros operários de Pau Grande e Meio da Serra, enquanto que Santo Aleixo e Andorinhas seriam "Stalingrado", devido às expressivas votações do PCB nas eleições pós-Segunda Guerra. Cf. SANT'ANNA, I. *Brasil:* país sem futuro? Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997. p. 155.

[12] Foi publicado recentemente um livro de fotografias sobre a cidade que reforça este cognome. Cf. BARRETO, G. *Moscouzinho*. Recife: Tempo d'Imagem, 2012.

[13] TAVARES, R. R. *A "moscouzinha" brasileira:* cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954). São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2007.

[14] MANGABEIRA, W. Memories of "Little Moscow" (1943-64): study of a public housing experiment for industrial workers in Rio de Janeiro, Brazil. *Social History*, Londres, v. 17, n. 2, p. 271-287, 1992.

e mobilizações operárias; além de diversas comunidades industriais inglesas analisadas no estudo de Macintyre.[15]

A propósito, tem sido bastante debatida a relevância das "comunidades isoladas" na formação da classe trabalhadora. Pesquisas como a de Macintyre sugerem que elas são mais propensas à militância política. Mike Savage, porém, adverte que uma classe demograficamente coesa pode tanto pender à organização política quanto à inércia, tornando-se, por isso, fundamental examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas: "tempo e espaço não como pano de fundo da análise histórica, mas [...] como parte intrínseca do próprio processo [...]".[16]

Desse modo, o presente artigo pretende analisar a atuação da militância do PCB em Magé e a construção desta "Little Moscow", particularmente os seus reflexos junto à memória dos trabalhadores mageenses e à política no município.

Em geral, os estudos sobre o PCB partem da análise de documentos do Comitê Central, bem como de depoimentos de líderes do partido a nível nacional, os chamados "comunistas históricos". A historiadora Dulce Pandolfi, por exemplo, em seu destacado trabalho sobre história e memória do PCB, abordou em um de seus capítulos o que chamou de "cultura comunista" e suas características. Ainda que apontasse elementos bastante importantes acerca do tema, o estudo baseou-se, sobretudo, em depoimentos de "ícones comunistas" e em documentos do Comitê Central do partido.[17]

Ao estudarmos o comunismo em Magé, observamos variadas influências e práticas políticas desses militantes. Entre os que se tornaram vereadores na Câmara Municipal, encontramos comunistas oriundos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de grupos religiosos cristãos, bem como

---

[15] MACINTYRE, S. *Little Moscows:* communism and working-class militancy in inter-war Britain. London: Croom Helm, 1980.

[16] SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C. H. de M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (Org.). *Culturas de classe*: identidades e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 38, 44 e passim.

[17] Cf. PANDOLFI, D. C. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 35-49.

militantes fortemente identificados com o sindicalismo, na perspectiva da garantia dos direitos explicitados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No que tange à militância, especificamente, também havia comunistas ligados a instituições religiosas, entidades carnavalescas, além daqueles oriundos do anarquismo. Todas essas vicissitudes, contudo, não fazem deles "menos comunistas", apenas apontam para o fato de que o estudo sobre o tema exige avaliações para além da cúpula partidária pecebista.

Nos últimos anos, uma série de estudos tem destacado as discrepâncias entre a linha geral do partido e a prática da militância espalhada em diferentes pontos do país. Inclusive, alguns trabalhos recentes têm apontado nesse sentido.[18]

> Persiste, por parte da historiografia, uma certa imagem monolítica do PCB, como se a disciplina partidária transformasse a legenda em uma correia de transmissão em que as ordens partiam do topo e chegavam facilmente à base e os únicos 'desvios' nessa trajetória eram as dissidências consagradas na historiografia: trotskistas, prestistas, etc. No entanto, a documentação do dia-a-dia da militância atesta que, nem sempre, as bases — a despeito da disciplina partidária — acatavam as diretrizes que emanavam do Comitê Central. Ademais, no cotidiano da clandestinidade era difícil fazer com que uma diretriz fosse do Comitê Central às bases sem a intromissão policial [...]. [19]

---

[18] Cf. COSTA, H. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: _____; FONTES, P.; FORTES, A.; NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. da. *Na luta por direitos*: leituras recentes em história social do trabalho. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 87-116; NEGRO, A. L. *Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais:* a participação operária na política do pós-guerra. Assis: UNESP, 2002, v. 21. p. 251-282; QUERINO, R. A. 2006. 367f. Tese (Doutorado em Sociologia)-UNESP/Campus Araraquara, 2006; SANTANA, M. A. Trabalhadores e militância sindical: a relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). In: RAMALHO, J. R. (Org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro*: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; Ibid., *Homens partidos:* comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001; TAVARES, 2007.

[19] Ibid., p. 72.

Moscouzinho em Magé

Localizado ao fundo da Baía de Guanabara, na Baixada Fluminense, o município de Magé despontava, desde o início do Século XX, como um destacado pólo industrial têxtil do Estado do Rio de Janeiro. Na medida em que consolidava esse perfil econômico, a cidade passou a reunir diversos movimentos organizados que buscavam mobilizar os operários locais em prol de melhorias em suas condições de trabalho, sendo notória a influência comunista.

Em 1940, o Serviço Nacional de Malária (SNM) nomeou o Dr. Irun Sant'Anna para combater a doença no município. Filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) desde a juventude, o médico surpreendeu-se ao encontrar cinco fábricas de tecidos e um considerável contingente operário.[20] Desde então, passou a mesclar atividades médicas e políticas, tendo notabilizado-se tanto no combate à doença, quanto na mobilização de operários ligados ao PCB. No entanto, antes mesmo da chegada de Dr. Irun ao município, os comunistas já despontavam como protagonistas nas formas de organização e lutas da classe trabalhadora mageense, sobretudo a têxtil.

Remonta ao início do século XX, os primeiros registros de manifestações operárias que se tem notícia em Magé. Nessa trajetória, a chamada Greve do Pano, de 1918, foi motivada pela "Insurreição Anarquista", ocorrida na cidade do Rio de Janeiro; a Aliança Operária, que atuou nas décadas de 1920 e 1930, apesar da proeminência anarquista, passou paulatinamente a receber orientação comunista; e na própria fundação dos sindicatos locais, ainda que sob forte repressão do período do Estado Novo, os militantes comunistas participaram. Portanto, todos estes eventos passaram a ser considerados pelos trabalhadores mageenses como um "início de luta", marcando decisivamente a memória operária local e seu processo de acumulação política.

---

[20] Em 1940, o município de Magé mantinha cinco estabelecimentos têxteis em funcionamento: as fábricas Santo Aleixo, Andorinhas, Pau Grande, Mageense e Cometa, cada uma com cerca de 450 operários; sua população girava em torno de 23 mil habitantes, apud PEDROSO, J. *O Rio de Janeiro:* a cidade e o Estado. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 363.

O próprio Dr. Irun afirmou ter encontrado "vários comunistas não organizados" quando chegou a Magé, entre eles Germano Narciso, oriundo do movimento anarquista; José Pereira Leal Neto, comunista atuante na década de 1930; José Muniz de Mello, eleito vereador em 1947; a família Câmara e o operário Feliciano Costa em Pau Grande; além de José Rodrigues, José de Aquino Santana, Edna Nunes, entre outros:

> [...] Em Magé já havia vários comunistas não organizados [...]. Quando cheguei lá, eu encontrei o pessoal fazendo greve por melhoria das condições de trabalho e salariais. Na época, me passaram uma figura mitológica chamada Agenor Araújo, que eu nunca vi, não o conheci. Parecia que já estava morto, [e tinha] anterior a mim. Ele tinha tanto prestígio que diziam que ele batia na caixa do tear dele e a fábrica parava toda. E aí um perguntava: 'Por que, Agenor?'. [Ele respondia] 'Não! Vamos parar por causa disso, tá um absurdo...'. Depois que ele explicava. Tal prestígio dele era dessa maneira. Eu acho que não havia ainda sindicato, ou estava demasiadamente policiado. Era ele quem comandava as greves. Isso foi o que ficou pra mim na História".[21]

Além da figura marcante do tecelão Agenor Araújo, homenageado inclusive como patrono de uma das células do PCB em Magé no período de legalidade, outros operários também são lembrados de forma recorrente, alguns deles oriundos da Aliança Operária.

Nesse sentido, verificamos que durante a primeira metade da década de 1940 foi constituindo-se no município uma destacada geração de operários, bastante politizada e forjada a partir das reuniões clandestinas promovidas por Irun Sant'Anna. Como assistente do PCB em Magé, era ele quem transmitia a linha política do partido, quem esclarecia dúvidas teóricas e opinava sobre as tarefas momentâneas. Outrossim, nota-se que o médico comunista instigava ao máximo a participação dos operários, levando-os inclusive a cargos dentro do partido:

---

[21] Irun Sant'Anna: entrevista [abril 2006]. Entrevistador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Rio de Janeiro, 2006. (Acervo do pesquisador).

> [...] Das fileiras do Partido saíram inúmeros dirigentes sindicais e políticos operários. Parece-nos melhores do que seriam. Pelo menos não fizeram mais tarde o que fizeram de início. Por exemplo, um companheiro operário perguntou-nos nos primórdios da organização partidária o seguinte: Se o imperialismo existia, onde estava o imperador? E nós, pacientemente, tivemos que explicar que o imperialismo era a palavra que Lenine tinha ido buscar no economês para caracterizar aquela fase do capitalismo e que ela, a palavra, nada tinha a ver com a realeza imperial [...]. Na minha opinião, os camaradas ficaram mais educados e politicamente mais firmes".[22]

Em suma, destacamos a dimensão coletiva de determinadas biografias, aliada a importância de tradições históricas integrantes da memória social de um grupo específico, no caso os trabalhadores de Magé ligados ao PCB. Acreditamos que as experiências herdadas da Greve do Pano, da Aliança Operária e do próprio contexto da fundação dos sindicatos, passaram a constituir como bases para a avaliação e tomadas de posição frente às situações vivenciadas no presente. Nesse contexto, indubitavelmente, a postura tomada pelo PCB na articulação dos militantes mageenses tornou-se decisiva, sobretudo por não renegar essas experiências anteriores, mas legitimando-as como parte do processo de aprendizado desses trabalhadores. Inclusive, o partido se apresentava como herdeiro deste passado de lutas.[23]

Vale ressaltar que, para além dessas reuniões clandestinas, os comunistas mageenses organizaram uma série de campanhas e associações, visando a mobilização dos trabalhadores em torno do partido.

---

[22] SANT'ANNA, 1997, p.160.

[23] O jornal comunista *Tribuna Popular* publicava diversas reportagens sobre o movimento comunista em Magé. Destaca-se a valorização que o periódico atribuía às "lutas passadas" dos trabalhadores locais. Em 4 de julho de 1945, por exemplo, o jornal estampou a manchete Santo Aleixo é o 1° Distrito do Brasil a ter Inaugurada a Sede do P. Comunista, enfatizando que o local "tem uma grande tradição de luta patriótica e anti-facista", onde "o integralismo não conseguiu penetrar", p. 8. Numa das entrevistas publicadas, um operário mageense fez referência à Greve do Pano como "início de luta dos comunistas".

Inicialmente, no contexto da Segunda Guerra, as mobilizações desencadeadas pelo partido tinham como mote o patriotismo, promovendo campanhas pela luta contra o fascismo, pela declaração de guerra do Brasil contra o Eixo, pelo envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) aos campos da Europa e pelo apoio a este contingente brasileiro guerreando na Itália. Justamente por isso, conseguia reunir diversos mageenses em torno das mobilizações, inclusive aqueles alheios ao partido.

No meio operário, percebemos que uma das campanhas de maior adesão foi a do Abono de Natal. Lançando mão de um artifício que lembrava à época da Aliança Operária, os comunistas trataram de organizar comissões de operários, uma para cada fábrica de tecidos, que negociavam diretamente com os gerentes das empresas reivindicando um subsídio em dinheiro, além do salário convencional, para o período de festas natalinas. Essa campanha tornou-se bastante notória entre os trabalhadores mageenses:

> Nos anos 40, houve muita greve, surgindo inclusive um movimento dominante pelo Abono de Natal. Fazia-se muita greve nas proximidades do Natal para se conseguir o abono. Todo o ano aquilo se repetia e não se conseguia nada. Até que o Aarão Steinbruch se elege deputado federal, pega o Abono de Natal e chama de décimo terceiro, virou o décimo terceiro que está aí. Mas Magé, Santo Aleixo, principalmente, e Pau Grande, todo ano parava por causa do Abono de Natal, que já era uma reivindicação em Santo Aleixo há bastante tempo, desde os anos 40 [...].[24]
>
> Naquele tempo ninguém sonhava com o 13°, e o Sindicato resolveu pedir Abono de Natal; nós percorremos todas as fábricas, não ganhamos, mas já foi uma luta.[25]

Interessante observar como que a Campanha pelo Abono de Natal tornou-se recorrente nos depoimentos dos

---

[24] Irun Sant'Anna: entrevista [abril 2006]. Entrevistador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Rio de Janeiro, 2006. (Acervo do pesquisador).

[25] Paulo Lopes: entrevista [2005]. Entrevistadora: Juçara da Silva Barbosa de Mello. Magé, 2005. (Acervo da pesquisadora). (Grifo nosso).

antigos operários de Magé, sempre citada em um sentido de continuidade, como início de uma luta que só seria levada a termo com a aprovação da Lei da Gratificação de Natal, popularmente conhecida como Décimo Terceiro Salário, instituída em 1962, de autoria do então deputado federal Aarão Steinbruch, nome também sempre lembrado pelos operários. No caso do depoimento do ex-operário Paulo Lopes, percebe-se a valorização do Sindicato como porta-voz das conquistas, ainda que nesse período seus dirigentes não tenham participado das comissões.

A partir da experiência da campanha pelo Abono de Natal, os militantes intensificaram a criação de comissões de fábrica para tratar de diversos assuntos, o que garantiu, inclusive, uma frequente inserção dos comunistas nos sindicatos, ainda que de forma paulatina.

Já no contexto da Guerra Fria, o mundo vivia sob a iminência de um novo conflito de caráter mundial, que, em certos momentos, pareceu realmente ocorrer, sobretudo com a profusão de armas nucleares empreendida pelas superpotências, entre elas a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Não obstante, no final da década de 1940, militantes comunistas de diversos países, inclusive o Brasil, lançaram campanhas que definiam como seu propósito garantir a paz mundial. Em 1950, esse Movimento pela Paz intensificou-se com a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, lançada através do Apelo de Estocolmo, que consistia na coleta de milhões de assinaturas a serem enviadas à Organização das Nações Unidas (ONU) para proibir a utilização de armas atômicas por qualquer país, como também a destruição dos arsenais atômicos até então existentes.

Outra campanha de caráter nacional empreendida pelo PCB e que também repercutiu em Magé foi a Campanha pelo Petróleo, que lutou pela autonomia brasileira na exploração do combustível. Com o célebre bordão O Petróleo é Nosso, a campanha foi patrocinada pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, recebendo a adesão de diversos nacionalistas, incluindo os comunistas. Eles travaram um intenso debate contra aqueles que defendiam o ingresso de empresas estrangeiras na exploração do combustível no Brasil.

> [...] Nós não deixávamos morrer as lutas políticas! Então, desde 42, que nós lutamos politicamente contra o fascismo, pela força expedicionária, depois fizemos a

> comissão de ajuda à força expedicionária, e a de Magé foi uma das melhores... Depois fomos para o problema do Petróleo é Nosso! Fomos contra a bomba atômica, fizemos pela paz continuadamente... Cansamos de fazer comícios contra a bomba atômica. Esse comício, que iam me matando, foi um comício pela paz! Eu iria morrer pela paz! [risos].[26]

Na realidade, o PCB aproveitou bastante essas circunstâncias para encaminhar suas demandas e buscar meios legais na divulgação de suas propostas, assumindo-se por vezes como o grande articulador dessas campanhas. Os movimentos contra a bomba atômica, pela paz e pelo petróleo são um exemplo disso. Eles foram tratados como um mecanismo eficaz para que o PCB conseguisse reorganizar-se nos diferentes campos de atuação: local, regional, estadual e nacional. Salientamos que todas essas campanhas e mobilizações empreendidas pelos comunistas no país configuraram como uma base de reestruturação financeira do PCB, como também de manutenção do discurso do partido junto aos brasileiros.[27]

Dessa forma, os comunistas foram adquirindo, paulatinamente, um elevado nível de influência nas formas de organização e lutas da classe trabalhadora mageense, sobretudo a têxtil, assumindo um papel de liderança nos discursos em prol desses operários, marcadamente a partir do contexto democrático pós-Segunda Guerra Mundial, período em que o eleitorado brasileiro ampliou-se consideravelmente, tendo a classe trabalhadora despontado como um ator importante neste novo cenário político.

---

[26] Irun Sant'Anna: entrevista [abril 2006]. Entrevistador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Rio de Janeiro, 2006. (Acervo do pesquisador). Este comício do qual se refere o médico foi realizado no dia 27 de março de 1949, em Santo Aleixo. Na ocasião, um soldado da polícia tentou agredir Dr. Irun com uma coronhada de fuzil. Ao defendê-lo, o tecelão Euzébio de Souza acabou fraturando o antebraço. Por fim, o médico, o operário e o ex-vereador Agenor dos Santos foram presos e conduzidos à DOPS, em Niterói, pelos investigadores. No registro da ocorrência, porém, eles foram acusados de agressão aos policiais, não sendo relatada a fratura do operário.

[27] QUERINO, 2006, p. 114.

A estratégia inicial dos comunistas mageenses, assim que o partido voltou à legalidade, em 1945, foi eleger seus primeiros representantes nas eleições federais e estaduais. Enquanto isso, nos sindicatos de Santo Aleixo e Pau Grande, o embate por espaço político com os primeiros dirigentes progredia com dificuldades, já que a legislação trabalhista permitia, em última instância, o controle do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais por meio dos interventores.

Mesmo com a cassação da legenda, em maio de 1947, os militantes mantiveram o "partido vivo" reorganizando-o na clandestinidade e voltando a mobilizar os trabalhadores mageenses para a eleição de candidatos comunistas. Dessa forma, o PCB passou a utilizar diversas "legendas emprestadas", como forma de "legalizar" a atuação dos comunistas.

Na primeira eleição municipal pós-Estado Novo, em 1947, foi possível ter uma noção do capital político dos comunistas em Magé. Apesar da cassação do PCB poucos meses antes do pleito, os comunistas abrigaram-se na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e elegeram todos os representantes desse partido na Câmara de Vereadores, além do suplente, ou seja, todos os representantes do PTB eram comunistas e oriundos do antigo PCB, formando a segunda maior bancada no município, atrás apenas do Partido Social Democrático (PSD). Entretanto, esses vereadores comunistas sofreram um conturbado processo de cassação, sob a alegação de "professar o credo vermelho", e perderam seus mandatos no ano seguinte.

Apesar disso e da forte repressão empreendida pela polícia política aos militantes do PCB, a legenda manteve uma intensa atuação no município, reorganizando-se na clandestinidade e mobilizando permanentemente os trabalhadores mageenses em torno de suas propostas. Durante a década de 1950, os comunistas conquistaram a direção dos sindicatos locais e, de 1947 até 1964, conseguiram eleger diversos vereadores na Câmara de Magé, através da legenda de outros partidos, em todos os pleitos municipais. Ao todo, foi contabilizado um total de onze vereadores comunistas empossados no período, em sua grande maioria de operários têxteis.[28]

---

[28] Em 1947, foram eleitos o médico Irun Sant'Anna, o comerciante e ex-operário têxtil José Muniz de Melo (licenciado durante o mandato), os

contida em seu discurso, reconhecido por um numeroso e poderoso grupo de operários, que via nele expresso seus interesses:

> [...] Para garantirem esta mobilização duradoira, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários [...].[31]

Assim, destacamos que a estratégia que permeou o PCB mageense durante as décadas de 1940 e 1960 foi a de mobilizar os trabalhadores locais em duas frentes bem definidas: na busca por maior capital político nos sindicatos, por meio das comissões de fábrica (sustentáculo de seu crescimento político), com o objetivo de alcançar a direção dessas entidades; e elegendo comunistas em cargos legislativos, operários principalmente, "transformando a luta eleitoral em uma verdadeira batalha de classes".[32]

Para melhor entender essa concorrência pelo poder, Bourdieu trabalhou com o conceito de "capital político", onde a força das idéias propostas nesse campo mede-se, sobretudo, pela capacidade de mobilização que elas encerram e pela força do grupo que as reconhece, onde o papel do homem político, do porta-voz, do agente mobilizador do grupo constitui-se como um fator importante:

---

[31] BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 174.

[32] COMITÊ CENTRAL DO PCB. *La correspondência sud-americana*, n. 21, de 20 de novembro de 1929, apud CARONE, 1982, p. 83. Apesar de anterior ao eixo cronológico por nós estudado, a citação torna-se pertinente na medida em que realça uma proposta posteriormente bastante difundida pelo PCB. O período pós-Segunda Guerra Mundial, tornou-se bastante favorável aos comunistas, que assumiram o desafio de consolidar e ampliar suas bases eleitorais, sem perder sua identidade. O próprio Prestes já declarava, num discurso em 1945, que o PCB deveria "inteligentemente utilizar o sufrágio universal e o parlamento burguês". Cf. PANDOLFI, 1995, p. 144.

> [...] O homem político deve a sua autoridade específica no campo político, [...] à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas [...].[33]

Portanto, percebemos um significativo protagonismo do operariado na política mageense, forjado justamente por meio desses mecanismos de representação fomentados pelo PCB. Das comissões de fábrica, passeatas e comícios, surgiram trabalhadores porta-vozes de seus pares, que por uma relação profícua de identificação tornaram-se homens políticos, portadores das esperanças de muitos operários têxteis.

Conclusão

Verificamos que desde a primeira metade da década de 1940 foi se constituindo no município de Magé uma geração de operários bastante politizada e forjada a partir das reuniões clandestinas do PCB. E a força dessa geração deixou marcas significativas na memória do movimento operário mageense: "As pessoas diziam que Santo Aleixo era moscouzinho", lembrou a ex-operária e militante do PCB Lúcia de Souza.[34] "O pessoal aqui era chamado Moscou de Magé, porque o pessoal daqui era meio bravo na época [...]", comentou o ex-tecelão Joaquim Silveira.[35]

Reconstituindo essa trajetória, também é possível perceber que os comunistas mageenses eram bastante vigiados pelos investigadores da polícia política.[36] De fato, tanto a ascensão dos

---

[33] BOURDIEU, 1998, p.190. Grifo nosso.

[34] Lúcia de Souza Lima: entrevista [outubro de 2007]. Entrevistadora: Juçara da Silva Barbosa de Mello. Magé, 2007. (Acervo da pesquisadora).

[35] Joaquim Silveira: entrevista [abril de 2008]. Entrevistadora: Joana Lima Figueiredo. Magé, 2008. (Acervo da pesquisadora).

[36] O acesso aos documentos da polícia política, ao passo em que configura como uma interessante iniciativa, sobretudo por se tratar de uma fonte inédita para o estudo do tema em questão, requer a devida precaução metodológica, onde a crítica e o cruzamento documental tornam-se fundamentais. Ressaltamos que estes documentos foram produzidos por

comunistas em Magé quanto a postura repressiva do Estado promoveram uma personificação bastante curiosa na memória política mageense.

Analisando os diversos depoimentos colhidos, associados a conversas informais realizadas com ex-operários têxteis, percebemos que muitos deles, mesmo reconhecendo a participação dos militantes do PCB em conquistas da categoria e realçando inclusive o cognome "moscouzinho" com certo orgulho, evitam denominá-los como comunistas. Isso demonstra o caráter conflitivo dessa memória, pois ainda que Magé tenha sido considerada por vários entrevistados como uma "pequena Moscou" (referente à capital da antiga URSS, "comunista"), a alcunha homônima, em alguns casos, não era correspondida aos militantes. Em relação ao líder sindical e vereador Astério dos Santos, que adquiriu boa reputação para além dos militantes comunistas, essa observação tornou-se ainda mais evidente: "Eu não achava ele errado não, mas os donos das fábricas achavam que ele era comunista", afirmou a ex-operária Nelly Gualandi.[37]

Nesse sentido, o comunismo e o sindicalismo promovido por comunistas compõem duas trajetórias unidas, embora distintas. No caso da atuação do vereador Astério dos Santos, por exemplo, verificamos certos descompassos nos depoimentos de antigos militantes do PCB acerca de sua liderança sindical. Ora, se o comunismo e o sindicalismo comunista apresentavam distinções, não obstante, também podemos afirmar que o comunismo e a atuação parlamentar desempenhada pelos comunistas em Magé também mantinham suas singularidades, apesar do vínculo inquestionável.

---

agentes de Segurança Pública, justamente em um período caracterizado por uma forte posição anticomunista no Estado brasileiro, principalmente após a cassação do PCB em 1947. Cf. FONTES, P.; NEGRO, A. L. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, M. A. de et al. (Orgs.). *Dossiês DEOPS/SP*: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 157-179; MENDONÇA, E. R. F. de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 12. n. 22, p. 6, 1988; e REZNIK, L. *Democracia e segurança nacional:* a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

[37] Nelly Gualandi de Melo: entrevista [janeiro de 2005]. Entrevistadora: Juçara da Silva Barbosa de Mello. Magé, 2005. (Acervo da pesquisadora).

Para os antigos trabalhadores têxteis mageenses o termo "moscouzinho" faz recordar o operariado do município de Magé aguerrido, onde sindicatos e vereadores reivindicavam em prol da categoria e obtinham conquistas; enquanto que a denominação "comunista" lembra algo errado, ilegal, não autorizado ou clandestino, reflexo inconteste da difusão de uma ideologia anticomunista no período estudado. Assim, a experiência do comunismo imprimia sentimentos distintos junto ao operariado: o medo da perseguição e a admiração pela coragem dos perseguidos.

Interessante registrar que, durante a pesquisa que realizamos, em uma das conversas "informais" que tivemos com antigos moradores, uma nos chamou a atenção. Era a viúva de um ex-operário, muito católica, que morava próximo à Praça X de Novembro, em Andorinhas, um dos locais preferidos pelos comunistas para a realização de comícios. Perguntada como eram essas manifestações do partido, a moradora disse que não ia aos comícios, mas que era possível assisti-los do quintal de casa. E de uma forma bastante peculiar, ela comparou a adesão dos operários ao comunismo a uma moléstia contagiosa: —"Parecia uma doença, meu filho!".

Apesar dessa conversa não ter sido gravada, pois muitos moradores ainda sentem receio em registrar episódios sobre o assunto, a fala dessa antiga moradora marcou sobremaneira a análise empreendida nesse trabalho, principalmente para a elaboração do presente artigo. Curiosamente, sua declaração coadunou-se com algumas observações registradas pelos investigadores da polícia política, que caracterizaram Magé como uma "infeliz cidade", repleta de "micróbios moscovitas", que necessitava de um "desinfetante para tais germes". Coincidentemente, na reunião legislativa que cassou os mandatos dos vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara, em 1964, lá estava o deputado estadual Waldemar Lima Teixeira, chefe do PSD local e ferrenho adversário dos comunistas. Como convidado ilustre, ao discursar, fez questão de louvar a atitude da Câmara, que "ajudando o saneamento político do município, cassou, de forma acertada, o mandato de dois elementos comunistas".[38]

[38] RIO DE JANEIRO (ESTADO). Câmara Municipal de Magé. *Livro de Atas* n. 25, de 30 de dezembro de 1963 a 28 de abril de 1964, f. 70. Grifo nosso.

Essa dimensão cultural emerge a partir da apropriação/valorização simbólica desses operários em relação ao seu espaço vivido, constituindo-se em diversas identidades. Além disso, evidencia a importância de margens de escolha humana nos processos políticos. Sob esse aspecto, convém ressaltar que o operariado não se constitui de forma homogênea. Divisão e unidade agem simultaneamente, uma sem excluir a outra. Por isso, deve-se valorizar justamente o caráter multiforme da vida dos trabalhadores, bastante vulnerável às incertezas, provocando variadas formas de associação e construindo diversas identidades específicas, ainda que essas identidades rivais pudessem vir a fundir-se ou combinar-se.[39]

Em um período democrático repleto de ambigüidades e restrições, como o de 1945 a 1964, os comunistas brasileiros reivindicavam permanentemente seu direito à existência legal, ao passo que insistiam em participar da política institucional mesmo após sua cassação. No entanto, os mandatos conquistados por eles através de outras legendas não trouxeram consigo o fim da repressão política em um período caracterizado pelo "pluralismo limitado" de uma "democracia inconclusa".[40]

No caso de Magé, destacamos a liderança do médico Irun Sant'Anna, cuja relevância para esse processo de efervescência comunista em Magé se deu ao proporcionar a iniciação de diversos tecelões no seio do partido, configurando como um rito de passagem para o operário-militante, uma preparação especial, um aprendizado de saberes específicos no qual se forjou o "*habitus*" do político comunista. Como resultado, formou-se uma geração de trabalhadores mageenses ligados ao PCB, responsável tanto pela hegemonia dos comunistas nos sindicatos do município, quanto por seu protagonismo no cenário político local.

Argumentamos que, por meio de um processo de acumulação política, algumas dessas experiências tornaram-se referências tanto na memória do movimento operário local quanto na elaboração de suas práticas. Deixando um pouco de si

---

[39] BATALHA, 2004, p. 15. Também destacamos neste livro o artigo de Neville Kirk, intitulado *Cultura:* costume, comercialização e classe, p. 49-70.

[40] Definições apresentadas por Angela de Castro Gomes e Rosimar Alves Querino, respectivamente. Cf. GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo.* 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. p. 302; QUERINO, 2006, p. 351.

no presente e levando consigo um pouco do passado, essas experiências promoveram continuidades e rupturas no processo histórico estudado, construindo, portanto, uma memória social e coletiva bastante peculiar.

Na realidade, todos esses comunistas eleitos em Magé, independente de sua atuação profissional, buscaram dar voz e vez aos operários do município, lutando por melhores condições de vida e trabalho e forjando um discurso vigoroso em prol dos seus interesses mais prementes. Esse capital político, portanto, transfigurava-se em poder simbólico, fortalecendo a crença de que esses parlamentares comunistas representavam na Câmara todos os trabalhadores mageenses, como autênticos "operários à tribuna", marcando a reputação da cidade, que passou a ser conhecida como "moscouzinho".

"LITTLE MOSCOWS" IN BRAZIL: THE COMMUNIST MILITANCY IN THE SMALL TOWN

ABSTRACT
This study aims to analyze the actions of communist militancy in the city of Magé, State of Rio de Janeiro, between 1940 and 1964, political unrest that characterized the city as "Little Moscow". We believe that through this case study we can understand more accurately how was the experience of PCBs in small Brazilian cities, in addition to decisions dome in its Central Committee.

KEYWORDS
Communism. Partido Comunista do Brasil. Working Class.

Memória da prisão política sob o regime de Vargas

MEMÓRIAS DA PRISÃO POLÍTICA SOB O REGIME DE VARGAS

RESUMO

Este artigo tem como objeto os registros sobre a experiência da prisão durante o primeiro governo Vargas, publicados em memórias de militantes comunistas. Constatando a diversidade dos registros memorialísticos, o artigo investe na análise dos aspectos comuns às narrativas de militantes que não eram propriamente escritores profissionais, confrontando-os com a literatura sobre o mesmo tema produzida por Graciliano Ramos e Jorge Amado.

PALAVRAS-CHAVE

PCB. Prisão política. Era Vargas. Literatura. Memórias.

Julia Monnerat Barbosa
Marcelo Badaró Mattos
Marisa Mello[1]

MEMÓRIAS DA PRISÃO POLÍTICA SOB O REGIME DE VARGAS

Em 3 de março de 1936, Graciliano Ramos foi preso em sua casa, em Maceió. Passou os meses seguintes sendo transferido, de prisão em prisão, das Alagoas para Pernambuco e de lá para o Rio de Janeiro. Dez anos depois começou a escrever suas *Memórias do Cárcere*, que deixaria praticamente concluídas quando de sua morte em 1953, ano em que sua viúva as publicou. No primeiro capítulo do livro explica que seu maior esforço foi o de apresentar os personagens reais com os quais conviveu naquelas prisões: "Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos."[2]

É justamente tal esforço que parece marcar os melhores momentos desse clássico da literatura brasileira. Como no capítulo em que Graciliano descreve o último contato com um capitão que visitava diariamente sua cela no quartel de Recife em que ficou detido nas primeiras semanas após sua prisão. Após transmitir a Graciliano e seu companheiro de detenção que eles seriam transferidos, o Capitão Lobo ofereceu ao escritor uma quantia em dinheiro, para que esse se prevenisse dos infortúnios seguintes e pudesse ajudar à família. Graciliano foi surpreendido pela oferta, que não aceitou, mas tirou do episódio uma revisão de suas concepções sobre a humanidade:

---

[1] Respectivamente: doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor do departamento de História da UFF e doutora em História pela UFF. Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio às respectivas pesquisas. <juliambarbosa@hotmail.com>; <mbadaro@uol.com.br> e <marisasmello@hotmail.com>.

[2] RAMOS, G. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. p. 24.

> Realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, eu continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza. Eu passaria a vida a considerar todos os bichos egoístas — e ali me surgia uma sensibilidade curiosa, diferente das outras, pelo menos uma nova aplicação do egoísmo, vista na fábula, mas nunca percebida na realidade. Para descobri-la não era muito aguentar algumas semanas de cadeia.[3]

Graciliano era um literato, que no balanço de seus tempos de cadeia, apesar de toda a injustiça, violência e arbitrariedade envolvida em sua prisão e magnificamente denunciada na obra, conseguia encontrar positividade no encontro com uma humanidade que ele imaginava impossível. Humanidade que se manifestava na ação de homens e mulheres que ele conheceu na prisão — prisioneiros políticos, prisioneiros comuns e até alguns de seus carcereiros.

Já Apolônio de Carvalho era um jovem oficial militar em inícios de 1936, quando também foi preso, em decorrência de sua militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Sessenta anos depois escreveu suas memórias, narrando uma vida plena de lutas pela causa da transformação social. Da experiência de prisão nos cárceres de Vargas, Apolônio também guardou uma avaliação positiva, associada a sua socialização política, que o levaria a tornar-se um militante comunista.

Em suas memórias Apolônio relata como encontrou, na Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, um ambiente totalmente organizado pelos revolucionários de 1935, que incluía o controle sobre um pátio interno do presídio, batizado de Praça Vermelha:

> Nela se alfabetizavam alguns soldados. Nela nos aplicávamos em exercícios físicos. Nela nos instruíamos na arte militar, que grande era o número de oficiais detidos [...]. Nela tínhamos cursos de política, debates sobre a realidade brasileira, palestras sobre os levantes militares, conferências sobre a conjuntura internacional.

---

[3] Ibid., p. 86.

> Nela, em comemorações a datas históricas, organizavam-se manifestações, desfiles militares, discursos em palanques improvisados, as récitas do poeta Colbert Malheiros [...].[4]

Daí que para aquele tenente, a prisão possa ter tido um elemento positivo de descoberta de figuras e referências que seriam fundamentais para sua vida posterior. Foi lá, inclusive, que Apolônio se aproximou definitivamente e veio a ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCB). Em suas palavras: "na prisão abre-se para mim um mundo de revelações".[5]

Este artigo pretende explorar algumas das memórias produzidas por presos políticos do primeiro governo de Getúlio Vargas, especialmente aqueles que em algum momento (antes, durante ou depois do encarceramento) identificaram-se com o então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB). Seu objetivo principal é perceber as formas através das quais essas memórias associam a experiência prisional à militância política comunista, quer pelas referências diretas que fazem aos anos passados nos cárceres de Vargas, quer pelas razões que levaram seus autores, em diferentes momentos das décadas seguintes, a redigirem tais memórias. O artigo está basicamente dividido em três partes. Na primeira, o objeto é o encarceramento político entre 1930 e 1945, discutido a partir de outras fontes primárias que não apenas as memórias e do recurso a outros estudos sobre o período. Em um segundo momento, as memórias são o objeto central da reflexão. A terceira sessão dedica-se às matrizes mais propriamente literárias de caracterização da experiência prisional dos militantes comunistas naqueles anos.

Nos Cárceres de Vargas

Nas memórias de outros que, como Graciliano Ramos e Apolônio de Carvalho, passaram pelas cadeias da ditadura

---

[4] CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 63.
[5] Ibid., p. 67.

varguista, podemos encontrar diversas outras referências relativamente positivas a uma experiência de formação ético-política entre os camaradas, no interior das prisões. Retomaremos essas memórias adiante. A existência dessas referências, no entanto, não leva os memorialistas a construírem qualquer juízo de valor positivo sobre a experiência prisional em si, naquele período, nem deveria permitir a historiadores relativizar o grau de brutalidade da repressão estatal.[6]

A história das prisões políticas no Brasil republicano antecede a chamada "Revolução de 1930". Nos anos 1920, a ênfase na repressão a militantes das organizações da classe trabalhadora levou a criação da 4ª Delegacia Auxiliar no Rio de Janeiro (especificamente encarregadas da repressão aos crimes e vigilância de suspeitos de atentarem contra a "ordem política e social") e a prática do exílio de presos por militância política para a região Norte, especialmente para o campo de detenção de Clevelândia, no Amapá.[7]

Não há levantamentos ou estudos sistemáticos sobre as prisões políticas nos primeiros anos da década de 1930, mas uma série de denúncias e os relatos de algumas memórias nos ajudam a perceber que muitos militantes das organizações operárias foram presos por suas atividades políticas entre outubro de 1930 (data do golpe que levou Getúlio Vargas à presidência) e novembro de 1935 (quando após o levante da ANL a repressão se generaliza). Um exemplo é o panfleto assinado pela Regional do Socorro Vermelho (entidade organizada internacionalmente

---

[6] Discordamos, assim, de relativizações como as que afirmam que "os prisioneiros [...] não estavam entregues a um poder monolítico, unificado, cujo único objetivo era desumanizá-los, causando-lhes dor e sofrimento [...]. O mesmo Estado autoritário, grupos portadores de valores modernos conviviam com outros que tinham como única política a truculência. A competição e a conflituosidade, portanto, ocorriam até mesmo na dimensão mais repressiva do poder estatal". FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil:* o imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 121.

[7] ALEXANDRE, S. *Clevelândia:* anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002; MATTOS, M. B. (Coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca* (1945-1964). Rio de Janeiro: APERJ: FAPERJ, 2003.

pelos comunistas para garantir apoio aos militantes presos e suas famílias), em novembro de 1931, quando se denuncia que, apesar de ter editado um decreto anistiando os presos políticos, o governo provisório continuava a manter muitos deles nas cadeias:

> Os verdadeiros revolucionários, proletários e pequenos burgueses oprimidos, soldados e marinheiros, não foram contemplados pelo decreto da anistia. Para estes verdadeiros revolucionários continua toda sorte de torturas nas prisões do liberal Baptista Luzardo, em Fernando de Noronha, na Colônia de Dois Rios.[8]

As menções a prisões arbitrárias, espancamentos e torturas de toda sorte e às péssimas condições dos presídios de Ilha Grande e Fernando de Noronha (o primeiro no litoral do Rio de Janeiro e o segundo numa ilha defronte ao estado de Pernambuco) serão uma constante nos anos seguintes. Em outubro de 1933, outra denúncia da mesma entidade, em termos bastante similares, focava-se nas condições dos presos na Colônia de Dois Rios, Ilha Grande:

> A boia que foi sempre repugnante porque é pessimamente feita e com gêneros deteriorados, agora é insuficiente, e nós vivemos constantemente com fome [...]. O trabalho forçado torna-se mais rigoroso, a ponto de até os doentes, antes dispensados por prescrição médica, serem obrigados a trabalhar [...]. Mas onde o terror fascista mostra mais cruamente a sua ferocidade é no aumento da brutalidade dos castigos corporais contra os presos [...] Para escapar a tais sofrimentos, alguns presos têm tentado fugir, mas são caçados a bala como animal feroz, recebendo ainda tão brutal surra de pau que só de padiola pode tornar ao presídio.[9]

---

[8] Fundo DESPS, Pan 1.201, RJ, 18 novembro de 1931, Comitê Regional do Socorro Vermelho Internacional (Sec. Bras.), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

[9] Fundo DESPS, Pan 1.188, RJ, outubro de 1933, Comitê Regional do Socorro Vermelho Internacional (Sec. Bras.), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Algumas memórias de militantes registram suas passagens por aqueles cárceres políticos na primeira metade dos anos 1930. É o caso de Agildo Barata. Jovem oficial do Exército participou da chamada "Revolução de 1930" na Paraíba, para onde havia sido transferido no mesmo ano. Pouco tempo depois, decepcionou-se com o governo de Vargas e participou da "revolução constitucionalista" de 1932, o que o levou a primeira prisão. Nos meses seguintes, passou por diversas prisões como o navio Pedro I, a prisão da Ilha das Flores e a Casa de Correção. Na Ilha Rasa, passou longa temporada em completo isolamento do mundo exterior. Após nove meses, foi enviado como exilado para Portugal, com outros 200 militantes.

Nada disso, no entanto, se compara à dimensão da repressão desencadeada a partir do fim de 1935. Após o Levante da ANL as estimativas são de que o governo Vargas teria levado cerca de 35 mil pessoas para as cadeias por motivos políticos. Muitos deles, como o próprio Graciliano Ramos, nunca tiveram um processo formal. Entre os que sofreram, pela via da Lei de Segurança Nacional (1935), até o fim do primeiro governo, o Tribunal de Segurança Nacional julgou 6.998 processos, referentes a mais de 10 mil pessoas, e condenou 4.099 delas.[10] Somente na Colônia Correcional de Dois Rios, o grande número de presos após o levante da ANL fez com que a população carcerária saltasse de 298 detentos em 1935 para 1.388 em 1936.[11]

Sobre essa violência de Estado no período do primeiro governo Vargas, há relativo acúmulo historiográfico, focado especialmente na aprovação de uma legislação de exceção voltada para os chamados crimes políticos — a Lei de Segurança Nacional, de 1935 — bem como para a sofisticação de um aparato policial repressivo — a polícia política. Esta, como vimos, não foi "inventada" por Vargas, mas com ele passou por várias redefinições, que ampliaram em muito sua área de atuação.[12]

---

[10] ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas:* Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; HUGGINS, M. K. *Polícia e política*: relações EUA/América Latina. São Paulo: Cortêz, 1998.

[11] SANTOS, M. S. dos. *Os porões da República:* a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: FAPERJ: Garamond, 2009. p. 215.

[12] Ver, por exemplo, além dos já citados: CAMPOS, R. P. de. *Repressão judicial no Estado Novo:* esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro:

Os próprios militantes, muitos dos quais estariam depois registrando a experiência da prisão em memórias, na época concentraram seus esforços, de dentro e de fora das cadeias de Vargas, em denunciar as prisões arbitrárias, a superlotação carcerária e a tortura sistemática a que eram submetidos os presos políticos.

É o que se vê, por exemplo, na carta enviada a Getúlio Vargas, datada de 27 de junho de 1936 e assinada por diversos prisioneiros, entre eles alguns dos que anos depois escreveriam suas memórias sobre o cárcere, como Agildo Barata e Apolônio de Carvalho. Na carta, encontramos denúncias de encarceramentos sem processos, torturas, superpopulação carcerária, trabalhos forçados, condições de alimentação, de saúde e de higiene deploráveis, entre outras arbitrariedades. Segundo o documento, havia naquele momento cerca de 10.000 presos políticos em todo o país, dos quais mais de 3.000 estariam detidos no Distrito Federal (segundo relatório da própria polícia por eles mencionado). Afirmava-se ainda que aquela não era a primeira denúncia por eles assinada, já que haviam se manifestado ao Ministro da Justiça no início daquele mesmo ano, sem que qualquer solução fosse dada para as arbitrariedades a que estavam submetidos, que teriam inclusive se intensificado. Sobre a Colônia Correcional de Dois Rios, por exemplo, afirmaram:

> O regime da Colônia de Dois Rios, ironicamente chamada Correcional, é de tal forma bárbaro e desumano que afasta todas as possibilidades de descrição. Centenas de pessoas de todas as condições sociais, arrancadas violentamente de seus lares e afazeres, encontram-se, sem a menor culpa formada e algumas sem mesmo terem sido sequer ouvidas pelas autoridades, submetidas a um regime de trabalhos forçados que nenhuma lei autoriza [...]. As condições higiênicas são as mais precárias possíveis. A falta de banho, de camas, de assistência médica e medicamentos faz com que inúmeros presos apresentem os corpos cobertos de chagas. E, para ampliar esse quadro

---

Achiamé, 1982; CARNEIRO, M. L. T. *O anti-semitismo na era Vargas:* fantasmas de uma geração: 1930-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988; PINHEIRO, P. S. *A estratégia da ilusão:* a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Sobre o histórico dos órgãos de polícia política, ver: MATTOS, 2003.

> verdadeiramente dantesco, os presos políticos são espancados a cacete, couce de fuzil, borracha, camarão, pelos mais fúteis pretextos e mesmo sem pretexto algum.[13]

Segundo o mesmo documento, as condições dos presos na Casa de Detenção, na capital do país, não eram melhores:

> A Casa de Detenção é outro exemplo da 'benignidade' do governo para com os presos políticos que aqui se encontram, sem exceções, sob grades. Todos os que se achavam detidos a bordo do 'Pedro I', foram para cá transportados em 'tintureiros'. Chegados à Casa de Detenção, foram cerca de duzentos lançados nas chamadas 'galerias'. Aí permaneceram semanas e semanas, sem o menor conforto, sem banho, sem sol, dormindo sobre o ladrilho e recebendo, uma vez por dia, uma marmita de caldo de feijão e farinha, como única alimentação. Em xadrezes com lotação para 20 pessoas, foram atiradas até 68. A situação era tal que, à noite, os presos dormiam por turmas, por não haver área suficiente para todos se deitarem [...]. Era inexistente a assistência médica e dentária. Nesse ambiente, todos os males tinham livre curso e inúmeros são os que se viram atacados de afecções pulmonares (tuberculose, gripe epidêmica, bronquite), reumatismo, parasitas da pele.[14]

O caso de Luís Carlos Prestes, preso havia diversos meses, em completo isolamento, sem acesso a jornais ou livros, sem direito a visitas e sem poder comunicar-se com a esposa grávida, recebia igualmente destaque no enorme rol de denúncias elencadas pela carta dos presos políticos. O objetivo da carta, porém, não era o de solicitar soluções ao chefe de governo, mas o de responsabilizá-lo diretamente pelas arbitrariedades:

> Não nos move a expectativa de providências que, de vossa parte, venham por termo a esse miserável estado de causas, mas o objetivo de caracterizar a vossa responsabilidade

[13] Fundo DPS, Notação 30.052, p. 650-651, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).
[14] Ibid., p. 652.

> pela aprovação do procedimento extralegal de certas autoridades.[15]

Do lado de fora dos cárceres, muitas denúncias reforçavam os protestos contra a violência da repressão política, em um momento em que o regime, ao menos formalmente, ainda deveria ser regulado por regras constitucionais, ultrajadas pelas arbitrariedades das autoridades policiais e penitenciárias. Um exemplo aparece no panfleto distribuído sob a assinatura do Grupo de Defesa dos Marítimos e Portuários do Brasil, datado de dezembro de 1936. Nele, a sempre mencionada Colônia de Dois Rios é assim caracterizada:

> Essa famigerada Colônia é histórica e por todos nós conhecida através da imprensa. A ilha onde está situada a Colônia é miseravelmente insalubre, seus barracões são infectos e estão superlotados. Nossos companheiros, presos políticos, vivem sujeitos ao trabalho forçado, aos espancamentos, à cela, sem alimentação, dormindo na areia molhada propositadamente todas as tardes, além das humilhações e vexames morais por que passam, pela imbecilidade e ferocidade dos dirigentes da Colônia e seus sequazes.[16]

Sendo dirigido "ao povo" e não às autoridades, o panfleto dos marítimos e portuários termina por fazer não uma reclamação, mas um chamamento à mobilização para que a pressão popular pudesse resultar em decisões do parlamento no sentido de por fim aos suplícios dos presos políticos e libertar os que foram vítimas de prisões sem processos:

> Hoje mais do que nunca, devemos nos unir para fazer valer a nossa tradição de trabalhadores conscientes, dando nossa solidariedade aos nossos companheiros presos e suas famílias, exigindo do parlamento e do governo o regresso imediato dos presos políticos da Colônia e a liberdade dos não-processados.[17]

---

[15] Ibid., p. 649.

[16] Fundo DESPS, Pan 120, RJ, dezembro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

[17] Ibid.

Há registros, nos arquivos policiais, de diversos outros panfletos, cartas e denúncias — produzidos de dentro ou de fora das cadeias — dando conta das arbitrariedades e da violência cotidiana a que estavam submetidos os que caíram na extensa teia repressiva armada pelo governo de Vargas naquela conjuntura.[18] Os exemplos aqui comentados parecem ser suficientes, entretanto, para que afastemos qualquer ilusão quanto às condições dos cárceres (políticos, mas não só, claro) varguistas.

Memórias

Retornemos então às memórias dos militantes. Vale situar sua produção no tempo. A maioria delas foi escrita já durante a ditadura militar, a partir da segunda metade dos anos 1970, indicando, entre outras coisas, que aqueles militantes estavam interessados em resgatar uma memória de lutas e de repressão do período de longos anos de ditadura (a anterior e a naquela altura ainda em curso), num contexto em que a transição para a democracia começava a se desenhar. Tratava-se de uma estratégia de luta pela valorização do regime democrático, mas também em busca de reconhecimento de sua trajetória — e da trajetória de suas organizações (com destaque para o PCB) —, como representações importantes da vanguarda das lutas dos trabalhadores no país. Talvez o exemplo mais marcante, seja o das memórias de Gregório Bezerra, recentemente reeditadas, cuja primeira edição foi lançada em 1979 e 1980.

Como exemplos dessas memórias podemos citar as de: Leôncio Basbaum (1976); Elias Chaves Neto (1977); Octavio Brandão (1978); Gregório Bezerra (1979); Heitor Ferreira Lima

[18] Ver, por exemplo: Fundo DESPS, Pan 0075, RJ, 13 dezembro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj); Fundo DESPS, Pan 262, RJ, outubro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj); Fundo DESPS, Pan 756, RJ, dezembro de 1936, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

(1982); João Falcão (1988) e Apolônio de Carvalho (1997).[19] Cada um desses livros mereceria um estudo mais atento, para o que não temos espaço aqui.

Assim, podemos argumentar que o investimento dos militantes comunistas em escrever e publicar suas memórias sobre as lutas das quais participaram e as formas de repressão que sofreram, representou muito mais que simples registro de recordações pessoais, mas fazia parte de um combate político que ainda seguia seu curso. Seguindo Fernando Rosas, podemos entender que o esforço para fixar determinadas memórias sobre o passado político do século XX "é um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades".[20] Ainda segundo o historiador português, "os diferentes tipos de investimentos em torno da memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos."[21]

Há, entretanto, memórias escritas antes do golpe de 1964, como o livro antes citado de Agildo Barata, publicado em 1962, momento em que o militante já havia rompido com o PCB e buscava resgatar sua trajetória de lutas e longos períodos de encarceramento (10 anos contínuos a partir de 1935, fora as prisões anteriores), talvez com a intenção de contrapor-se à desqualificação a que o PCB submetia os dissidentes, ou mesmo buscando credenciar-se como figura de esquerda independente do partido.

Há também relatos escritos no calor dos anos de repressão mais intensa pelo Estado varguista. É o caso do texto de Patrícia

---

[19] Cf. BEZERRA, G. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011; CARVALHO, 1997; LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1982; FALCÃO, J. *O Partido Comunista que conheci* (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; CHAVE NETO, E. *Minha luta e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977; BRANDÃO, O. *Combates e batalhas:* memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. v. 1.

[20] ROSAS, F. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. In: Encarnación Lemus; ROSAS, F.; VARELA, R. (Coords.). *O fim das ditaduras ibéricas* (1974-1978). Sevilha: Lisboa: FPACEA: Pluma, 210. p. 15.

[21] Ibid., p. 16.

Galvão, a Pagu, a intelectual modernista que, no início dos anos 1930, era companheira de Oswald de Andrade, com ele organizando o movimento antropofágico, ao mesmo tempo em que militava no PCB, do qual iria se afastar alguns anos depois, aproximando-se no exterior da corrente trotskista. O relato de Pagu foi redigido, em 1940, como correspondência pessoal e publicado muito tempo depois pelos herdeiros da autora.[22] Nele é possível perceber, por exemplo, que na ausência da preocupação em reivindicar publicamente um reconhecimento político para o militante ou sua organização, há um peso maior para a denúncia da violência e arbitrariedade do cárcere, assim como um retrato mais negativo do partido, como era de se esperar de alguém que se perfilava entre seus dissidentes de esquerda.

De qualquer forma, é possível encontrar alguns elementos comuns ao conjunto das memórias escritas sobre ou incluindo a experiência da prisão política no primeiro governo Vargas. Um deles é a convicção de que havia uma correlação direta e necessária entre uma perspectiva de vida revolucionária e o enfrentamento da repressão, incluindo a prisão. Nesse sentido, é possível encontrar em muitos relatos um grande orgulho da militância, que se estende a um certo orgulho de ter sido alvo da repressão do Estado, entendida como um reconhecimento da devoção incondicional à causa política revolucionária. Ser preso era algo que se devia esperar e estar preparado para enfrentar como mais uma consequência, ou mesmo mais uma tarefa, da militância.

Nas memórias de Pagu, por exemplo, há registros de suas várias passagens pelos cárceres getulistas. Ao relatar a primeira prisão, Pagu descreve vários dos sofrimentos pelos quais passou, mas destaca que, segundo a concepção de militância que na época a movia, tudo isso era secundário:

> Era a primeira vez que me encontrava realmente em prisão, num ambiente que não conhecia. A minha roupa estava em farrapos e o meu corpo, duro de frio, doía, doía tanto... Não vou relatar aqui os sofrimentos por que se

[22] GALVÃO, P. [Pagu]. *Paixão Pagu*: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

> passa numa prisão de mulheres. Faria uma má descrição e os sofrimentos físicos só foram sentidos na hora. A gente se esquece deles. Eu principalmente. A prisão não tinha importância para mim, a não ser no que se referia à paralisação do trabalho começado. Sempre pensei que na cadeia também se podia lutar. Atormentava-me a falta de comunicação, a ausência de notícias dos companheiros. Não sentia nenhuma humilhação. E no fundo, talvez sentisse alegria com o sofrimento que era proporcionado por minha luta.[23]

Outro elemento comum às diversas memórias é a associação entre tudo aquilo que poderia haver de positivo naquela experiência — da limitação, pela resistência, da violência da repressão e da experiência carcerária, aos momentos de formação política e de aprendizado com a solidariedade humana — ao elevado nível de organização dos militantes de esquerda, com os comunistas à frente.

Agildo Barata, por exemplo, é bastante claro ao denunciar as arbitrariedades da repressão, a começar pelo encarceramento dos militantes políticos em prisões comuns, o que seria seguido pela violência das torturas e privações de direitos a que seriam submetidos: "Já no dia seguinte à derrota armada Getúlio e sua canalha começaram a espezinhar os vencidos e a inaugurar, no Brasil, o mais odioso regime de crimes, torturas, espancamentos e violências com os presos políticos e seus familiares."[24]

Barata também é explícito e didático ao descrever a organização dos prisioneiros de esquerda em torno de um organismo dirigente, algo que não era específico de uma determinada prisão, mas configurava-se em uma característica geral de todos os presídios em que foram encarcerados os presos políticos de esquerda:

> Um dos aspectos mais característicos da vida presidiária dos presos políticos de esquerda é a existência do

---

[23] Ibid., p. 90-91.

[24] BARATA, A. *Vida de um revolucionário* (memórias). 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 303.

> 'Coletivo'. Tão depressa são encarcerados, os esquerdistas passam a organizar o Coletivo. Este organismo passa, então, a coordenar as atividades dos presos políticos de esquerda e a representá-los nas inevitáveis relações com as administrações dos presídios. Mais que isso: o Coletivo organiza aulas e cursos, zela pela disciplina interna, mantém a unidade entre os presos, impedindo que os carcereiros utilizem a força que possuem para mais oprimir os presos se estes se apresentarem desunidos [...]. O Coletivo, entre nós, sempre foi um organismo democrático: os cinco membros de sua diretoria eram mensalmente eleitos. E podemos afirmar: de 1935 a 1945 o único lugar onde havia democracia, no Brasil, e onde se realizavam eleições era nos presídios políticos onde a ditadura confinava os presos políticos da esquerda.[25]

A organização política no cárcere seria destacada em todas as demais memórias de militantes sobre a experiência da prisão política sob o regime de Vargas. Esse parece ter sido inclusive o fator central que levou diversos deles a definitivamente ingressarem no PCB a partir da prisão. Difícil avaliar o quanto isso decorreu da experiência formativa, no sentido em que Apolônio de Carvalho a descreveu no trecho já citado de suas memórias, ou do sentimento de encontrar esperança para a humanidade nos gestos simples de solidariedade nos momentos mais extremos a que a situação da privação de liberdade poderia submeter aqueles homens e mulheres.

Ou ainda do fato de que a prisão poderia ser o momento em que tal solidariedade exigia atitudes extremas de resistência ao sofrimento. Manter-se calado, diante dos torturadores seria o exemplo máximo do padrão de comportamento comunista, adequado ao grau de solidariedade exigido entre militantes (quando o preso recusava-se, mesmo diante dos mais brutais suplícios, a denunciar camaradas). Esse "heroísmo" diante dos carrascos, movido por uma honra comunista, é outro elemento comum nas memórias dos militantes. Gregório Bezerra, talvez a mais notória vítima a sobreviver às barbaridades dos

[25] Ibid., p. 310-311.

torturadores de duas ditaduras, explicita esse padrão de conduta em um trecho de suas memórias, quando retrata os suplícios a que foi submetido algum tempo após sua prisão decorrente da atuação no levante da ANL de 1935:

> Mantive-me na mesma; não sabia de nada e não tinha compromissos com ninguém. Eu sabia que eles iam me matar porque estava disposto a não dizer mais nada; além disso, sentia a responsabilidade de membro do partido e, de forma alguma, queria prejudicar aqueles que confiaram em mim. Preferia a morte a me deixar desmoralizar e perder a confiança do partido. Queria viver, mas viver de cabeça erguida, com a dignidade de um militante comunista. E nisso me firmei até o fim.[26]

Matrizes Literárias

Até aqui, tratamos de militantes presos nos anos 1930 e 1940, que registraram em livros suas memórias, mas não eram propriamente literatos. Havia, entretanto, antecedentes literários de grande importância para esse tipo de registro. Referimo-nos à publicação de *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, logo após sua morte, em 1953 e à edição de *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, que chega ao público no ano seguinte.

Este não é o espaço para maiores comentários sobre o contraste entre os estilos daquelas duas obras e ficaremos restritos a alguns comentários gerais.[27] Ambos eram convictos militantes do PCB, engajados na militância em diferentes graus, Jorge Amado já tendo inclusive exercido um mandato parlamentar pelo partido e Graciliano envolvido com a direção da Associação Brasileira de Escritores.

---

[26] BEZERRA, 2011, p. 249.

[27] Comparações que levam em conta esse contraste podem ser encontradas nos capítulos de Marisa Mello e Júlia Monnerat Barbosa, denominados respectivamente: Encarcerando ideias: Graciliano Ramos, Jorge Amado e o realismo socialista (1945-1953) e Viagens ao mundo socialista. In: Mattos, M. B. (Org.). *Livros vermelhos*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2010.

Mas, é fato que enquanto Jorge Amado encarnava naquele momento a defesa do cânon estético do realismo socialista, irradiado a partir do debate na URSS (ainda que com temperos e sotaques baianos), Graciliano era um crítico daquela proposta estética. Um diálogo de fins dos anos 1940, recriado por Dênis de Moraes, explicita a posição do autor ante a proposta estética do realismo socialista:

> — Nenhum livro do realismo socialista lhe agradou?, perguntou Salles.
> — Até o último que li, nenhum. Eu acho aquele negócio de tal ordem ruim que não aceitei ler mais nada.
> — Qual é a principal objeção que o senhor faz?
> — Esse troço não é literatura [...]
> — Não seria possível purificar o estilo do realismo socialista?
> — Não tem sentido. A literatura é revolucionária em essência, e não pelo estilo do panfleto.[28]

Insistindo nos contrastes, o livro de Graciliano é uma memória em primeira pessoa, enquanto nos *Subterrâneos* o autor optou por uma trama romanceada, embora a tenha carregado com sua experiência, com a militância e com as prisões do período varguista, apresentando personagens muito evidentemente calcados em pessoas reais.

Vimos o quanto Graciliano estava preocupado em apresentar os personagens reais, recheados de sua humanidade contraditória, com os quais conviveu naquelas prisões. Já Jorge Amado constrói personagens muito menos complexos. Nos *Subterrâneos* há heróis, como o pai de Mariana, um comunista de primeira geração, vindo do meio operário, que nas palavras de um outro militante proferidas em seu enterro: "É um herói anônimo da classe operária que enterramos hoje, mas a bandeira que ele conduziu com tanta valentia se levantará cada vez mais alto

[28] Diálogo entre Graciliano Ramos e Heráclito Salles, apud MORAES, D. de *O imaginário vigiado:* a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*:* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994. p. 208.

nas mãos do proletariado até o dia da vitória; é a invencível bandeira de Marx, de Engels. De Lenin e de Stalin."[29]

Ou vilões, como o torturador Barros, que era assistido pelo médico cocainômano Dr. Pontes, nas mais bárbaras sessões de tortura, sempre sob as ordens do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que prometera não deixar "um só comunista em liberdade. O Estado Novo limpará o Brasil para sempre da peste vermelha".[30]

E traidores, como Saquila (referência direta a Hermínio Sachetta, conforme a crítica dura que Gorender fez a Jorge nos lembra), o dissidente comunista que adere ao trotskismo e é completamente desqualificado nas páginas do romance.[31] Saquila, caracterizado como um pequeno burguês que desprezava os operários e que aderira ao partido após desiludir-se com a política dos partidos burgueses quando perdeu seu espaço político e profissional após a Revolução de 1930, é retratado como um oportunista, que trai a classe trabalhadora ao aliar-se às escondidas com os apoiadores da candidatura de Armando de Oliveira Sales após 1935 e trabalhar com eles para desmontar greves e rachar as bases do PCB. Numa passagem, Amado assim situa os sentimentos do personagem em relação à repressão a uma greve dirigida pelo PCB:

> Saquila teve um meio sorriso de desprezo: 'Estão se afundando cada vez mais'. O movimento grevista não ia poder se aguentar, não havia jeito. Seu golpe seria dado no momento mais indicado: os materiais tirados na nova oficina iriam criar a confusão entre a massa, e uma grande parte, cansada sem dúvida da reação e da luta dos últimos meses, ficaria com ele e com seu grupo. Enterraria aquela direção do Partido com seus pruridos operários, incapazes de compreender a importância de um homem como Saquila. Ele lhes mostraria.[32]

---

[29] AMADO, J. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Martins, 1954. v. 1, p. 44.
[30] Ibid., p.138.
[31] JACOB, G. *Combate nas trevas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 164.
[32] AMADO, 1954, v. 2, p. 121.

Em Graciliano, todavia, seu esforço para buscar a humanidade nos momentos de força e fraqueza vividos no cárcere o leva a traçar alguns retratos mais lisonjeiros de alguns prisioneiros comuns, com os quais conviveu por algum tempo na Ilha Grande, do que de certos dirigentes políticos encarcerados com ele. Os indivíduos lançados arbitrariamente em uma situação de provação e tolhimento que Graciliano apresenta de forma mais impressionante não são os grandes líderes intocáveis e distantes. Rodolfo Ghioldi discursa de cuecas. Agildo Barata é baixinho e fleumático. Os militares envolvidos no levante constituem um grupo fechado que procura reproduzir no cárcere os hábitos da caserna. Os estrangeiros encontram dificuldades para compreender aspectos da realidade brasileira. Mas, usando o exemplo de Antônio Maciel Bonfim (Miranda), Graciliano nos lembra que o fato de terem pseudônimos, terem sido perseguidos, presos e torturados os envolvia em "matéria suficiente para esboço de herói".[33]

A sua opinião sobre o Levante de 1935, responsável pela abrangente perseguição que havia chegado mesmo até ele, que se considerava um "revolucionário chinfrin", era de que aquilo havia sido um equívoco. Em porão de navio, no qual foi transferido de Recife para o Rio de Janeiro, conheceu os revolucionários de Natal, aí incluídos os que ocuparam os postos de Secretário da Fazenda e Secretário do Interior do governo provisório de Natal, respectivamente, que relataram diversos episódios sobre o curto período em que estiveram no poder. "De fato nem se haviam empossado — e os cargos decorativos apenas lhe serviram para agravar as torturas na cadeia. Estive a ouvi-los meia hora. Tinham-se aguentado 48 horas, esperando em vão que o resto do país se revoltasse. Depois viera o pânico."[34] Na visão de Graciliano, todos achavam aquilo um embrulho, uma "doidice", mas eram orgulhosos de terem sobrevivido à tortura e de servirem de exemplo.[35]

Enquanto isso, nas páginas de suas memórias, presos comuns, ladrões, colaboradores de agentes penitenciários e

---

[33] RAMOS, s.d., p. 226.
[34] Ibid., p. 103.
[35] Ibid., p. 107.

mesmo alguns carcereiros, são capazes de rasgos de generosidade que os aproximam mais de Graciliano do que aqueles nomes ilustres do partido comunista. A rudeza da experiência prisional o leva a avaliar mais generosamente os pequenos gestos de solidariedade e misericórdia dos homens comuns que os discursos grandiloquentes das lideranças políticas. Afinal, "precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima."[36]

Não à toa, os registros da família de Graciliano dão conta de que o PCB tentou estabelecer algum controle sobre o conteúdo das *Memórias do Cárcere, en*quanto os *Subterrâneos* de Jorge Amado foram apresentados quase que como versão oficial daquela experiência, pelo mesmo partido com o qual este autor romperia definitivamente poucos anos depois.

A reação da direção partidária aos primeiros esboços das *Memórias do Cárcere,* e o contraste entre as opções estéticas de Graciliano e Jorge aparecem combinados no relato de uma reunião na casa do primeiro, restabelecido por seu biógrafo, Dênis de Moraes:

> Terceiro *round*. [Diógenes] Arruda telefonaria para Graciliano informando que iria a sua casa para a reunião. No fim da manhã de 18 de março de 1951, ao abrir a porta, o velho Graça daria de cara não só com Arruda como também com Astrojildo Pereira e Floriano Gonçalves. Os quatro se fechariam num dos quartos por várias horas. [...] Graciliano, arrasado, confidenciaria o teor da conversa. Arruda pediria para folhear os originais de *Memórias do cárcere,* aborrecendo-se logo na primeira lauda, com a afirmação de que, no Estado Novo, 'nunca tivemos censura prévia em obra de arte'. [...] No decorrer da reunião, cobrariam novamente de Graciliano o seu distanciamento do realismo socialista e a falta de vigor revolucionário de seus livros. Um dos presentes, em tom inflamado, diria eu ele persistia num realismo crítico ultrapassado e citaria Jorge Amado como escritor empenhado em dar conteúdo participante às suas obras. Ao ouvir o nome de Jorge, Graciliano rompia o silêncio:

[36] Ibid., p. 118.

> — Admiro Jorge Amado, nada tenho contra ele, mas o que sei fazer é o que está nos meus livros [...]. Arruda apelaria para que alterasse determinadas passagens de *Memórias do cárcere*. Graciliano não responderia nem que sim nem que não.[37]

Voltando então a Jorge Amado e a suas obras ficcionais, podemos perceber que sua produção já refletia, desde os anos 1940, aquela imagem dos anos de cadeia como momento fundamental na experiência militante dos comunistas brasileiros da geração que lutou contra a ditadura varguista. Refletia, ao mesmo tempo que refratava e em alguma medida construía parâmetros de divulgação. Os personagens de seus livros e suas tramas construíam uma imagem ideal positiva da figura do militante comunista, como exemplo de conduta, firmeza inabalável e consciência política, capaz de conduzir como vanguarda heroica as lutas da classe trabalhadora.

Tal caracterização passava pelo comportamento nas prisões: diante da violência dos algozes, sempre prevalecia a firmeza de convicção dos comunistas, comprometidos com a causa e com os camaradas de jornada. Como no caso do personagem já citado, pai de Mariana e "herói anônimo" da trama dos *Subterrâneos*, que prestes a morrer delira e repete as palavras que dissera sob tortura para seus algozes: "De mim não arrancam nada".[38]

Um comportamento que poderia ser tomado como padrão de conduta pelos "verdadeiros" comunistas. Como o reconhecia o personagem do torturador Barros, quando pressionado pelo Chefe de Polícia a arrancar confissões de um grupo de comunistas presos. Nos pensamentos de Barros, tal como desenhados por Jorge Amado, a fúria que o levava a torturar barbaramente os comunistas se misturava a uma incompreensão quase carregada de admiração pela resistência absurda daqueles homens:

> Por que não falavam? Não falavam porque eram uns miseráveis, pareciam insensíveis. Insensíveis a toda a dor, à dor física e à dor moral, pareciam feitos não de carne e

[37] MORAES, D. de. *O velho Graça:* uma biografia de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992. p. 275-276.
[38] AMADO, 1954, v. 1, p. 42.

> ossos como todo mundo, mas de aço. 'É o exemplo de Stalin...', explicara-lhe um deles certa vez, há anos passados. Fora assim que Barros aprendera a significação daquele nome. Dera uns trancos naquele comunista insolente, mas todas as vezes em que se encontrava às voltas com um deles, tratando de arrancar-lhe confissões, recordava aquelas palavras. Como se fossem de aço, insensíveis a toda dor.[39]

No complemento do raciocínio de Barros, a descrição da crueldade das torturas e da resistência heroica dos militantes é complementada por aquela sensação complexa de ódio e admiração:

> Zé Pedro assistira, amarrado, à própria mulher ser possuída pelos investigadores. Barros vira as lágrimas molhando seus olhos mas eram certamente lágrimas de ódio, pois a sua boca só se abrira para insultá-los. Vira-a depois ser maltratada, receber bofetadas e pontapés no ventre. E não falava. Ele e Carlos haviam passado todo um dia e uma noite com o sexo amarrado, estavam quebrados de pancada, inchados e violáceos. No entanto não falavam. Uns monstros, uns bandidos, pelo seu gosto ele os mataria a todos, para que aprendessem a não ser assim tão... tão corajosos...[40]

Os *Subterrâneos da Liberdade*, entretanto, não foi o primeiro romance de Jorge Amado em que a experiência dos comunistas com as prisões foi retratada. Em *São Jorge dos Ilhéus*, de 1944, assim como em *Seara Vermelha*, de 1946, o tema aparece. É possível perceber como, em ambos, a prisão é apresentada de forma muito similar ao que observamos nas memórias dos militantes publicadas décadas depois, cumprindo o papel de momento de formação política e fortalecimento das convicções comunistas. Neste último, por exemplo, aparece o personagem Juvêncio, ou Nenén, um camponês filho de família pobre nordestina, que fugiu de casa para se alistar no exército, e depois entrou para o Partido. O personagem, que participou do Levante de 1935, onde teria

---

[39] AMADO, 1954, v. 3, p. 29.
[40] Ibid., p. 29.

desempenhado papel de destaque, é apresentado pelo autor como uma figura admirável, prenhe de integridade, coragem e solidariedade. O cabo Juvêncio, pela fidelidade ao partido, sacrifica sua vida pessoal. É preso, circula pelos presídios por onde passaram realmente milhares de militantes comunistas, e na cadeia tem a oportunidade de realizar uma formação teórica e política mais sólida:

> Juvêncio viera com os condenados políticos de Fernando de Noronha. Na Ilha Grande estudava. Para ele a prisão foi a universidade. Os nove anos que levou de cadeia em cadeia, em Natal, no Recife, na Correção e na Detenção no Rio de Janeiro, em Fernando de Noronha e por fim na Ilha Grande, foram de aprendizado. Os companheiros mais esclarecidos ajudavam-no. Leu, finalmente, aqueles livros que cobiçava nos dias anteriores à revolução de 35. Em Engels aprendeu que a 'liberdade é o conhecimento da necessidade' e pensou que o sertão estava aprendendo com sangue e dor. Tanto falava no sertão, nos camponeses explorados, que até faziam pilhérias com ele. Mas tanto eles como os de fora, os que lutavam na ilegalidade, sabiam que deviam cultivar no moço sertanejo o interesse pelo problema do campo. E lhe enviavam todos os materiais que tratavam da questão camponesa. Ele os devorava nos dias longos da prisão.[41]

Tratando da relação entre caracterizações literárias ficcionais e memorialísticas sobre a experiência dos militantes submetidos à violência do regime varguista, vale fazer um registro de como a experiência da prisão aparece mais tarde nas memórias do próprio Jorge Amado. Não são muitas as referências à prisão feitas em suas "quase memórias", no livro *Navegação de Cabotagem,* de 1992. Elas se apresentam em alguns momentos, de forma muito bem humorada, associadas às características do escritor como um "bom preso" e aos seus recordes pessoais. Numa passagem, associa o relato de seu retorno ao país, em 1942, com tarefas do partido e a certeza da prisão, a uma aventura amorosa de véspera. Noutra, se define: "Sou bom de cadeia, tirei de letra as minhas prisões, nem depressivo nem

[41] AMADO, J. *Seara vermelha.* 27 ed. São Paulo: Martins, 1972. p. 333-335.

ruidoso".[42] Em um último trecho reclama o reconhecimento de que fora detentor de uma marca difícil de ser batida de peregrinações pelo território nacional em poder do aparato repressivo:

> Percorri o Brasil, de ponta a ponta, em estado de prisioneiro político, talvez não seja o único a tê-lo feito, mas estou nesse campeonato. Nos primeiros dias de 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, fui preso em Manaus, acusado de ali ter ido para preparar, em conluio com o folclorista Nunes Pereira, uma insurreição de índios da Amazônia, nada mais, nada menos. Depois de dois meses de cadeia, um tanto quanto pândego, embarcaram-me no navio Pedro I, sob a vigilância de tira federal em visita à família amazonense nas festas de fim de ano. Durante cerca de vinte dias, de porto a porto, desci a costa brasileira, de Manaus ao Rio de Janeiro [...]. Tendo regressado do Uruguai e da Argentina, encontrava-me em Porto Alegre, em agosto de 1942, ia todas as noites à redação do *Correio do Povo* para saber dos últimos telegramas da guerra e bater papo com Raul Riff. Tomávamos média com pão e manteiga num botequim em frente, onde a polícia, numa meia-noite, me tomou preso, na manhã seguinte meteu-me no trem em companhia de um delegado. A viagem de Porto Alegre ao Rio durou uns quatro dias, em São Paulo mudamos de trem, fiquei no xilindró uns meses [...].[43]

Considerações Finais

Podemos concluir através do resgate de um caminho de pesquisa. Quando da primeira entrada no objeto deste artigo, através das memórias sobre a repressão política no regime Vargas registradas nos livros dos militantes, escritos décadas depois, percebemos elementos — a vida prisional como um momento de formação política e aprofundamento das convicções

---

[42] AMADO, J. *Navegação de cabotagem:* apontamentos para um livro de memórias que nunca escreverei. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 121.
[43] Ibid., p. 94.

políticas, combinada à força da moral comunista, expressa, por exemplo, no heroísmo do sofrimento das torturas sem ceder aos torturadores — que parecem expressar parte de uma experiência comum. No entanto, lendo as obras literárias escritas bem antes, pode-se aventar a hipótese de que tal experiência foi inicialmente registrada (e de certa forma modelarmente retratada) por um conjunto de obras literárias, especialmente as de Jorge Amado, que moldaram toda uma mitologia do padrão comunista de comportamento ante a prisão política.

Não se quer dizer com isso que as obras de Jorge Amado inventaram a experiência. Pelo contrário, a experiência foi por ele reproduzida e recriada literariamente a partir da vida de muitos homens e mulheres de carne e osso. Mas, mesmo sendo difícil avaliar o quanto, é inegável que toda uma geração, aí incluídos militantes que como ele passaram pelos cárceres de Vargas, foi influenciada por suas obras, e por certo as tinham em mente quando redigiram suas memórias.[44]

As experiências com a repressão política e, particularmente, o encarceramento, durante o primeiro governo Vargas, foram elementos fundamentais na formação de toda uma geração de militantes que se aproximou do comunismo através da Aliança Nacional Libertadora e ingressou efetivamente no PCB durante ou após a experiência prisional.

A publicação das memórias desses militantes, retratando em alguma medida aquele período, respondeu a uma série de impulsos, como: o de valorização do caráter "heroico" daquela geração militante; o de denúncia da base ditatorial a partir da qual se construiu a força política do trabalhismo e do Varguismo; o de ressaltar a solidariedade e a humanidade como valores que podem emergir em situações extremas como a da violenta privação da liberdade; e, mais especialmente, o de resgate da memória da experiência ditatorial de forma a evitar sua repetição.

---

[44] Interessante notar que o Auto de Exibição e Apreensão do material em poder de Pagu (mais tarde uma crítica severa do realismo socialista), quando de sua prisão em janeiro de 1936, listam-se, entre algumas dezenas de livros, *Cacau* e *jubiabá* de Jorge Amado. Cf. Fundo Pagu, Documentos do Processo 615 do Tribunal de Segurança Nacional, pasta 3, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP).

Mas, como não se evitou o retorno à ditadura, no pós-1964, particularmente no período da chamada "transição política", quando foram publicadas muitas daquelas memórias, as sequências de encarceramentos e a longa quebra da institucionalidade democrático-representativa, geraram também, entre os autores de tais memórias, um objetivo de (re)credenciá-los, e a suas organizações, como legítimos representantes da classe trabalhadora e das lutas populares no Brasil.

Não se pode menosprezar o fato de que a prisão por motivos políticos está longe de haver sido completamente superada no Brasil. Ela sobrevive, ainda que em dimensões bem menores, neste período de democracia representativa, como o demonstra o fato de existirem diversos militantes hoje encarcerados, não propriamente por sua participação em ações específicas, mas principalmente pelo estigma associado à militância social em movimentos como o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Por outro lado, a violência ilegal e imoral da tortura sistemática, se não foi inventada pela ditadura varguista, por certo foi aperfeiçoada como instrumento de Estado naqueles anos. Hoje, porém, ela continua sendo empregada em milhares de delegacias e prisões brasileiras, como método de "investigação" e, principalmente, como instrumento de desumanização daqueles que são encarcerados neste país.

Quaisquer que fossem, portanto, os objetivos ou as influências literárias dos militantes comunistas que passaram pelos cárceres varguistas, seus livros de memórias nos trazem à lembrança valores fundamentais aos dias de hoje, como a repulsa ao autoritarismo das ditaduras, a condenação à tortura e a esperança na capacidade transformadora dos homens e mulheres comuns.

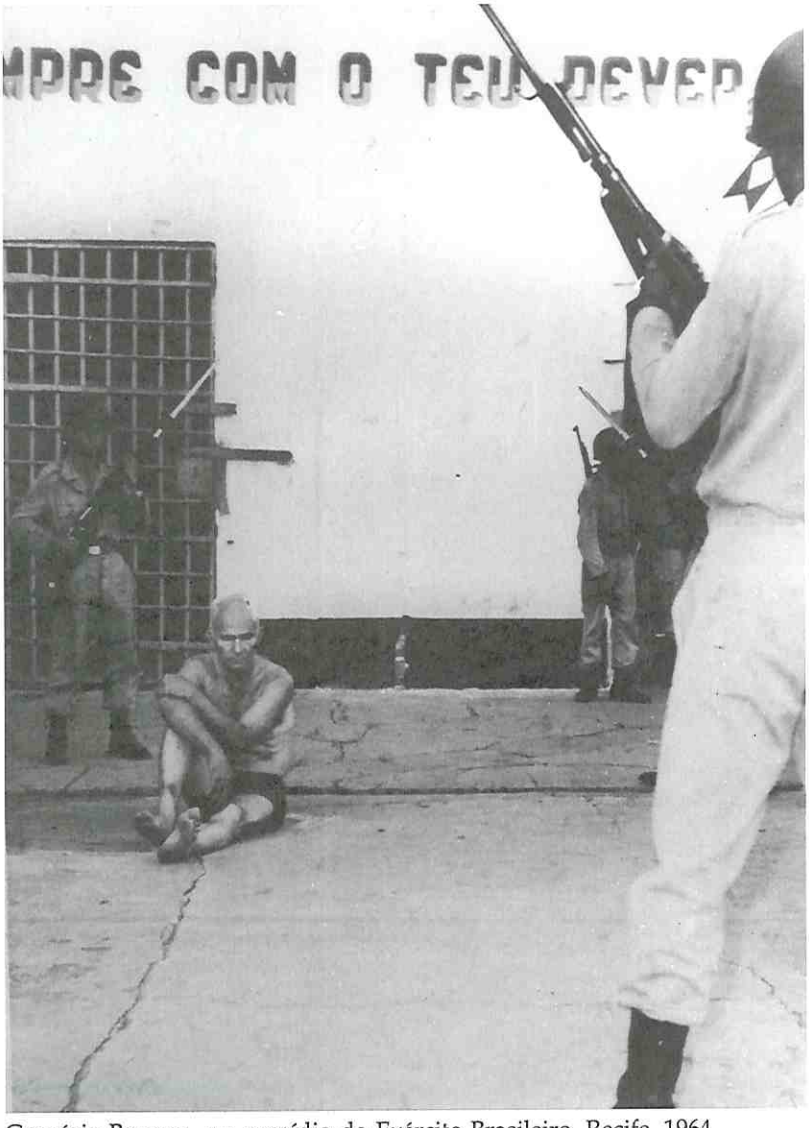
MEMORIES OF POLITICAL PRISON UNDER THE VARGAS REGIME

ABSTRACT

This article is about the records of the prison experience during the first Vargas' government, published in memories of communist militants. Noting the diversity of this memorialistic literature, the article invests in the analysis of the common aspects of the narratives of activists who were not exactly professional writers, comparing them with the literature on the same topic produced by Graciliano Ramos and Jorge Amado.

KEYWORDS

Communist Party. Political imprisonment. Vargas Age. Memories.



Gregório Bezerra, em presídio do Exército Brasileiro, Recife, 1964.
(Fundo Voz da Unidade/PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 00997, p. 32).

Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista Seiva *(1938-1943)*

AÇÃO CULTURAL, ANTIFASCISMO E UNIÃO NACIONAL NA REVISTA *SEIVA* (1938-1943)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a atuação da revista baiana *Seiva* enquanto instrumento de ação cultural e de luta política a serviço do antifascismo e da União Nacional no Brasil. Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados, um deles pertencente ao Partido Comunista do Brasil (PCB), *Seiva* constituiu-se num importante espaço de divulgação das formulações políticas dos comunistas em meio ao Estado Novo, à Segunda Guerra Mundial e à ameaça fascista que pesava sobre diversos países. Sendo um veículo legal e oficioso do Comitê Regional da Bahia (CR-BA) do PCB, os comunistas, através da *Seiva*, iniciaram um vigoroso processo de resistência e recomposição partidária a partir da intervenção direta no movimento de massas que arrastou multidões às ruas contra o nazifascismo, a quinta-coluna e o integralismo. Ao longo dos seus cinco anos de funcionamento, *Seiva* expressou a linha política do PCB, sendo fechada por determinação do Estado Novo em 1943.

PALAVRAS-CHAVE

Partido Comunista do Brasil (PCB). *Seiva*, revista. Antifascismo. União Nacional.

Carlos Zacarias de Sena Júnior[1]

AÇÃO CULTURAL, ANTIFASCISMO E UNIÃO NACIONAL NA REVISTA *SEIVA* (1938-1943)[2]

Entre 1938 e 1943, uma experiência pioneira desenvolvida em Salvador abria as portas do mundo cultural e literário brasileiro para as posições antifascistas que começavam a tomar corpo no país. Após um longo período de silêncio, que sucedeu a fracassada tentativa insurrecional de novembro de 1935, o conjunto dos antifascistas, muito especialmente os agrupados sob a bandeira do Partido Comunista do Brasil (PCB), depois de permanecerem acuados ante a onda de repressão e perseguição intensas, procuraram se reagrupar em pequenos nichos onde imperava uma relativa liberdade que furava as brechas do Estado Novo.[3] No movimento estudantil e entre a juventude, nas faculdades de Direito e Medicina da Bahia, e em diversos espaços frequentados pela intelectualidade liberal, os comunistas puderam construir uma experiência de resistência ao nazifascismo exortando os povos do mundo a levantarem a bandeira do antifascismo. O objetivo deste texto é analisar o período de existência e a atuação da revista baiana *Seiva* enquanto

---

[1] Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). <zacasenajr@uol.com.br>

[2] Devo registrar a minha gratidão e prestar minha homenagem ao Sr. João da Costa Falcão (*in memoriam*), pelas entrevistas, conversas e disponibilzação de seu acervo pessoal com todos os exemplares da revista *Seiva*, com exceção do número seis. Tais exemplares foram posteriormente doados pelo próprio Falcão à Academia de Letras da Bahia. Este artigo valeu-se de excertos da comunicação Mensagem aos Povos da América: ação cultural, antifascismo e união nacional na revista *Seiva* (1938-1945), publicada nos Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História: Guerra e Paz [CD ROM], Londrina: Mídia, 2005. Este trabalho valeu-se também do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do edital Universal 2011.

[3] Optamos por utilizar o nome adotado originalmente pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) até 1961.

instrumento de ação cultural e de luta política a serviço da linha de União Nacional e de antifascismo adotada pelos comunistas no Brasil e em diversas partes do mundo na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo brasileiro.

A virada das décadas de 1920-1930 trouxe de volta o espectro da revolução mundial. Com a reabertura de uma nova vaga revolucionária, com epicentros na Alemanha, França e Espanha, mais uma vez as forças da revolução e da contra-revolução voltavam a se enfrentar.[4] Como resultado das feridas abertas desde a primeira onda revolucionária ocorrida entre os anos de 1917 a 1923, e se acentuando, sobretudo, em função da crise econômica de 1929, os desdobramentos da nova polarização estiveram também ligados a ascensão das frentes populares que recolocaram a questão do poder na ordem do dia para os partidos comunistas francês e espanhol.[5] Não obstante, enquanto a situação da Alemanha permanecia sendo central na conjuntura, a nova derrota da revolução neste país, consubstanciada com a ascensão das correntes nazifascistas ao poder, praticamente decidiu os destinos das revoluções no restante da Europa.

No Brasil, em que pese o fato de que não tenha chegado a haver uma crise revolucionária, uma espécie de contra-revolução preventiva se anunciou dentro do governo constitucional de Getúlio Vargas diante da ascensão da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Criada em março de 1935 por iniciativa de comunistas e antifascistas diversos que se inspiravam nas experiências de frentes populares pela Europa, a ANL vinha criando núcleos por todo Brasil abrigados sob a bandeira da libertação nacional e da luta anti-imperialista. Como resposta ao rápido sucesso que a ANL alcançou, e também em função de que tal organização tinha Luiz Carlos Prestes como presidente de honra, o governo de Getúlio pôs-se em severa vigilância

---

[4] Cinco ondas revolucionárias foram identificadas pelo historiador Valério Arcary no século XX. Sobre o assunto, ver: ARCARY, V. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Xamã, 2004. p. 138-139.

[5] Para uma discussão sobre a revolução e a contra-revolução, no contexto citado, ver: SENA JÚNIOR, C. Z. de. Nas trincheiras da democracia: os comunistas e a Frente Popular entre a revolução e a contra-revolução. *Revista História & Luta de Classes*, s.l., n. 12, p. 28-34, set. 2011.

contra a organização que funcionava legalmente. Enquanto os aliancistas, como eram chamados, combatiam os fascistas abrigados principalmente na Ação Integralista Brasileira (AIB) nas ruas das grandes cidades, o governo apenas permaneceu vigilante. Todavia, quando a consigna de Governo Popular Nacional Revolucionário se transfigurou na palavra-de-ordem, lançada por Prestes, de Todo Poder à ANL, o governo Vargas pôs a organização na ilegalidade, afastando centenas de membros de suas fileiras, sobrando, sobretudo, os comunistas.[6] Estes, já costumados aos longos anos de clandestinidade permaneceram agitando as palavras-de-ordem lançada pelo PCB que intensificavam a luta contra o governo, caracterizando-o de entreguista e proimperialista, reforçando os apelos pela formação de uma frente única (popular) antifascista.[7]

Intensificando seu combate ao governo de Getúlio e após incorporar em suas fileiras uma parte da tradição rebelde que havia levantado os quartéis no Brasil na primeira metade da década de 1920, os comunistas que estiveram à frente da ANL protagonizaram as insurreições que alcançaram quartéis do Exército em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. Com efeito, o episódio que passou à história com o termo de "Intentona Comunista" consubstanciou uma das mais importantes derrotas do PCB desde a sua criação em março de 1922. O resultado dos levantes de 1935 foram bastante desastrosos para o PCB, tanto porque quase toda a sua direção foi encarcerada nos dois anos seguintes ao levante, quanto pelo fato de que, ancorado no discurso de que o Brasil vivia ameaçado por uma nova revolta comunista, Getúlio Vargas desfechou o golpe do Estado Novo em novembro de 1937, estabelecendo um regime de características protofascistas.[8]

---

[6] Sobre a formação da Aliança Nacional Libertadora ver: PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

[7] Fundado em março de 1922, o PCB teve curtos períodos de legalidade em 1922 e 1927. Sobre a atuação da ANL no período da ilegalidade, ver: VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 143-150.

[8] Ver, sobre o assunto, SENA JÚNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 29-39.

Acerca do período entre 1935 e 1937, a historiografia brasileira sobre o PCB optou quase sempre por tratar apressadamente a vida partidária, considerando que com a queda das direções nacionais o Partido praticamente havia deixado de existir como organização centralizada.[9] Só muito recentemente, após a abertura dos arquivos da Internacional Comunista (IC), é que foi possível encontrar o elo perdido entre as direções que caíram em 1935/1936 e aquelas que emergiram na conjuntura pós-1940.[10] Com efeito, o hiato estabelecido entre as linhas políticas adotadas nos dois períodos, insurrecional em 1935 e de União Nacional em 1943, pode ser compreendida dentro de um escopo de formulações estratégicas que pensavam o Brasil como um país feudal e vinculavam suas táticas a construção da unidade antifascista e de defesa da democracia com vistas ao estabelecimento de uma verdadeira revolução nacional libertadora (democrática) no país. É neste contexto que surge a experiência baiana da revista *Seiva*.

Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados na luta política, alguns deles ligados ao PCB, *Seiva* constituiu-se em um importante espaço de divulgação das formulações políticas do Partido Comunista do Brasil em meio às intempéries do Estado Novo, à conjuntura da Segunda Guerra Mundial e permaneceu sendo uma trincheira aberta de combate à ameaça fascista que pesava sobre o Brasil e sobre vários outros países do mundo. Sendo um veículo legal e, de certa forma, oficioso do Comitê Regional da Bahia (CR-BA), órgão dirigente do PCB no Estado, através das páginas de *Seiva* os comunistas baianos iniciaram um vigoroso processo de resistência e

---

[9] Sobre o período, um dos mais importantes trabalhos a tratar do assunto é a obra pioneira de DULLES, J. F. *O comunismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Sobre o possível desaparecimento do PCB depois de 1935, Gildo Marçal Brandão defende a ideia de uma refundação em 1945. Cf. BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 156.

[10] Sobre o período de intensa atividade partidária revelado após a abertura dos arquivos da Internacional Comunista (IC), veja os trabalhos dos historiadores PRESTES, A. L. *Da insurreição armada (1935) à União Nacional (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001; KAREPOVS, D. *Luta subterrânea*. São Paulo: HUCITEC: Ed. da UNESP, 2003, além do nosso próprio trabalho já citado: SENA JÚNIOR, 2009.

recomposição das hostes pecebistas nesta região do Brasil a partir da intervenção direta no movimento de massas que dava os primeiros passos rumos ao ressurgimento, culminando com a atração de multidões às ruas em inícios da década de 1940, na luta contra o nazifascismo, contra aquilo que chamavam de "quinta-coluna" e contra o integralismo da AIB. A partir da análise da ação política e cultural da revista *Seiva*, pode-se compreender o momento de reestruturação do PCB desde a derrota de 1935, tanto através da sua intervenção na luta de classes na época da Segunda Guerra, quanto pela ascensão de uma jovem direção partidária formada na luta antifascista, que desceria do Norte e Nordeste para dirigir o Partido no Centro-Sul do país em meados dos anos 1940.

Em que pese o fato de que o Comitê Regional da Bahia tenha vindo a ocupar um papel importante no processo de reorganização do Partido no plano nacional em fins dos anos 1930 e início da década de 1940, o PCB era, neste Estado, uma organização bastante débil. De acordo com os responsáveis pela construção partidária, até fins dos 1920, o PCB não tinha conseguido fincar raízes na Terra de Todos os Santos, de maneira que o processo de efetivação do Comitê Regional na Bahia, organismo dirigente do Partido no Estado, ao que parece, só pôde se consumar no início da década de 1930. Nesta época, muito em função da luta antifascista que movimentava os meios estudantis e universitários por todo o Brasil, o PCB conseguiu atrair jovens estudantes para as suas fileiras. Estes podem ter se somado aos poucos militantes, egressos dos anos 1920, já que os primeiros registros de membros do PCB na Bahia datam de 1925, quando se contabilizavam apenas seis membros do Partido na Bahia, ou podem ser eles próprios os pioneiros de uma organização que não chegou a ser efetivamente fundada na Terra de Todos os Santos.[11]

---

[11] Fundo Internacional Comunista, 495-029-024, Recrutamento e Organização - Balanço do que se fez durante o anno de 1925. O que é preciso fazer daqui por diante, programma para 1926, Centro de Documentação e Memoria da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP). A guisa de informação, tenho desenvolvido algumas hipóteses sobre a organização e construção do PCB na Bahia que foram apresentadas em: SENA JÚNIOR, C. Z. de. As formigas obscuras da revolução mundial na Terra de Todos os Santos. In: ARAÚJO, D. O.; MARCARENHAS, M. J. R. (Orgs.). *Sociedade e relações de poder*. Salvador: EDUFBA, 2012 (no prelo).

Em dezembro de 1938, sob a direção dos estudantes João da Costa Falcão, Emo Duarte, Virgildal Sena e Eduardo Guimarães foi lançada, na Bahia, a primeira edição da revista *Seiva*. Circulando com cerca de mil e quinhentos exemplares, e prevista inicialmente para ter uma tiragem mensal, o periódico veio a público com o ambicioso dístico Mensagem aos Intelectuais da América. Pretendendo estabelecer uma ponte entre a *intelligentsia* intercontinental que parecia à beira de se defrontar com mais um período de cataclismo bélico-mundial, conforme se pressentia com o avanço dos regimes nazifascistas, ou filofascistas, que atingiam parte da Europa e do continente americano, desde a derrota da revolução mundial em 1923, *Seiva* demarcava em sua abertura um campo pouco explorado nas publicações brasileiras, todas elas bastante vigiadas pela censura do Estado Novo.[12]

Como foi dito, quando em novembro de 1937, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo no país, os movimentos sociais e, principalmente, o movimento comunista, quase que praticamente desmantelado desde o levante de 1935, seriam duramente atingidos por brutal reação de caráter anticomunista que consagrava a vitória de governos autoritários num mundo que ainda lutava para curar as feridas da Grande Guerra que o atingira entre 1914 e 1918. Foi neste contexto que os estudantes comunistas e membros do Comitê Regional da Bahia Diógenes de Arruda Câmara, então com 25 anos, e Armênio Guedes, com 21, reunidos na casa da família deste último, em maio de 1938, decidiram pela criação de um mensário que expressasse a política do PCB e que também influenciasse a intelectualidade liberal e antifascista brasileira. Para isso incumbiram o jovem João Falcão, de 19 anos de idade, um recém convertido ao comunismo, da enorme tarefa que era fundar um periódico antifascista num país cujo governo tinha claros traços de fascismo. Os dirigentes comunistas pretendiam, com um órgão mensal de fachada literária, criar as bases para a superação da letargia e do defensismo a que estavam submetidos os comunistas brasileiros naqueles anos de reação e contra-revolução. O periódico que faria às vezes de oficioso do PCB, na ilegalidade desde 1927, e

[12] Cf. FALCÃO, J. *História da revista Seiva*. Salvador: Ponto & Vírgula, 2008. p. 7.

sem uma direção centralizada desde as quedas de 1936 e as crises e cisões de 1937 e 1938, ambicionava ser um pólo de convergência do antifascismo e um centro de reagrupamento dos comunistas Brasil afora.[13]

Contudo, a criação de um periódico, de uma revista propriamente dita, seria uma tarefa demasiado arriscada, porquanto havia que se tomar todas as precauções e providências necessárias para que o intento lograsse êxito, com um mínimo de risco aos seus participantes. Por orientação dos dirigentes do Comitê Regional da Bahia do Partido Comunista do Brasil, caberia ao jovem militante João Falcão reunir o corpo diretivo do periódico entre indivíduos insuspeitos, preferencialmente sem nenhuma ligação com o PCB, de maneira que estes nem sequer deveriam desconfiar das ligações da revista com o Partido Comunista e da ligação de um dos seus editores com a militância vermelha. Da mesma forma, João Falcão, filho de uma abastada família de comerciantes da cidade de Feira de Santana, a 108 km de Salvador, deveria angariar os fundos para o sustento integral do periódico, já que o Partido não dispunha de recursos para tal fim. Além disso, o jovem comunista deveria ainda eleger uma gráfica e recolher os textos para que a edição do primeiro número de *Seiva* circulasse o quanto antes com vistas a "aglutinação" da intelectualidade brasileira em torno de um projeto antifascista: "Seria a primeira publicação antifascista de caráter nacional dirigida pelo Partido, que através dela divulgaria sua linha política".[14]

Tomadas as precauções e realizados os preparativos, no dia seis de dezembro de 1938, surgia o primeiro número da revista *Seiva*, assim denominada por sugestão do estudante de agronomia Diógenes de Arruda Câmara, que pretendia homenagear um outro periódico do início do século.[15] Distribuída pelos seus diretores e alguns colaboradores nas bancas de jornais e revistas de Salvador, o novo periódico, que chegou a ser

---

[13] FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci.* 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000. p. 42-43. Neste livro, Falcão informa que estaria presente também na reunião Rui Facó.

[14] Ibid., p. 43.

[15] Ibid., p. 44.

saudado nas páginas do jornal *A Tarde* pelo ex-deputado federal Luiz Viana Filho — que viria posteriormente a ser governador do Estado, novamente deputado e senador nas décadas seguintes — trazia em seu primeiro número, publicado em formato grande (0,22x0,32), a colaboração de diversos intelectuais, alguns comunistas, como Leôncio Basbaum (sob o pseudônimo de Luiz Bastos), Carlos Lacerda (que assinou como Marcos Pimenta), Paulo Cavalcanti, entre outros, e quase todos antifascistas, como Afrânio Coutinho, Orlando Gomes e mais de uma dúzia de colaboradores que se unificavam no sentimento antifascista, quiçá anti-Estado Novo.[16]

A bem da verdade, nos primeiros cinco números da revista, publicados entre dezembro de 1938 e setembro de 1939, em que pese a presença de diversos comunistas assinando textos, e também pelo fato de que a revista surgiu com o propósito de divulgar a linha do PCB, conforme o próprio Falcão havia dito, sob pseudônimos ou não, os temas tratados eram quase todos ligados à literatura e ao mundo da cultura, muito embora de forma crítica e subliminarmente antiautoritária. Evitava-se adentrar diretamente ao debate político procurando não se confrontar com o Estado Novo de Vargas e sua polícia política comandada por Filinto Muller. Talvez porque o próprio PCB já admitisse, desde março, a União Nacional com o governo Vargas, talvez porque se receasse a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado na Bahia pelo médico Enéas Torreão Costa, não se pode dizer exatamente sobre a opção dos comunistas de não tratarem logo do antifascismo desde os primeiros números da *Seiva*. O fato a se notar foi que *Seiva* pouco tratou de temas mais abertamente políticos em sua primeira fase, que pode ser contada até o sexto número, publicado em novembro de 1939.

Neste sentido, o texto de abertura de *Seiva* em seu primeiro número, publicado em dezembro de 1938, assinado por Orlando Gomes, um jovem professor de direito que já havia sido preso quando da instalação do Estado Novo por discursar citando a União Soviética, trazia uma apreciação sobre o Fundamento da

---

[16] *A Tarde* [Salvador] 14 dez. 1938. (Acervo: Jornal *A Tarde*, Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)/Setor: Jornais); *Seiva*, Salvador, n. 1, dez. 1938 (Acervo pessoal de João Falcão, designado a partir daqui como APJF).

Autoridade. No artigo, em que critica o fascismo de Mussolini baseado no fundamento artificial da dominação pela força, o professor defende a ideia de que todo princípio de autoridade deve repousar na democracia, que constrói o legítimo consentimento, estabelecendo a autoridade e a ordem, sendo esta "o regime político e social em que melhor se ajustam a independência e a segurança, o Estado e o indivíduo, a autoridade e a liberdade".[17] Como parece evidente, a crítica velada ao Estado Novo recém estabelecido no Brasil, embora não se alinhe com a política pouco conhecida do PCB, ousa desafiar a ditadura varguista que acabara de ser instaurada, ainda que de maneira subliminar, demonstrando, de pronto, a que *Seiva* tinha vindo ao mundo.

Ainda neste primeiro número e nos seguintes, *Seiva* deu ampla cobertura a temas políticos, muito embora de maneira a evitar o confronto aberto com o governo Vargas. Assim, a maioria dos textos que tratavam da política, do Estado e do governo, o faziam de forma genérica, nunca se referindo ao caso específico do Estado Novo brasileiro ou à figura do seu ditador. São próprios desta fase da *Seiva* tratar de temas filosóficos e literários relacionados ao universo cultural mais amplo, embora não descolados do projeto comunista de denúncia do regime do Estado Novo, em parte também assumido por liberais como Nestor Duarte e Luiz Viana Filho que também redigem artigos que são publicados nos primeiros números de *Seiva*.

Não obstante, o projeto político de *Seiva* vai logo expresso no editorial do número inaugural, quase que despretensiosamente perdido no miolo da revista, na página dezoito. Nele se lê o brado aos intelectuais da América, brado este logo convertido a todos os povos:

> Quando do outro lado do Atlântico o ódio e a discórdia cavam barreiras profundas entre os povos, SEIVA surge com o propósito de unir a inteligência de toda a América em um largo abraço de amizade e compreensão. A mesma disposição de defender a dignidade do pensamento e da civilização contra a onda avassaladora de barbarismo

[17] GOMES, O. Fundamento de Autoridade. *Seiva*, Salvador, n. 1, p. 3, dez. de 1938. (APJF).

> solidariza todos os intelectuais honestos do universo, especialmente os da América, reduto invencível de paz, mas que se levantará como um só homem contra o que ouse desrespeitar o solo de qualquer das suas livres nações. Para essa tarefa de tornar cada vez mais real a cordialidade entre os povos e resguardar o pensamento humano dos atentados que contra ele se vão preparando, numa proporção assustadora, urge a união de todos os homens da América, para onde se volve a cobiça dos imperialismos expansionistas, união que deve ser começada pelos seus intelectuais, defensores natos da cultura e do progresso da humanidade. SEIVA tem, portanto, as suas colunas abertas a todos os escritores da América que simpatizem com essa orientação e queriam contribuir com a sua inteligência e a sua boa vontade para a aproximação de todas as nações americanas, pelo trabalho sincero e desinteressado de seus homens de pensamento. É animada desse espírito que SEIVA dirige a sua mensagem de simpatia, de admiração e de fraternidade a todos os escritores da América, até onde possa chegar, mensagem que é um reflexo da simpatia, da admiração e da fraternidade com que olha e deseja sempre olhar os povos a que eles pertencem.[18]

Como se pode ver, A Mensagem aos Intelectuais da América era tão ampla como genérica era a menção aos "imperialismos" referida no texto. Na fase seguinte, contudo, as generalidades cedem espaço para o confronto aberto, o imperialismo ganha a face das nações fascistas, e os intelectuais exortados são os típicos antifascistas que lutavam pela unidade nas diversas nações da América e do mundo. Ou seja, *Seiva* vai gradualmente se politizando e se internacionalizando, conforme o mundo entra numa nova fase de conflito e cataclismo que envolve todos os povos.

Todavia, *Seiva* não deixa de tratar de temas nacionais e até mesmo baianos. No seu quarto número, publicado na simbólica data 13 de maio de 1939, com a capa estampada com a efígie de Castro Alves, a primeira a homenagear um personagem

[18] MENSAGEM aos Intelectuais da América, *Seiva*, Salvador, n. 1, p. 18, dez. 1938. (APJF).

e a trazer uma imagem, há amplo destaque para a questão do negro na sociedade brasileira como forma de discutir a abolição da escravatura ocorrida em 1888. Neste número, cujos colaboradores são quase todos baianos, após breve introdução em homenagem ao poeta dos escravos, em que se afirma a necessidade de "reabilitação social e histórica do negro", fragmentos da poesia *O Navio Negreiro* dão o tom da edição especial dedicada aos negros.[19] Neste número, o jovem estudante de direito e militante comunista Aristeu Nogueira escreve sobre Escravos e Trabalhadores Livres no Nordeste Baiano, refazendo o percurso histórico dos cativos entre a África e o Brasil, Nogueira enfatiza a dura vida dos escravos chegados à Bahia, seu trabalho estafante, seu descanso precário, seus cultos às escondidas e sua vida pós-abolição que não havia mudado no fundamental, já que precisavam lutar contra a fome e contra a falta de assistência do poder público, para concluir: "O trabalhador livre é escravo da sociedade em que vive. Mudou de senhor".[20]

A bem da verdade a análise adotada pelo PCB sobre a realidade brasileira que norteará a elaboração da tática das décadas de 1930 e 1940, denotavam a compreensão de que o Brasil era um país semiescravista e semifeudal, de maneira que as tarefas da revolução brasileira eram, para os comunistas, democrático-burguesas e de libertação nacional. Com o fito de firmarem as bases desta orientação, a própria direção do PCB, precariamente estabelecida em Salvador entre agosto de 1936 e março de 1937, como forma de fugir da repressão no centro-sul do país, publicou um documento que seria um marco na inflexão entre a linha insurrecional de 1936 e a linha de União Nacional que viria a ser adotada em 1938. Com efeito, A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes, lançado em dezembro de 1936, consubstancia a nova orientação que enfatiza o papel daquilo que entendiam ser a "burguesia nacional" no quadro de alianças necessárias ao proletariado e seu Partido, o PCB.[21]

---

[19] Segundo João Falcão, dos 16 colaboradores do número 4 de *Seiva*, somente quatro não eram baianos. Cf. FALCÃO, 2008, p. 27.

[20] NOGUEIRA, A. Escravos e Trabalhadores Livres do Nordeste Bahiano, *Seiva*, Salvador, n. 4, p. 3, mai de 1939. (APJF).

[21] Cf. KAREPOVS, D. *Luta subterrânea*, 2003, p. 122-132; Cf. também SENA JÚNIOR, 2009, p. 39-48.

Em todo caso, muito embora uma forte movimentação intelectual e de balanço político estivesse atingindo o PCB no plano nacional com enorme repercussão na Bahia, *Seiva* muito dificilmente divulgará a linha política exarada pelo partido, senão de maneira sutil e subliminar, muito provavelmente devido à forte repressão que havia atingido o país desde o levante de 1935 e, principalmente, desde a decretação do Estado Novo em 1937.

Ainda assim, muito embora a *Seiva* só viesse a se politizar definitivamente a partir dos anos 1940, especialmente a partir de 1942, quando os Estados Unidos entraram na guerra ao lado da União Soviética, no seu sexto número, ainda em 1939, o estudante de direito Carlos Garcia, um sergipano ligado ao PCB e radicado na Bahia, assinava um texto expressando o momento marcado pelo estabelecimento do pacto entre a Alemanha e a URSS firmado em agosto de 1939. Talvez no esteio da posição inicialmente adotada pelo governo brasileiro frente à guerra, deflagrada em setembro de 1939, a "neutralidade" passou a ser uma bandeira defendida pelos comunistas que, inclusive, já tinham forte presença no movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937/1938. Nesse sentido, Carlos Garcia afirmava, no artigo A Posição dos Estudantes Frente à Guerra, entre outras coisas: "apoio ao governo nas medidas que tomar contra os núcleos estrangeiros que põem em perigo a unidade nacional".[22]

Se não era novidade para os comunistas a defesa apoio ao "governo frente à reação" (sic), política que o PCB já vinha ensaiando desde pelo menos 1938, quando publicaram o documento União Nacional pela Democracia e pela Paz, o fato novo era o paradoxo de continuar a fazê-lo, contra o fascismo, no bojo da vigência do acordo entre Hitler e Stalin, que fazia com que o movimento comunista internacional abdicasse, provisoriamente, de suas noções de "bom" e "mau" imperialismo, admitindo-se ainda aberto o campo de possibilidades com a eclosão da guerra e a movimentação das potências ditas "democráticas", bastante refratárias a uma aliança com a URSS,

---

[22] GARCIA, C. A Posição dos Estudantes Frente à Guerra, *apud* FALCÃO, J. *O Brasil e a 2ª Guerra Mundial.* Brasília: Ed. da UnB, 1999. p. 28.

e o eixo nazifascista, momentaneamente disposto a estabelecer uma trégua com os comunistas stalinistas.[23] De qualquer forma, deixavam-se abertas as possibilidades de enfrentamento de qualquer agressão imperialista, viesse ela da América do Norte, o que não se admitia explicitamente, viesse da Europa nazifascista, o que era tido como bastante mais provável.

Seria, principalmente, na segunda fase da revista, que apareceria em novo formato e com quase um ano de atraso, que o PCB expressaria com maior firmeza e nitidez sua posição de neutralidade através das páginas da *Seiva*. Especialmente quando opta por desvincular a luta econômica, "pelo progresso do país", da luta política contra Getúlio Vargas, admitido como potencial aliado contra a reação, os comunistas buscam evitar as consignas antifascistas que haviam incorporado desde, pelo menos, 1934. Em setembro de 1940, com vários meses de atraso, *Seiva* publica seu editorial comemorando um ano de vida, num número ainda pouco disposto à politização plena. E quando tratam das dificuldades para pôr em circulação um periódico, em meio aos "problemas nacionais" e à falta de informação, trazem, mais uma vez, a questão da "neutralidade" ao centro das discussões: ora, se *Seiva* não incorporou desde os seus primeiros números a linha política do PCB, optando por tratar genericamente das questões do Estado Novo evitando confrontá-lo com as caracterizações que estavam presentes nos documentos partidários que entendiam o regime estabelecido com o Estado Novo como fascista, nesta segunda fase, conforme se agudizava a conjuntura da guerra e de acordo com o objetivo prioritário de defesa da URSS como "pátria do socialismo", as páginas de *Seiva* se abrirão para divulgar a linha adotada pelos comunistas.

---

[23] Publicado em março de 1938, o documento União Nacional pela Democracia e pela Paz, afirmava o apoio a Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, declarando ainda que "apoiará também qualquer medida que o Governo Federal venha a tomar para preservar o nosso país da agressão nazista". Cf. Fundo Hermínio Sachetta, União Nacional pela Democracia e pela Paz! RJ 28/03/1938, ass. Bureau Político do PCB, 2. p. datilografadas, publicado em A *Classe Operária*, São Paulo, n. 207, abr. 1938, Pasta 33/162, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Campinas, SP. Sobre o assunto, ver também SENA JÚNIOR, 2009, p. 72-74.

Nesta segunda fase da *Seiva*, iniciada com o número sete e prosseguindo até o número onze — dezembro de 1941 —, o periódico baiano vai sofrendo um processo de progressiva politização, optando por tratar de temas internacionais relacionados aos problemas da guerra, mas sem implicações diretas com o Brasil. Também trataria, perifericamente, de importantes questões nacionais sem, contudo, aprofundar o problema político interno, evitando caracterizações do regime que, não obstante, havia imprimido diversos reveses ao PCB, como as prisões de 22 membros do Comitê Regional de São Paulo em 1939, a queda do que restava do Comitê Central do Partido no Rio de Janeiro e a prisão de Diógenes de Arruda Câmara, um dos responsáveis pelo PCB na Bahia e um dos animadores de *Seiva*.[24]

De acordo com João Falcão, questões operacionais relacionadas a um "ambicioso projeto de ter uma oficina própria", além das prisões no Rio impediram *Seiva* de circular em comemoração ao seu primeiro ano de vida, de modo que desde a divulgação do pacto germano-soviético somente um número foi publicado ao longo de 1939, justamente aquele de setembro. Seria possível que os comunistas baianos estivessem paralisados depois da divulgação do pacto entre Hitler e Stalin? A literatura sobre o assunto é bastante variada e nem sempre concordante sobre a postura assumida pelo PC do Brasil diante do pacto. Em todo caso, a prisão de Arruda Câmara deve ter dificultado sobremaneira a edição de *Seiva*, tanto por motivos operacionais como políticos, já que, segundo Falcão, "Arruda Câmara era muito importante para a vida da revista. Por seu intermédio recebíamos a maior parte das colaborações. Ele mesmo fazia a tiragem dos artigos e exercia a 'censura política' do partido".[25]

Seiva reaparecerá exatamente um ano depois da edição de setembro de 1939, com um projeto gráfico reformulado, com uma nova equipe de gráficos de confiança indicados pelo Partido e, sobretudo, com uma posição política mais definida, "mais opinativa e menos literária", segundo palavras do seu editor

[24] Sobre as prisões ocorridas entre 1939 e 1940, ver: KAREPOVS, 2003, p. 410; SENA JÚNIOR, 2009, p. 95-96.
[25] FALCÃO, 2008, p. 35.

João Falcão.[26] Não obstante Falcão parece se trair quando afirma que *Seiva* assume uma feição antifascista. Considerando que em 1940 o pacto germano-soviético ainda estava em vigor, *Seiva* muito dificilmente poderia permanecer com a posição adotada pelo Partido antes de agosto de 1939, de maneira que o editorial em comemoração à passagem do seu primeiro ano de vida, ao lado de apresentar a nova fase em que *Seiva* procurava se inserir deixa clara a postura de neutralidade recomendada pela Internacional Comunista:

> Procuraremos, entretanto, dar um maior seguimento à saída de SEIVA e então, olharemos com mais cuidado para os problemas nacionais, dizendo-os sempre ao povo, que os ignora, porque não lê nem deles ouve falar, afim de que se possa esclarecê-lo. Sem a compreensão desses problemas, não se dá um passo avante. Nas escolas nada se diz, na imprensa muito menos; livros também não os há. E é vendo isso e muita coisa mais, que estamos aqui firmes no desejo de contribuir conscientemente para resolução das nossas questões. Não colocaremos em plano secundário os problemas fundamentais da nossa economia, como os do petróleo, da siderurgia, do crédito agrícola e proteção aos lavradores, da especulação criminosa dos gêneros de primeira necessidade (feita pelos monopolizadores), do aumento do custo de vida, da legislação social e da nossa posição em face ao momento atual da guerra, como até agora o tem feito a quase totalidade da imprensa nacional. Não nos esqueceremos também de derrubar os falsos conceitos que a imprensa criou da guerra procurando atrair para este ou aquele grupo de países beligerantes, a simpatia e o apoio do povo brasileiro, 'quando nesta guerra a nossa atitude deve ser a da luta pela paz e pelo nosso desenvolvimento econômico'.[27]

Se a neutralidade dá o tom de diversos artigos da nova fase de *Seiva* enquanto está em vigência o pacto Hitler-Stalin, o periódico baiano não deixa de tratar dos temas mais candentes

---

[26] Ibid., p. 36.
[27] UM ano de vida [Editorial], *Seiva*, Salvador, n. 7, p. 3, set. de 1940.

da realidade demonstrando ampla disposição de politizar suas páginas e de influir no debate nacional.[28] Nestas circunstâncias, apareceriam as questões do petróleo e da siderurgia (número sete) e a questão da lavoura cacaueira (número oito), ilustrando o posicionamento dos comunistas que combatiam o "atraso feudal" do país e lutavam pelo progresso e desenvolvimento da indústria nacional. Também o problema da moradia seria tratado em ampla reportagem na edição de número onze, demonstrando que abordagens conjunturais estavam, também, na ordem do dia do periódico. Todavia *Seiva* permanecia evitando travar o debate sobre o problema do Estado Novo, optando por reafirmar a defesa da "neutralidade", pelo menos até junho de 1942, quando publicou o seu décimo segundo número, muito depois da invasão da URSS pela Alemanha " junho de 1941 ", mas já sob o impacto da entrada dos Estados Unidos na guerra e sob os efeitos psicologicamente devastadores do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães na costa norte-americana.[29]

Pelo editorial intitulado União Nacional para a Defesa da Pátria, *Seiva* demarcaria, finalmente, seu decidido ingresso no debate político e, mais do que isso, voltava a exarar sua posição

---

[28] Ainda no número sete de *Seiva*, no artigo A Guerra e Economia Nacional, ao lado da denúncia da guerra que estaria desorganizando a economia mundial, afirma-se a posição a ser tomada pelo Brasil: "Tudo isto, finalmente, vem mostrar os reflexos e efeitos desastrosos da guerra em nosso país. E vem mostrar também a posição que devemos tomar na política internacional: paz e neutralidade ao lado do reforçamento das relações com todos os países com os quais ainda se possa manter relações comerciais". Cf. *Seiva*, Salvador, n. 7, p. 13, set. 1940.

[29] Em sua edição de julho de 1941, que provavelmente já estava pronta quando a União Soviética foi invadida pela Alemanha, *Seiva* trazia um artigo assinado por Robert Wessen intitulado Esta Guerra Não é Nossa, em que o autor avalia a posição norte-americana frente ao conflito. Na edição seguinte, de outubro, dá-se destaque ao rompimento das relações diplomáticas da Bolívia com a Alemanha num texto bastante cuidadoso e sem assinatura, o que expressaria a posição do periódico, em que a "paz" continuava a ser exortada. Cf. AS LIÇÕES que Nos Dá o Caso da Bolívia, In: *Seiva*, Salvador, n. 10, out. 1941, p. 4. (APJF). Somente na página 35 é que se aborda, numa pequena nota, a Conferência de Moscou, de setembro de 1941, que preparava as bases para a formação da aliança da URSS com as "democracias" ocidentais é que se admite que o futuro da civilização está em jogo e que a vitória na guerra só poderá ser conseguida com o esmagamento do nazifascismo. Ibid., p. 35.

antifascista provisoriamente suspensa sob os auspícios do discurso da neutralidade, passando a defender a entrada do país na guerra, ao lado das potências aliadas. Contudo, não fazia isso eximindo o povo da responsabilidade de tomar a guerra para si. Muito ao contrário, reivindicava o protagonismo popular para afirmar que a guerra europeia era também uma guerra do povo brasileiro, dentro do espírito da unidade nacional: "União para todos os brasileiros que queiram defender o Brasil, sem exclusões nem restrições. A nenhum brasileiro é justo negar-se um posto de luta, que por dever lhe cabe", afirmava *Seiva*. Ou seja:

> O momento exige toda a firmeza e decisão. Só há um caminho certo a seguir. Então, em nome dos supremos interesses na nacionalidade, devemos nos empenharmos com toda a firmeza na posição assumida, posição justa, justíssima, que conta com o apoio entusiástico de todos os brasileiros dignos. É preciso que todo o povo, tanto quanto o governo, se entendam perfeitamente, e logo. Confiança mútua. Nenhuma vacilação. Apoio com patriotismo e decisão à política de defesa nacional do governo e mais liberdade de ação para o povo, mais direito de iniciativa, de organização, mais oportunidades para a participação completa de cada brasileiro, e de todos ao mesmo tempo, na grande obra da nossa defesa.[30]

O editorial em tela era, segundo Falcão, "o primeiro documento divulgado no país em que o Partido Comunista define sua linha diante da ditadura, que ele sempre combateu, propondo a formação de uma frente única para apoiar o governo e combater o inimigo comum, o nazifascismo através da União Nacional para a Defesa da Pátria".[31]

Não por acaso, no ínterim das edições de número onze e doze da revista, João Falcão havia estado, pela segunda vez, em Buenos Aires, onde juntamente com Arruda Câmara " já libertado do cárcere estadonovista, e que residia em São Paulo com a finalidade de reorganizar o Partido naquele Estado" receberia

---

[30] Cf. UNIÃO Nacional para a Defesa da Pátria. *Seiva*, Salvador, p. 4, [s.d.].
[31] FALCÃO, 2008, p. 65.

orientação do *Bureau* Político Sul-Americano da Internacional Comunista (BPSA-IC) que preconizava a União Nacional em torno do governo contra a agressão nazifascista. Os comunistas do *Komintern* entendiam que defender a União Soviética era um dever de todas as seções nacionais da IC pelo mundo, de maneira que a entrada dos americanos na guerra derrubava todas as barreiras e impedimentos para que o PC no Brasil passasse a defender a entrada do país no conflito, ao mesmo tempo em que permitira que os comunistas se perfilassem ao lado do governo de Getúlio, no seu esforço de guerra.

Não surpreende, portanto, que o CR-BA, através da *Seiva*, adotasse uma posição semelhante à que já vinha sendo praticada pelos comunistas nacionalmente, posição esta que indicava o apoio a Getúlio (aliás, não sem divergências) no seu esforço de guerra e nos seus atos democráticos e antifascistas. Procuravam fazê-lo, contudo, no ensejo da defesa do país contra a agressão nazista.

Nas circunstâncias em que a guerra chegava às Américas e que o Brasil era agredido, tendo navios afundados por submarinos alemães, os comunistas brasileiros, através da *Seiva*, sentiram que era chegado o momento de defender a pátria brasileira, com a União Nacional. Também pressupunham a defesa de todo o continente, quando lançavam a Mensagem aos Povos da América, dístico que havia sido adotado desde o número sete do periódico, ocasião em que a "neutralidade" ainda era defendida nos marcos de uma aliança entre os povos do continente. Entretanto, as circunstâncias agora eram outras e o Brasil poderia, enfim, lutar ao lado da URSS, contra o nazifascismo, o que possibilitava ao PCB partir para um movimento decisivo de (re)inserção no movimento de massas que ganhava as ruas do país, com a proliferação de entidades antifascistas de diversas espécies e de diversos matizes.[32]

Com efeito, a terceira fase da *Seiva*, iniciada com o número doze " de junho de 1942 " será marcada pela intervenção decisiva no debate político e pela ampla cobertura do movimento de massas, que renascia em meio à ditadura do Estado Novo. Tanto em torno da questão da guerra, quanto sobre o problema da

[32] Sobre a movimentação política em torno da guerra, ver o testemunho do próprio FALCÃO, 1999.

liberdade de ação dos antifascistas e libertação dos prisioneiros do Estado Novo, que implicava na abordagem do problema da anistia e da legalidade do Partido Comunista, que também seriam pautados naqueles anos, *Seiva* e o PCB buscaram intervir no debate em defesa do envio da segunda frente para combater na Europa, ao lado das "democracias" e da União Soviética. Nesta altura, *Seiva* divulga, novamente, mais uma posição pública do Partido Comunista em torno da bandeira de União Nacional. O faz através de um novo editorial, publicado na edição de número treze, em agosto de 1942, que tinha decisivo título de Unidade Nacional, Unidade Nacional. No texto, após exortarem fortemente a unidade em torno do governo de Getúlio e denunciarem a ação desagregadora "quintacolunista" e traiçoeira, o editorial de *Seiva* afirma:

> Por isso, é necessário e urgente que algumas correntes de opinião democrática nacional, que ainda não compreenderam e resistem à política de verdadeira união do povo brasileiro, revivendo divergências passadas e pontos de vista pessoais, pondo o problema urgente da defesa do país em plano secundário, tomem a posição que o momento exige, sob pena de isolarem-se do povo e confundirem-se com os nossos inimigos, com os filofascistas. Na prática, os efeitos da indecisão e da incompreensão da política de união nacional são bastante ruinosos para a defesa do Brasil. Esta advertência vale como um chamado ao cumprimento de um dever patriótico. E qualquer resistência à política de justa de união nacional e defesa da pátria, ao lado do Presidente Vargas e das autoridades democráticas, contra a quinta-coluna e os inimigos externos, contras a autoridades filofascistas, deve ser imediatamente denunciada, porque à sua sombra se escondem redutos de infiltração hitlerista, hábil, disfarçada e organizada.[33]

[33] UNIDADE Nacional, Unidade Nacional [Editorial], *Seiva*, Salvador, n. 13, p. 4, ago. 1942.

Entretanto, ainda que defendendo a "concórdia entre povo e governo" e a "pacificação da família brasileira", ou apresentando a consigna da União Nacional, conforme vinham apontando desde 1938, os comunistas brasileiros descuidaram da vigilância, tanto que baixaram a guarda frente à ditadura do Estado Novo. Num ato de ousadia, em que confrontaram o veto da censura que apreciava antecipadamente todas as edições de *Seiva*, publicaram uma entrevista desafiadora do presidente da Sociedade Amigos da América (SAA) o general Manoel Rabelo que, em passagem por Salvador, falou ao repórter da *Seiva*, Jacob Gorender. Apontando a presença de "reacionários adesistas" e "quintacolunistas" e "simpatizantes do fascismo", que se aproveitavam das circunstâncias para se aproximarem dos iminentes vencedores do conflito, o general antifascista defendia o envio de tropas para combaterem na segunda frente europeia. Também afirmava que o Brasil "não podia ficar marcando passo no mesmo lugar". Por fim, considerando "exagerada" a atitude do governo perante o comunismo, Rabelo concluiu com uma consideração sobre o último movimento de Stalin que dissolveria a Internacional Comunista, em 1943: "A dissolução do *Komintern*, está recebendo toda sorte de interpretações. Nem seria de outro modo, pois as atitudes mais sinceras são deturpadas pelos indivíduos de intenções suspeitas".[34] Devido à repercussão da entrevista do general nas hostes governistas, a censura do Estado Novo recomendou a apreensão do periódico e a prisão dos seus dirigentes e do repórter que entrevistou Manoel Rabelo, Jacob Gorender, o que efetivamente foi executado.[35]

---

[34] O POVO brasileiro anseia pela participação na luta, *Seiva*, Salvador, n. 18, p. 5-7, jul. 1943. Neste mesmo número foi publicado um artigo do ex-secretário-geral da ANL Roberto Sisson, intitulado Problemas da Guerra Atual, p. 8-9.

[35] Gorender, falando vários anos depois do episódio, recordou: "Considero que esta entrevista do general Manoel Rabelo é a primeira manifestação *impressa* contra o Estado Novo. Ela é anterior ao famoso Manifesto dos Mineiros, que começou a circular meses depois. A entrevista não contém uma condenação explícita do Estado Novo, mas ataca de maneira contundente a sua política diretamente no que se refere ao esforço de guerra e, indiretamente nas suas inclinações profascistas", In: *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 11, ago. 1990, p. 23. [Entrevista concedida a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau].

O fato é que o episódio encerrava o primeiro período de vida da revista *Seiva*, que renasceria nos anos cinquenta do século XX, ao tempo em que inaugurava uma nova fase na vida política do país, posto que a partir de fins de 1943, o movimento de massas viveu um gigantesco ascenso, e no curso do fim da guerra, com a vitória das "democracias", o Partido Comunista seria legalizado, colhendo os louros de sua atuação na luta antifascista no Brasil. A partir de 1945, até 1947/1948, enquanto os comunistas continuaram a pregar a União Nacional com a burguesia dita progressista, e com o governante de plantão "em seus atos democráticos", as classes dominantes do país prepararam um novo golpe, consoante com a reconfiguração do mundo com o advento da Guerra Fria.

CULTURAL ACTION, ANTIFASCISM AND NATIONAL UNION IN THE *SEIVA* MAGAZINE (1938-19430)

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the role of the Bahian journal *Seiva* as an instrument of cultural action and political struggle in the service of anti-fascism and the National Union of Brazil. Created in 1938, in Salvador, by young committed intellectuals, one of whom belonged to the Communist Party of Brazil (PCB), *Seiva* constituted an important space for disclosure of Communist policy formulations in the middle of the Estado Novo, the Second World War and the fascist threat that hung over many countries. Being a legal and officious vehicle of the Regional Committee of Bahia (CR-BA) of the PCB, the Communists, through *Seiva*, began a vigorous process of partisan resistance and rebuilding through direct intervention in the mass movement that drew crowds to the streets against Nazi-Fascism, the fifth column and the integralism. Over its five years of operation, *Seiva* expressed the political line of the PCB, and it was closed by determination of the Estado Novo in 1943.

KEYWORDS

Communist Party. *Seiva* Journal. Anti-fascism. National Union.

Seiva, Salvador, ano 1, n.1, dezembro de 1938 [Capa].
(Fundo Astrojildo Pereira, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, R/0635).

[Fundadores do Partido Comunista Brasileiro. São Paulo, março de 1922. De pé, da esquerda para direita: Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres e José Elias da Silva; sentados, da esquerda para direita: Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro].
(Coleção História da Industrialização, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 430, p. 10).

Primeira Assembleia da Aliança Nacional Libertadora (ANL), Santos, SP, 28 de março de 1935.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01860, p. 62).

[Chacareira e o tipógrafo, Antonio Vaivuskas, da gráfica do PCB. São Paulo, ca.1936]. (Fundo Hermínio Sacchetta, Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 37, p. 1).

Prisioneiros políticos na Casa de Correção, Rio de Janeiro, 1937.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01872, p. 62).

Mário Scott, secretário regional do PCB, inaugura a sede do partido em São Paulo. Atrás: Álvaro Ventura, à direita: Câmara Ferreira.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01879, p. 63).

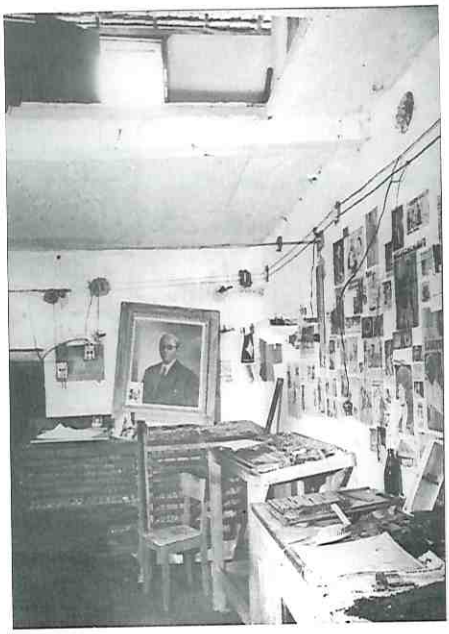
Bancada do PCB na Assembleia Constituinte, 1946.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01884, p. 63).

Hilio de Lacerda Manna (sentado, ao centro), Monteiro Lobato, Caio Prado Júnior, entre outros, discutindo o Projeto O Petróleo é Nosso [195-?.].
(Coleção Hilio de Lacerda Manna, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP).

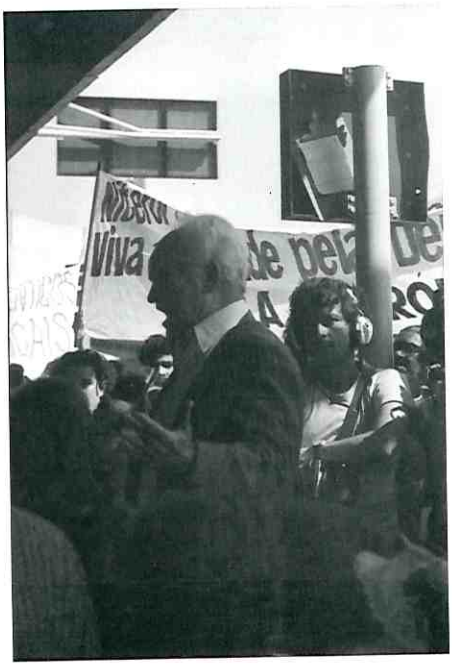
Passeata. Comunistas reivindicam anistia aos processados durante o governo Dutra e reatamento de relações diplomáticas como os países socialistas. Rio de Janeiro, 9 de março de 1956.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01894, p. 63).

[5º Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro. Ao centro, Luis Carlos Prestes, à sua esquerda Carlos Marighella e Elisa Branco, em pé, à sua direita Fernando Sant' Anna]. (Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01569, p. 52).

Astrojildo Pereira na prisão. Rio de Janeiro, dezembro de 1964. (Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01900, p. 63).

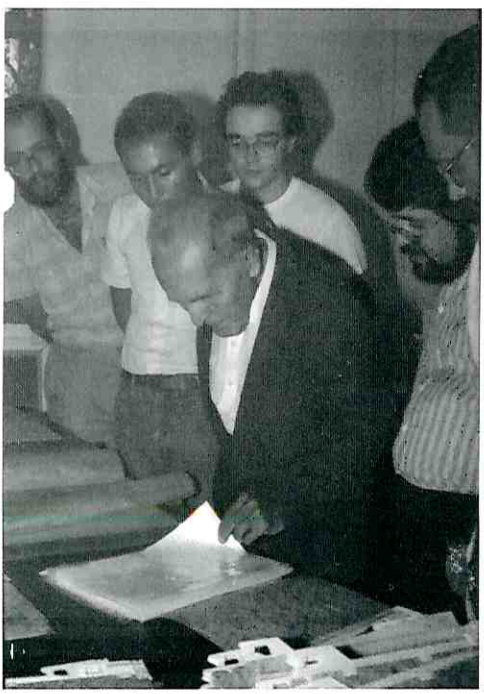


Gráfica clandestina do PCB, Rio de Janeiro, s.d.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01904, p. 63).



Gregório Bezerra ao chegar do exílio no aeroporto Antônio Carlos Jobim (Galeão), Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1979.
(Acervo pessoal Claudio Batalha, foto reproduzida pelo Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP).

Primeira reunião pública e legal do PCB, realizada na sala Nereu Ramos, Congresso Nacional, Brasília, DF. Foto: Marcio A. Barros.
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 01912, p. 64).



Visita de Luís Carlos Prestes ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)/UNICAMP, em 31 de março de 1987.
(Acervo pessoal Claudio Batalha, foto reproduzida pelo Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP, Campinas, SP).

O direito ao nome do pai: uma perspectiva histórica sobre os esforços do Estado para combater o estigma da filiação ilegítima no Brasil

O DIREITO AO NOME DO PAI: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE OS ESFORÇOS DO ESTADO PARA COMBATER O ESTIGMA DA FILIAÇÃO ILEGÍTIMA NO BRASIL

RESUMO

Este artigo analisa como a garantia da dignidade da pessoa humana na Constituição Brasileira de 1988 influenciou o direito e as políticas de família, particularmente o direito das crianças ao reconhecimento paterno. Examina a história dos debates legais sobre filiação ilegítima e "direitos familiares" a partir do século XIX, descrevendo os debates jurídicos sobre como a justiça brasileira pode e deve interferir nos casos que envolvam relações familiares não reconhecidas legalmente (em primeiro lugar, o concubinato, na década de 1940; depois, meio século mais tarde, "uniões homoafetivas" ou uniões entre pessoas do mesmo sexo). O artigo descreve as mudanças implementadas pela Constituição de 1988, a qual eliminou a categoria de filiação ilegítima no Direito de Família, e analisa um programa estatal contemporâneo que visa promover a "paternidade responsável". O texto argumenta que tanto esse programa quanto a Constituição refletem conflitos existentes sobre que tipos de famílias merecem a proteção do Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Direito de família. Ilegitimidade. Paternidade. Filiação. União Estável.

Sueann Caulfield[1]

O DIREITO AO NOME DO PAI: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE OS ESFORÇOS DO ESTADO PARA COMBATER O ESTIGMA DA FILIAÇÃO ILEGÍTIMA NO BRASIL

AGRADECIMENTOS

Uma versão anterior deste artigo apareceu em inglês em *Law and History Review*, v. 30, n. 1, fev. 2012, p. 1-36. A autora agradece ao Dr. José Ferreira de Souza Filho, diretor do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis, Fundações e Eleitorais (CAOCIFE) do Ministério Público do Estado da Bahia e aos servidores do programa Paternidade Responsável, do mesmo Ministério, que permitiram as observações sobre o mesmo. Por sua leitura e comentários cuidadosos das versões iniciais deste texto, agradece a Jean Hebrard, Rebecca Scott, Paulina Alberto, Elizabeth Martins, Brodwyn Fischer, Claudia Fonseca, Christopher Estrada, Marise Cunha, Hendrik Kraay e Keila Grinberg. Também é grata a Bruce W. Frier pelos esclarecimentos sobre as questões relevantes do Direito Romano, e a Mathias W. Reimann pela inestimável discussão a respeito do Direito de Família moderno. Finalmente, este artigo beneficiou-se enormemente dos comentários dos colegas da mesa-redonda e do público do Seminário Internacional do Arquivo Edgard Leuenroth, realizado em maio de 2010.

[1] Professora Associada de História da Universidade de Michigan. <scaul@umich.edu>

Ao longo da última década, agências estatais de todo o Brasil promoveram iniciativas que visam defender os direitos dos filhos ao nome do pai. Programas distintos em diferentes Estados procuram identificar crianças que não possuem um sobrenome paterno — estimadamente 10% a 25% de todas as crianças brasileiras[2] — na expectativa de encontrar seus pais, encorajá-los ou obrigá-los a reconhecer a paternidade e registrar seus nomes nas certidões de nascimento dos filhos. A equipe do projeto por vezes também formaliza os arranjos para pensão alimentícia, apesar de esse não ser o objetivo principal. Os projetos de Paternidade Responsável (como a maioria dos projetos é conhecida) buscam primordialmente livrar as crianças do estigma social de não serem reconhecidas pelo pai, protegendo, assim, seus direitos constitucionais à igualdade e à dignidade da pessoa humana. A seguir, logomarca dos programas de Paternidade Responsável em São Paulo, Bahia e Pernambuco, respectivamente figuras 1, 2 e 3.

Isso aparentemente representa uma mudança radical de uma longa história de leis e políticas referentes à filiação ilegítima

---

[2] A estimativa de 25% foi calculada pela socióloga Ana Liése Thurler, com base em estatísticas nacionais de crianças tidas fora do casamento (57,3% dos quais nascidos entre 1984 e 1993), levantadas durante sua pesquisa em cartórios em Brasília. Cf. THURLER, A. L. *Em nome da mãe*: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 117. O Conselho Nacional de Justiça apresenta estimativas similares, de acordo com Carolina Benevides e Flávio Tabak. Veja em: BENEVIDES, C.; TABAK, F. Em busca do nome do pai, *O Globo*, 10 jan. 2010. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/01/09/em-busca-do-nome-do-pai-uma-em-cada-quatro-criancas-nao-tem-dados-paternos-na-certidao-915497191.asp. Acesso em: 20 jul. 2012. Os repórteres do jornal *O Globo*, no entanto, citam um servidor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o qual lhes contou que apenas 9,2% das crianças em idade escolar eram registradas sem informações sobre seus pais, de acordo com o Censo Educacional de 2009. Semelhantemente, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo informa que 10% a 12% das crianças brasileiras não foram reconhecidas por seus pais. Ver Projeto Pai Legal, de 28 de junho de 2006. Disponível em: http://www.arpensp.org.br/principal/index.cfm?tipo_layout=BC1&pagina_id=213. Acesso em: 20 jul. 2012.

Figura 1 - Projeto Paternidade Responsável. Disponível na página da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) em: http://www.arpensp.org.br/principal/index.cfm?tipo_layout=ABC& pagina_id=360. Acesso em: 20 jul. 2012.

Figura 2 - Diretrizes do Planejamento Estratégico 2005. Disponível na página do Ministério Público do Estado da Bahia, Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundações em: http://www.mp.ba.gov.br/pga/diretrizes/2005/caocif.asp. Acesso em: 20 jul. 2012.

Figura 3 - Triagem do Projeto Paternidade Responsável Começa Amanhã, 4, no Estado de Roraima, 2007. Disponível na página da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) em: http://www.arpensp.org.br/principal/index.cfm?tipo_layout= SISTEMA &url=noticia_mostrar.cfm&id=6030. Acesso em: 20 jul. 2012.

e à paternidade. Do período colonial a 1988, as leis brasileiras restringiam as possibilidades de filhos ilegítimos reivindicarem o nome do pai e os direitos patrimoniais que viriam com o nome. Ao longo de quase todo o século XX, a legitimidade foi um conceito importante no direito civil e constitucional por ser um dos pilares da família patriarcal. Graças ao ativismo católico, sucessivas constituições garantiram proteção especial à família "constituída pelo casamento indissolúvel", o que assegurava a persistência da distinção entre famílias legítimas e ilegítimas no direito civil.[3] O casamento restringia os direitos civis da mulher e a subordinava ao seu marido, ao mesmo tempo em que protegia os direitos dela e de seus filhos ao patrimônio da família e lhes dava acesso a uma série de benefícios e programas de assistência do Estado.[4] Ao negar esses privilégios aos membros de famílias que não eram chefiadas por um casal legalmente casado, a lei perpetuava tanto o preconceito social contra crianças tidas fora do casamento e frequentemente também contra suas mães, como a desvantagem financeira destas.

A desigualdade entre filhos legítimos e ilegítimos diminuiu gradualmente ao longo do século XX nas varas de família, onde os juízes ampliaram as circunstâncias em que os filhos ilegítimos podiam demandar o reconhecimento e

---

[3] Variações desse texto aparecem no Art. 144 (Constituição de 1934); Art. 124 (1937); Art. 163 (1946) e Art. 167 (1967). A maioria das leis federais, incluindo todas as constituições e os códigos civis, está disponível nos sites do Senado brasileiro e da Presidência da República. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/sicon/; http://www4.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 20 jul. 2012.

[4] Nenhuma mulher podia votar ou ter cargo público (até 1932) e mulheres casadas não podiam administrar seu patrimônio, nem representar legalmente a si próprias ou a seus filhos, ou tão pouco trabalhar fora de casa sem a permissão de seu marido. Veja: Artigos 6, 233, 242, 380 e 393. In: BEVILAQUA, C. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil commentado por Clóvis Bevilaqua*. 9. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1951. v. 1, p. 196; v. 2, p. 110-111, 127-128, 358-359, 378. Muitas dessas restrições foram revogadas pela Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 set. 1962, 009125. A primeira grande lei sobre benefícios familiares é o Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941. *Coleção de Leis do Brasil*, 12 dez. 1941, p. 55; revista pelo Decreto-lei 3.284, de 19 de maio de 1941. *Coleção de Leis do Brasil*, 31 dez. 1941, p. 133.

alimentos. A partir da década de 1930, as regulações, a jurisprudência trabalhista e da Previdência Social estenderam alguns benefícios familiares às "concubinas." Mas foi preciso uma nova constituição para eliminar definitivamente a desigualdade.

Promulgada em meio a grandes expectativas de mudança social, a Constituição de 1988 expandiu os conceitos de democracia e cidadania ao subordiná-los ao direito universal à dignidade da pessoa humana.[5] Como nas constituições anteriores, a família continuou a gozar de proteção especial. No entanto, ao proclamar a igualdade de todas as famílias e o direito de todos os filhos ao mesmo reconhecimento, sustento e criação pelos pais, a Carta Magna de 1988 tornou a ilegitimidade obsoleta.[6]

Iniciativas recentes do Estado com vistas a promover a "paternidade responsável" disponibilizam exemplos notáveis das implicações conceituais e dos efeitos práticos das mudanças — muitas das quais resultado de uma intervenção feminista — na definição legal de família a partir de 1988. No entanto, as novas leis que garantem o direito da criança ao nome do pai e o ativismo de servidores públicos na defesa desse direito têm precedentes antigos na história social e legal do Brasil.

Para explicar os precedentes históricos das transformações do direito de família e também das limitações dessas transformações, começo este artigo com uma revisão dos debates jurídicos sobre a legislação referente à legitimidade desde o período colonial, juntamente com as questões legais mais profundas que animaram este debate: o Direito de Família é movido pela necessidade de defender a honra e o patrimônio ou a igualdade e a dignidade? A lei deveria exercer uma função moralizante prescritiva ou refletir normas populares e práticas socialmente aceitas? O poder judiciário pode desconsiderar a legislação quando as leis falham na defesa de princípios fundamentais? O que a justiça deveria entender como o laço que gera os "direitos familiares": a documentação legal, a biologia ou o afeto?

---

[5] Ver Art. 1, parágrafo 3 da Constituição de 1988 em: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, Anexo, 5 out. 1988. Deste ponto em diante, designarei por Constituição de 1988.

[6] Cf. Arts. 226 e 227 da Constituição de 1988.

Quando as famílias que compareceram aos tribunais levaram os juízes a responderem a essas questões de formas não amparadas pelas leis, os vereditos ultrapassaram os limites das disposições legais. Em princípios do século XXI, a jurisprudência do Direito de Família havia incorporado um *corpus* de conceitos e termos, como "posse de estado", "união de fato", "filiação socioafetiva" e "união homoafetiva", que permitiram que alguns tribunais se adaptassem às novas configurações familiares, mesmo quando as disposições legais e os juízes mais tradicionais recusaram-se a reconhecê-las.

Essa revisão dos debates históricos e da jurisprudência preparará o terreno para a análise dos processos políticos e legislativos que inspiraram as transformações do Direito de Família iniciadas em 1988. Por sua vez, essa análise explicará as bases filosóficas e políticas dos nascentes programas estatais que visam promover a "paternidade responsável". Por fim, descreverei as atividades do projeto Paternidade Responsável na Bahia, projeto que tive a oportunidade de observar em 2006. Esse estudo de caso fará incidir alguma luz sobre como discursos tradicionalistas de família podem enfraquecer os esforços de um Estado ativista voltado para proteger a dignidade da pessoa humana e direitos iguais para todas as crianças do país.

Debates Históricos sobre Leis de Filiação Legítima

As polêmicas sobre os direitos de filhos ilegítimos tem sido uma característica constante da história brasileira desde o século XVIII, ao mesmo tempo em que o grande predomínio de nascimentos tidos fora do casamento tem sido constante desde o tempo que os primeiros portugueses desembarcaram em solo brasileiro. As formas como o Estado respondeu a essa realidade social, no entanto, variou consideravelmente ao longo do tempo.

As leis que os portugueses trouxeram para o Brasil no século XVI derivavam da tradição jurídica romana, bastante modificada pelos cânones católicos medievais. No entanto, apesar das tentativas da Igreja medieval de incutir em seus seguidores que relações extraconjugais eram pecaminosas e que a condição de todos os filhos tidos fora do casamento era, portanto,

vergonhosa, autoridades reais e eclesiásticas dos impérios católicos logo perceberam que seria impraticável punir, em seus territórios, um grande número de pessoas que formavam uniões sem a benção do sacramento do matrimônio. Isso era ainda mais frequente no Novo Mundo, onde impedimentos eclesiásticos e sociais convergiam com outros fatores para gerar taxas extremamente baixas de casamento.[7]

A coroa portuguesa concedia aos filhos "naturais" (aqueles cujos pais poderiam ter se casado, mas não o fizeram) os mesmos direitos que aos filhos legítimos, se o pai "reconhecesse" a paternidade.[8] Fosse por escrito ou por meio de um comportamento costumeiro (isto é, agindo como um pai), o reconhecimento paterno dava ao filho natural o direito de viver na casa do pai ou então de receber sustento dele, e de herdar sua fortuna, condição e classe sociais e o nome de família.[9] Filhos naturais herdavam os mesmos benefícios de sua mãe, cujo reconhecimento era presumido caso fosse sabido que ela os havia dado à luz e criado. Em casos de dúvida, ou se algum dos pais abandonasse ou se recusasse a reconhecer um filho natural, a criança poderia conseguir tal reconhecimento por meio da determinação judicial, através de uma "ação de filiação por sentença".[10] Mecanismos sociais e legais para atribuir o status de filho funcionavam de forma semelhante àqueles que atribuíam à honra: se uma criança fosse publicamente identificada como filho ou filha de alguém; se um pai ou mãe mostrasse afeição ou

---

[7] Ver LEWIN, L. *Surprise Heirs I*: Illegitimacy, Patrimonial Rights, and Legal Nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821. Palo Alto: Stanford University Press, 2003. p. 40, 43.

[8] Cf. ALMEIDA, C. M. de. *Código philippino ou ordenações e leis do reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1879, livro 4, títulos 92-93, p. 939-947. Lewin observa que a definição legal de "filho natural", que antes presumia que a mãe fosse a concubina "teúda e manteúda" pelo pai, foi-se ampliando no final do século XVIII para incluir filhos de qualquer união entre mãe e pai que não teriam impedimento para se casarem. Cf.: LEWIN, 2003, p. 47-48.

[9] ALMEIDA, 1879, livro 4, título 92, p. 939-941; LEWIN, 2003, p. 44-47. Antes do século XVIII, estes direitos dos filhos naturais pressupunham que a mãe fosse a concubina, ou única parceira do pai.

[10] LEWIN, 2003, p. 49.

preocupação pela criação da criança; então ele ou ela era filho ou filha.[11]

As leis portuguesas não eram tão benevolentes em relação aos filhos naturais dos nobres, ou em relação a filhos espúrios (aqueles concebidos em uniões adúlteras, incestuosas ou sacrílegas). Vistas como "fruto do crime", essas crianças não gozavam de direitos familiares nem da capacidade de mover uma ação de reconhecimento.[12] No entanto, o estigma moral e a privação material causados pela qualidade de ilegítimos poderiam ser suspensos mesmo para essas crianças infames. O pai ou a mãe poderia "legitimar" o filho espúrio de forma simples, através de um documento de "perfilhação" ou uma cláusula testamentária, o que era suficiente para os propósitos de conferir o nome de família, insígnia e outras honras herdáveis. Com um documento como esse em mãos, os pais ou o próprio filho teriam condição de apelar à Coroa a "perfilhação solemne", procedimento caro, mas que poderia dar a ele ou a ela o direito de herdar o patrimônio familiar, geralmente com a condição de que os herdeiros legítimos não fossem contra.[13]

Isso não quer dizer que a filiação ilegítima tivesse pouca importância no Brasil colonial. Na verdade, apesar de sua flexibilidade, a lei portuguesa expressava claramente o princípio de que a filiação legítima ou pelo menos o reconhecimento paterno e o nome do pai eram elementos essenciais para a honra pessoal e a posição social. Numerosos estudos sobre cultura popular e normas morais no Brasil colonial confirmam que a valorização de noções patriarcais como a honra e de seus pilares nos valores familiares, como o casamento, a filiação legítima e o sobrenome paterno eram comuns na sociedade brasileira como um todo, mas confirmam também que algumas pessoas que não preenchiam o requerimento de nascimento conseguiam

---

[11] LEWIN, 2003, 46-47. Muriel Nazzari usa esse argumento sobre a honra no Brasil em: NAZZARI, M. An Urgent Need to Conceal. *The Faces of Honor*: Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998. p. 103-126. Editora: Lyman Johnson and Sonia Lipsett Rivera.

[12] ALMEIDA, 1879, livro 4, título 92, parágrafo 1 e título 93, p. 942-947.

[13] LEWIN, 2003, especialmente as páginas 57-67.

estabelecer uma vida honrada.[14] A condição do nascimento era um elemento crucial da moral e da posição social de alguém, mas existia a possibilidade de mudar essa condição.[15]

Durante o período Pombalino surgiu um movimento entre juristas para minimizar ou mesmo eliminar o ônus legal da filiação ilegítima. Esse movimento ganhou força nas décadas que se seguiram à Independência, quando muitos dos liberais que dominavam o parlamento imperial apoiaram a expansão dos direitos dos filhos ilegítimos, como uma extensão lógica de seus esforços para minimizar os privilégios de nascimento e estabelecer a igualdade entre cidadãos.[16] Mas o idealismo do início do Império deu lugar a uma reação conservadora em meados do século, fomentada pela dramática afluência de escravos africanos, pelo aumento da população de cor livre, por uma variedade de revoltas populares e pelo espectro da eventual abolição da escravatura. Este último foi especialmente relevante porque filhos naturais livres ou libertos poderiam potencialmente mover uma ação de investigação de paternidade e então dividir equitativamente seu patrimônio com quaisquer irmãos legítimos.[17] Enquanto isso, o acesso popular aos juizados de paz (criados em 1827), que passaram a receber petições de legitimação, multiplicaram exponencialmente o número de pedidos de

---

[14] Para excelentes revisões dessa bibliografia, ver: FARIA, S. de C. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 241-258; KUZNESOF, E. A. Sexuality, Gender and the Family in Colonial Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 30, n. 1, Summer 1993, p. 119-132. Para um trabalho mais recente sobre os valores coloniais, ver: SCHWARTZ, S. *All Can Be Saved:* Religious Tolerance in the Iberian Atlantic World. New Haven: Yale University Press, 2008. Capítulo 7.

[15] LEWIN, 2003, p. 72-74.

[16] LEWIN, 2003. Para uma discussão sobre objetivos liberais semelhantes em outras partes da América Latina, ver: CAULFIELD, S.; CHAMBERS, S.; PUTNAM, L. (Ed.). *Honor, Status, and Law in Modern Latin American History*. Durham: Duke University Press, 2005. Introdução (p. 1-26).

[17] LEWIN, L. *Surprise Heirs II:* Illegitimacy, Inheritance Rights, and Public Power in the Formation of Imperial Brazil, 1822-1889. Palo Alto: Stanford University Press, 2003. p. 136-37.

investigação de paternidade. Como parte de tentativas mais amplas de proteger as famílias da elite e reforçar as fronteiras sociais, os legisladores limitaram dramaticamente os direitos dos filhos tidos fora do casamento. O exemplo mais significativo foi uma lei de 1847, que extinguiu o direito histórico dos filhos naturais de exigir o reconhecimento paterno por meio dos tribunais.[18]

A jurisprudência elaborada por meio de julgamentos do século XIX que envolveram os direitos de filhos ilegítimos cristalizou conceitos legais laicos que substituiriam cânones católicos. O Direito de Família, concebido então pela primeira vez como uma discreta subcategoria do Direito Civil, incorporou um conjunto de direitos exclusivos que visavam assegurar tanto o cumprimento de responsabilidades específicas para cada membro da família, como uma transferência justa e ordeira do patrimônio. O Estado protegia assim a família contra a "invasão" de filhos ilegítimos, concebidos como "estranhos"[19] capazes de subverter a função moralizante da família. O reconhecimento paterno de filhos naturais poderia permitir que estes excepcionalmente gozassem de benefícios específicos, como suporte financeiro ou herança. Porém não os legitimava nem lhes atribuía "direitos familiares".

Após a abolição da escravidão em 1888 e a criação de uma república democrática no ano seguinte, muitos tiveram a expectativa de que os princípios liberais de igualdade e dos direitos universais finalmente guiariam o Direito Civil. Entre os decretos que o novo regime promulgou durante seus primeiros meses, encontra-se a lei do casamento civil, que eliminou "sacrílego" como uma condição de estado civil.[20] O projeto do Código Civil Republicano, finalizado em 1902 por Clovis Bevilaqua (que era ele próprio um filho sacrílego, já que seu pai era um padre), avançou nesse sentido, ao estabelecer direitos

---

[18] LEWIN, *Surprise Heirs II*, 2003. Capítulos 8-9.

[19] Clóvis Bevilaqua reitera uma expressão comum à jurisprudência do século XIX: "os filhos ilegítimos são estranhos à família". Cf. BEVILAQUA, 1951, v. 2, p. 330.

[20] BRASIL. Decreto nº. 181, de 24 de janeiro de 1890; *Coleção de Leis do Brasil*, 31 dez. 1890, p. 168. O artigo 144 da Constituição de 1934 restabeleceu os efeitos civis do casamento religiooso.

iguais para "todo ser humano" e ao estipular que filhos legítimos e ilegítimos desfrutavam dos mesmos direitos familiares.[21]

No entanto, os legisladores que revisaram o projeto de Bevilaqua alteraram drasticamente a versão original, a começar pelo primeiro capítulo, no qual substituíram "ser humano" por "homem".[22] Essa manobra permitiu a exclusão das mulheres e das crianças da completa igualdade. Bevilaqua reclamou veementemente que a legislatura passou então a introduzir dispositivos discriminatórios, fazendo com que o Código promulgado em 1917 fosse "menos liberal que a legislação philippina" no que diz respeito ao tratamento de filhos ilegítimos.[23]

Entre os dispositivos iliberais do Código de 1916, está a manutenção de "espúrio" como categoria social e a proibição do reconhecimento paterno de filhos espúrios (frutos de uniões adúlteras ou incestuosas).[24] Uma modificação de 1942 abriu uma exceção para pais de filhos de relações adúlteras que haviam obtido a separação legal de seus cônjuges. De outra maneira, filhos espúrios permaneceriam "estranhos à família" até 1988.[25] Filhos naturais poderiam ser reconhecidos voluntariamente pelos pais e poderiam abrir uma investigação da maternidade contra suas mães se estas continuassem solteiras.[26] O direito de abrir uma investigação de paternidade, no entanto, permanecia sendo polêmico. Debates sobre a manutenção da proibição de 1847 às investigações judiciais de paternidade chegaram a um acordo: um filho poderia mover uma ação apenas se, "ao tempo da

---

[21] BEVILAQUA, 1951, v. 1, p. 28, 181; v. 2, p. 329-330.
[22] Veja Art. 2. In: BEVILAQUA, 1951, v. 1, p. 179.
[23] Ver: BEVILAQUA, 1951, v. 2, p. 329. Ver também: v. 1, p. 26-28.
[24] Filhos espúrios poderiam receber pensão alimentícia no caso de que seu pai "confessasse" o crime, confirmando assim a "filiação espúria", ou se isso ficasse provado no tribunal. Cf. Art. 405. In: BEVILAQUA, 1951, v. 2, p. 394.
[25] BRASIL. Decreto-lei n. 4.737, de 24 de setembro de 1942. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 set. 1942, 014435 1, substituído pela Lei 883, de 21 de outubro de 1949. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 out. 1949, 015186 1; esta última lei estipulava que tais filhos tinham direito à metade da herança destinada aos filhos legítimos.
[26] Ver Arts. 355 e 364. In: BEVILAQUA, 1951, v. 2, p. 327, 341.

concepção", o pai tivesse raptado ou houvesse tido "relações sexuais" com a mãe (relações estas interpretadas pelos juristas como relações criminosas, isto é, estupro ou defloramento de menor), ou se "a mãe estava concubinada com o pretendido pai".[27] O sentido desta última condição, que era a mais citada nos tribunais, gerou inúmeras incertezas.

Ao longo do tempo, essas incertezas foram resolvidas como resultados de ações e petições levadas aos tribunais. Como resposta aos argumentos das mães solteiras de que seus filhos mereciam apoio moral e material de seus pais, os juízes ampliaram o sentido de "concubinato", o qual inicialmente supunha coabitação ou suporte financeiro. Por volta dos anos 1970, a jurisprudência havia estabelecido que, para os propósitos de se determinar a paternidade, concubinato significava simplesmente uma relação exclusiva (por parte da mulher) de cunho sexual, e o ônus da prova muitas vezes recaía sobre o homem, se este alegasse que ela tivera outros parceiros sexuais.

Em casos que envolvessem filhos crescidos, os juízes, semelhantemente a autoridades legais de séculos anteriores, tendiam a levar menos em conta provas sobre a natureza da relação dos pais do que evidências do comportamento costumeiro do pai para com a criança. Se o suposto pai tivesse agido como tal — visitando o filho, oferecendo suporte material e emocional, expressando afeto e preocupação em relação à criação e à educação da criança — , então o tribunal tendia a decidir que ele *era* o pai. Essas evidências foram frequentemente comprovadas via oitivas de testemunhas e os juízes por vezes aplicaram o conceito de "posse de estado".[28] Se "todos [no povoado] sabiam que João era filho de Miguel Arcanjo", ou se "o diretor da escola sempre demonstrou uma afeição especial por Pedro," e "todos os alunos sabiam que ele era o pai de Pedro", os juízes tendiam a aceitar o argumento de que a criança possuía estado de filiação e, portanto, concediam direitos de filho.[29] O

---

[27] Ver Art. 363. In: BEVILAQUA, 1951, v. 2, p. 334-335.

[28] Esse uso é controverso, pois a "posse de estado" aparece no Código Civil apenas indiretamente como evidência admissível de filiação. Cf. BEVILAQUA, 1951, Art. 349, parágrafo 2, Código Civil 2.

[29] BRASIL. Arquivo Público do Estado da Bahia [daqui em diante APEB]. Auto Cível 2, Série Investigação de Paternidade, 20/693/4,

raciocínio era que tal estado era evidência de uma relação biológica, porém, na prática, os tribunais reforçavam o sentido social e emocional da paternidade. Evidências biológicas como aparência semelhante ou compatibilidade de tipo sanguíneo, as quais eram muitas vezes inconclusivas, raramente foram fatores decisivos.[30]

Não foi apenas como resultado de investigações de paternidade que os tribunais foram obrigados a redefinir "concubinato" e a validar laços familiares não baseados no casamento legítimo. A partir da década de 1920, mulheres que "viviam maritalmente" com trabalhadores requereram benefícios familiares, a começar por indenização por acidentes sofridos por seus companheiros. Tais requerimentos multiplicaram-se nos anos 1930 e 1940, quando o Estado aumentou dramaticamente os potenciais benefícios para famílias de algumas classes de trabalhadores. Ao reconhecerem que a "união livre" era comum no âmbito da vida familiar das classes populares, advogados e juízes progressistas recorriam ao conceito de "fato social" para justificar a concessão de tais benefícios para "a concubina." O conceito, que pode ser datado do Direito Romano, é comumente usado em muitas culturas legais modernas para indicar qualquer relação não legalizada (as relações podem ser "fatos jurídicos" ou "fatos sociais"). Os juristas brasileiros usaram o conceito de forma bastante específica, para indicar relações extralegais que a sociedade considera válidas e que, portanto, geram a obrigação de julgar. Na ausência de normas, ou mesmo de uma definição legal, os juízes poderiam adjudicar questões referentes ao concubinato "em analogia" ao casamento. Se uma mulher pudesse provar que ela era uma "concubina honesta", então sua união poderia ser considerada análoga ao casamento, concedendo a ela certos benefícios oferecidos pelo Estado.[31]

1973; APEB, Auto Cível 2, Série Investigação de Paternidade, 87/3112/2, 1967. Os nomes são pseudônimos.

[30] Esse parágrafo está baseado na minha leitura do veredicto de 150 processos de paternidade, de 1900 a 1973, do APEB e do Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro.

[31] Cf. CARVALHO, F. P. de B. Direito de indenização da concubina. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 24, n. 216, 1953, p. 13-31; MENDES, Eugenia Carla de Araújo. A situação da companheira na Previdência Social. *Revista Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, set.-dez. 1985, p. 51-60.

Era mais difícil para as mulheres mover ações contra um ex-parceiro de uma união consensual ou contra seus herdeiros na vara de família, com vistas, por exemplo, à divisão de bens após a separação ou morte. Ao invés disso, uniões consensuais, chamadas de "sociedades de fato", em oposição às "sociedades de direito", eram tratadas como sociedades comerciais. Como os bens eram comumente registrados no nome do homem, as mulheres estavam frequentemente limitadas a mover ações para serem "indenizadas" por seu companheiro ou pelo patrimônio deste, recebendo assim determinado valor a fim de compensá-las pelos trabalhos domésticos prestados. A ausência de critérios legais claros nesses casos resultou em uma enormidade de ações judiciais, levando em 1964 o Supremo Tribunal Federal a decidir que, quando uma sociedade de fato fosse estabelecida entre "concubinos", uma separação legal era possível, incluindo a partilha dos bens acumulados pelo esforço comum.[32] Essa validação legal de tais sociedades facilitou o acesso aos tribunais, os quais começaram a amenizar sua linguagem estigmatizante e deixar de focar na "honestidade" da mulher. Essas mudanças, porém, não foram consistentes e uma vez que os "direitos da concubina" permaneciam no âmbito da interpretação judicial, eles não estavam garantidos.

A transformação jurisprudente do concubinato ilustra a relevância atual de séculos de debates sobre o que constitui uma família e quais direitos a família proporciona. A partir do momento que os portugueses introduziram tradições religiosas e legais europeias no Brasil (e, antes disso, na Europa), a tensão entre leis de filiação legítima, que eram restritivas e punitivas, e normas sociais mais abrangentes e tolerantes inflamou o debate público e as batalhas legais privadas. A tradição liberal brasileira que datava, em sua versão moderna, do final do século XVIII, deixou um legado de princípios e conceitos que os tribunais do século XX poderiam utilizar na medida em que procuravam acomodar novas formas e valores sociais e ampliar os direitos

[32] BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Súmula 380, 4 de março de 1964. *Diário da Justiça*, Brasília, 5 ago. 1964, p. 1; 237. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=380.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas. Acesso em: 20 jul. 2012.

da enorme população que se encontrava ao largo das famílias legalmente constituídas. No entanto, a reação conservadora contra as mudanças deixou um legado igualmente poderoso. Apelos a "valores tradicionais" em momentos chaves de conjunturas legais fizeram com que o Direito de Família mantivesse suas funções punitivas e restritivas, protegendo assim os interesses de apenas uma parte das uniões familiares que existiam na sociedade brasileira. Ambos os legados continuam vivos no século XXI.

Eliminando "Toda Forma de Discriminação": Dignidade da Pessoa Humana e Direito de Família na Constituição de 1988

Os precedentes legais que ampliaram os direitos da família nas décadas seguintes à aprovação do Código Civil de 1916 foram incorporados à Constituição de 1988. As relações de casais não casados legalmente tornaram-se uniões legais, e "união estável" substituiu os termos "concubinato" e "união de fato". A Constituição definiu tais uniões como entidades familiares e concedeu a elas "especial proteção do Estado", da mesma foram que a casais legalmente casados e à "comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes". A Constituição também garantia os "mesmos direitos e qualificações" para todas as crianças, proibindo "quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação."[33]

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 foi além, declarando que seu direito de conhecer e ser oficialmente reconhecido por seu pai era um "direito personalíssimo".[34] Uma lei de 1992 determinou medidas proativas para garantir esse direito, exigindo que os cartórios civis emitissem uma notificação para os tribunais, com ordem para uma investigação judicial, caso uma certidão de nascimento não incluísse o nome do pai. A

[33] Artigo 227 da Constituição de 1988.

[34] Artigos 20 e 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990, p. 13.564.

mesma lei proibia os cartórios de fazerem referência, na certidão de nascimento, ao estado civil dos pais ou à condição de nascimento da pessoa, informações que, em épocas anteriores, eram obrigatórias.[35]

Essas novas leis têm precedentes históricos não apenas na jurisprudência concernente ao concubinato, mas também no que diz respeito a concepções internacionais de Estado, cidadania e direitos individuais baseados no princípio da dignidade da pessoa humana. Nos anos 1970 e no início da década de 1980, apelos aos princípios universais de justiça e direitos serviram para unir, no Brasil, variados movimentos sociais de base. Muitos representantes desses movimentos, incluindo organizações de mulheres trabalhadoras e organizações feministas, participaram da Assembleia Constituinte que produziu a Constituição de 1988. Estas e outros ativistas tiveram sucesso no projeto de expandir o significado da cidadania brasileira de maneira a incluir uma variedade maior de direitos individuais, sociais e econômicos, que estão sintetizados no princípio abrangente da dignidade da pessoa humana. A Constituição exige ativismo por parte do Estado, a fim de garantir as condições sociais e econômicas necessárias para assegurar a dignidade da pessoa humana e a fim de, especificamente, "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais."[36]

Assim como ocorre nas leis de muitos Estados latino-americanos que emergiram de regimes autoritários nos anos 1980 e 1990, as referências à linguagem e aos conceitos tomados de empréstimo a tratados internacionais e especialmente a

---

[35] BRASIL. Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 1992, p. 18.417. As Leis sobre os Cartórios Civis de 1888 e 1928 determinavam que as certidões de nascimento deveriam indicar o estado da criança como legítimo, ilegítimo ou exposto (abandonado), e que os nomes dos pais não deveriam constar "se daí resultar escândalo". Artigos 58 e 59, Decreto 9.886, de 7 de março de 1888. *Coleção de Leis do Brasil*, 31 dez. 1888, e Artigos 74 e 68, Decreto n. 18.542, de 24 de dezembro de 1928. *Coleção de Leis do Brasil*, 31 dez. 1928, p. 630. Após 1975, a indicação do estado do nascimento da criança deixou de ser necessária, mas seria mencionada "salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial". Cf. BRASIL. Lei 6.216, de 30 de junho de 1975. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1 jul. 1975, p. 78.972.

[36] Artigo 3°, parágrafo 3° da Constituição de 1988.

convenções de direitos humanos foram propositais e explícitas na Constituição brasileira e na legislação que se seguiu a ela. Por exemplo, a lei constitucional e outras leis que abordam o direito a uma personalidade jurídica fazem referência à linguagem da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas, de 1948, que estabelece o direito universal ao reconhecimento como pessoa, assim como à linguagem da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, de 1989, a qual determina que este direito básico é declarado pelo Estado no registro do recém-nascido e garante o direito da criança à "sua identidade", incluindo aí nacionalidade, nome e o direito de conhecer seus pais e de ser cuidada por eles.[37]

Biologia ou Afeto? Interpretando as Definições Constitucionais de Laços Familiares e Responsabilidade Paterna nos Tribunais

Tanto as disposições brasileiras quanto os acordos internacionais que protegem os direitos das crianças ao reconhecimento e cuidados de seus pais baseiam esses direitos, em um primeiro momento, em relações biológicas. Isso representa, aos olhos da maioria dos legisladores e juristas, um avanço em relação a leis anteriores, que definiam que a família estava constituída pelos laços legais do matrimônio. Com o advento dos testes de DNA — os quais devem ser oferecidos gratuitamente àqueles que não podem pagar por eles nos casos de contestação de paternidade, conforme lei

[37] Artigo 6º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.un.org/en/documents/udhr. Acesso em: 20 jul. 2012; Artigo 7º, itens 1 e 2, e artigo 8º, itens 1 e 2 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx. Acesso em: 20 jul. 2012. Ver também: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Análise dos resultados. In: *Estatísticas do Registro Civil*, v. 33, 2006. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2006_v33.pdf. Acesso em: 20 jul. 2012.

brasileira de 2001[38] — , os laços biológicos tornaram-se mais evidentes.

Ao mesmo tempo, uma corrente significativa do Direito Internacional tem deixado de privilegiar a biologia, preferindo em seu lugar a noção de "família socioafetiva". Como contribuição a essa corrente, importantes juristas brasileiros argumentam que o objetivo principal do Direito de Família moderno é garantir a todo cidadão um ambiente de criação com mutualidade e dignidade humana, necessário para o desenvolvimento da personalidade jurídica de cada indivíduo e, consequentemente, de sua capacidade de possuir e exercer seus direitos em sua plenitude. A família que recebe a proteção do Estado não é, portanto, necessariamente constituída por meio de um contrato formal legal ou mesmo por relações biológicas, mas por amor e afeição.[39]

A Constituição de 1988 reconheceu os laços afetivos ao estabelecer a igualdade entre os filhos concebidos biologicamente e os adotados e também entre casais legalmente casados e aqueles em uniões estáveis, definidos em seguida como "a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família."[40] Em 2006, uma lei que estabelece a violência doméstica como um crime específico (a Lei Maria da Penha, promulgada como resultado de uma ação movida com sucesso pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil) deu ainda mais ênfase à

---

[38] BRASIL. Lei 10.317, de 6 de dezembro de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 dez. 2001, p. 10.

[39] CHAVES, M.; ROSPIGLIOSI, E. V. Paternidad socioafectiva: la evolución de las relaciones paterno-filiales del imperio del biologismo a la consagración del afecto. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2.846, 17 abr. 2011. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/18916. Acesso em: 20 jul. 2010. LÔBO, P. L. N. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 194, 16 jan. 2004. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/4752, e, do mesmo autor, Princípio jurídico da afetividade na filiação. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 41, 1 maio 2000. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/527/principio-juridico-da-afetividade-na-filiacao. Acesso em: 20 jul. 2012.

[40] Artigo 226, parágrafo 3 e artigo 227, parágrafo 6 da Constituição de 1988; BRASIL. Lei 9.278, de 10 de maio de 1996 (Lei da União Estável). *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 maio 1996, p. 8.149.

vontade expressa e à afinidade, ao definir família como "a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados", independentemente de sua orientação sexual.[41]

Apesar de a Lei Maria da Penha ter sido a primeira a fazer referência à orientação sexual, juízes já haviam começado a aplicar, ao longo da década anterior, os princípios que sustentam o conceito de "família socioafetiva" a casais de pessoas do mesmo sexo, criando uma nomenclatura mais específica: "uniões homoafetivas". Ao longo de um processo semelhante ao reconhecimento das uniões consensuais heterossexuais, cinquenta anos atrás, o Supremo Tribunal Federal validou essa corrente em 5 de maio de 2011. De forma unânime, os ministros do STF determinaram que o Estado reconhecesse as uniões homoafetivas como entidades familiares, estendendo às uniões entre pessoas do mesmo sexo "os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis [entre um homem e uma mulher]."[42]

Essa vitória para famílias de pessoas do mesmo sexo foi possível em grande parte porque, desde o período da redemocratização no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, ativistas brasileiros pelos direitos de gays e lésbicas atrelaram suas reivindicações a lutas mais amplas por direitos humanos.[43] No entanto, apesar de o poder executivo vir dando apoio, ainda que nominal, aos direitos dos homossexuais desde meados da década de 1990, ativistas do movimento LGBT e seus aliados não tiveram sucesso em persuadir legisladores a anular leis discriminatórias. Todos os esforços legislativos para apresentar

---

[41] Artigo 5, Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 ago. 2006, p. 1.

[42] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade (Med. Liminar 4277)*, Ministro Massami Uyeda. Brasília, jul. 2009. Essa decisão resultou do julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277, proposta pela Procuradoria-Geral da República em 2008, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, proposta pelo governador do Rio de Janeiro em 2009. Para acompanhar os dois processos, ver: http://stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=4277&processo=4277.

[43] GREEN, J. N. (Homo)Sexualityuman Rights, and Revolution in Latin America. In: *Human Rights and Revolutions*. Publicado por Greg Grandin et. al. New York: Rowman&Littlefield Publishers, Inc., 2007. p. 139-154.

emendas à definição constitucional de união civil, aprovar uma lei sobre a união entre pessoas do mesmo sexo ou incluir casais de pessoas do mesmo sexo entre aqueles que podem adotar crianças conjuntamente falharam.[44]

O impulso em direção à igualdade foi dado, no entanto, por meio de ações legais e requerimentos individuais. Desde a década de 1980, com a divulgação das injustiças sofridas por homossexuais, mais e mais casais do mesmo sexo procuraram os tribunais. Como resposta, uma vanguarda no âmbito do poder judiciário de alguns Estados chaves, liderados pelo Rio Grande do Sul, aceitou o argumento de que não conceder direitos iguais às famílias formadas por casais de pessoas do mesmo sexo é uma violação de princípios fundamentais, e esse argumento tornou-se dominante na doutrina jurídica nacional no começo deste século.[45] A jurisprudência por fim seguiu esse direcionamento, ainda que de forma irregular, uma vez que o crescente número de juízes argumentou que, dada a ausência de critérios legais claros, eles eram obrigados a decidir de acordo

---

[44] Alguns dos projetos de lei mais relevantes foram reproduzidos em: DIAS, M. B. *União homossexual*: o preconceito e a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 163-176. A possibilidade de casais de pessoas do mesmo sexo adotar crianças conjuntamente foi reconhecida no Projeto de Lei 6.222/2005 do Congresso Nacional, mas a lei foi aprovada apenas depois que seu autor cedeu às reivindicações de representantes conservadores para detonar tal reconhecimento. O parecer da comissão do Congresso que incluiu este reconhecimento encontra-se em no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=357884&filename=PL+6222/2005. (PL 6222/2005, Tramitação em 6 de dezembro de 2006). Acesso em: 20 jul. 2012. Para o texto final da lei, ver: BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2009/lei-12010-3-agosto-2009-590057-norma-pl.html. Acesso em: 20 jul. 2012.

[45] Ver: NEIVA, G. A. A união homoafetiva na jurisprudência. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2.072, 4 mar. 2009. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/12409. Acesso em: 20 jul. 2012; RIO GRANDE DO SUL (Estado). Tribunal de Justiça. Ofício 124/2008 SECPRES, Processo 139-08/000144-2, 4 abr. 2008, anexado ao STF ADPF/132, 25 fev. 2008. Desembargador: Arminio José Abreu Lima da Rosa, presidente; DIAS, M. B. *Homoafetividade*: o que diz a justiça! As pioneiras decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos às uniões homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

com os costumes sociais (argumentando que as relações entre pessoas do mesmo sexo eram comuns e amplamente reconhecidas pela sociedade contemporânea) e por analogia, tomando as uniões estáveis como a relação legal análoga.[46] Assim como aconteceu com o "concubinato" antes de 1988, as relações de casais de pessoas do mesmo sexo foram reconhecidas nos tribunais civis por todo o país como uniões de fato, com base na sua existência como "fato social", e companheiros do mesmo sexo conquistaram alguns dos direitos anteriormente reservados a casais heterossexuais, como a herança, a separação legal e benefícios da Previdência Social.[47]

No entanto, apesar do acúmulo mais ou menos constante de vitórias judiciais, houve algumas interrupções entre as mais altas cortes de apelação em diversos Estados, incluindo o Rio de Janeiro, onde, em 2008, o governador, frustrado por sua incapacidade de oferecer benefícios iguais aos servidores LGBT do Estado, moveu uma ação que resultou no reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal em 2011.[48]

Antes dessa decisão, parceiros do mesmo sexo — novamente, como os "concubinos" antes de 1988 — frequentemente encontravam obstáculos quando tentavam exercer "direitos de família" ou ter acesso às varas de família. Como resultado disso, muitos casais preferiam evitar requerer validação para suas relações junto às varas de família, procurando soluções alternativas. A adoção de crianças, o mais controverso direito de família do debate, oferece um bom

---

[46] Os juízes basearam-se no Artigo 126 de Código de Processo Civil de 1973: "O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito." Cf. BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm. Acesso em: 20 jul. 2012.

[47] O direito a benefícios da Previdência Social foi conquistado pela Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347, Instrução Normativa 25/2000, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Cf. em: http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=87. Acesso em: 20 jul. 2012.

[48] STF ADPF/132.

exemplo. A adoção por adultos solteiros qualificados, independentemente de sua orientação sexual, está validada pela jurisprudência brasileira desde a década de 1990, mesmo que os juízes ainda possam individualmente obstruir casos específicos.[49] Até muito recentemente, a maioria das varas da infância ou de família rejeitava a adoção conjunta por casais de pessoas do mesmo sexo.[50] Sem querer assumir os riscos, a maior parte de parceiros do mesmo sexo adotou como pais ou mães solteiros, deixando a criança sem nenhum vínculo legal com o outro pai ou mãe.

O princípio da família afetiva é considerado inovador — e sua aplicação a família formada por casais de pessoas do mesmo sexo é realmente original. Esse princípio, porém, também tem uma longa história na prática legal e social brasileira, como indicado pela histórica incidência de uniões consensuais e de seu reconhecimento pelos tribunais. Como vimos, vínculos de afeto assumiram um papel de destaque em ações de reconhecimento de paternidade movidas desde o período colonial até o século XX. Noções populares sobre os laços afetivos familiares inspiraram a prática, duradoura e bastante difundida, da adoção informal de crianças, principalmente entre famílias pobres, as quais comumente acolhem crianças cujos pais não podem cuidar delas, temporária ou permanentemente. O crescente recurso aos testes de DNA das últimas décadas afastaram os tribunais da ênfase nos vínculos de afeto, porém, mais recentemente, o conceito de família socioafetiva voltou ao foco da discussão.

---

[49] MOREIRA, M. A. H. P.; MACHADO, A. F. Adoção conjunta por casais homoafetivos. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2.170, 10 jun. 2009. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/12958. Acesso em: 20 jul. 2012; RIO GRANDE DO SUL (Estado). Tribunal de Justiça. Adoção. Casal formado por duas pessoas do mesmo sexo. Apelação Cível nº 70013801592. Sétima Câmara Cível. Relator: Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos. Julgado em: 5 abr. 2006. *Diário da Justiça*, Rio Grande do Sul, 12 abr. 2006.

[50] O Supremo Tribunal de Justiça aprovou a adoção conjunta de duas crianças por um casal de lésbicas no Rio Grande do Sul em 2010, mas esta decisão não resolveu a questão. Veja: Decisão: STJ mantém adoção de crianças por casal homossexual (versão atualizada), 27 abr. 2010. Disponível em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96931. Acesso em: 20 jul. 2012.

Uma forma de adoção é tão comum no Brasil que é conhecida, entre juristas, como "adoção à brasileira".[51] Esta consiste no registro fraudulento de uma criança como filho biológico de alguém. Algumas vezes isso é feito no momento do nascimento, quando a mãe da criança ou seu obstetra opta por dar a criança para adoção a uma determinada pessoa ou casal, sem ter que passar por toda a complexa burocracia da adoção legal. Evidências anedóticas sugerem que muitos gays e lésbicas que desejam adotar lançaram mão do procedimento "à brasileira".

Muito frequentemente, a "adoção à brasileira" ocorre mais tarde na vida da criança, quando um novo parceiro da mãe biológica da criança registra uma declaração oficial em um cartório civil, juntamente com uma petição pela "retificação" da certidão de nascimento da criança, dando, portanto, "um nome à criança", com a intenção de criá-la como sua filha.[52] Desde o advento dos testes de DNA, no entanto, muitos dos que se tornaram pai por meio da "adoção à brasileira" têm usado evidências biológicas para rescindir a paternidade quando se separam da mãe da criança, o que, em outras situações, é expressamente proibido pela lei.

Tal situação levou para inúmeras salas de audiências o debate sobre qual seria a base para a responsabilidade paterna – se as relações biológicas ou socioafetivas. De acordo com um estudo feito em 2004, em Porto Alegre, pela antropóloga Claudia Fonseca, nos casos em que o teste de DNA indicou a ausência de relação biológica, os tribunais rotineiramente decidiram a favor dos pais que alegaram terem sido enganados quando reconheceram a paternidade.[53] Apesar de a doutrina legal mostrar inclinação desde a década de 1990 para aplicar a noção

---

[51] Ver: DAHER, M. P. Adoção nuncupativa. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 52, 1 nov. 2001. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/2371. Acesso em: 20 jul. 2012; KOPPER, M. G. Adoção à brasileira: existência, efeitos e desconstituição. *Revista da FESMPDFT*, Brasília, ano 7, n. 14, jul.-dez. 1999, p. 119-133.

[52] FONSECA, C. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004. p. 13-34.

[53] FONSECA, 2004. Ver também: GARBIN, L. Um teste de DNA e, de repente, pai. Com resultado, a decepção: filho registrado não era seu. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2005. Metrópole. C8.

Em Busca da Paternidade Responsável na Bahia

Na Bahia, os esforços proativos do Ministério Público com vistas a promover o reconhecimento de paternidade tiveram início em 2005, quando o Ministério deu início à colaboração com a Secretaria de Educação Municipal na capital.[60] O nome do projeto baiano vem da Constituição, que se refere a "princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável."[61] O projeto foi portanto chamado de Em Busca da Paternidade Responsável, ou, abreviadamente, Paternidade Responsável.

Eu visitei o escritório do programa em agosto de 2006, onde me encontrei primeiramente com o promotor José Ferreira de Souza Filho, diretor do centro dentro do Ministério Público, que criou o projeto Paternidade Responsável. Souza Filho explicou que os programas sociais da Procuradoria Geral estão baseados na Constituição de 1988, a qual expandiu em muito as funções do Ministério Público, tornando-o responsável pela defesa da cidadania e direitos humanos. "O trabalho do MP visa defender a dignidade da pessoa humana, direito garantido pelo primeiro artigo da Constituição", explicou o diretor. E continuou:

> Nenhuma criança pode ter a sua identidade não conhecida [...]. Os cartórios têm a obrigação de avisar o MP quando uma criança é registrada sem nome do pai. Mas não o fazem. Por isso o Ministério Público procura as crianças que não tem pai no registro. Isso é muito importante, porque tem a ver com o direito da personalidade. Mas aqui há muito ignorância e uma realidade muito difícil. Mais de 70% da população recebe

[60] BRASIL. Ministério Público do Estado da Bahia [daqui em diante MPEB]. Relatório de Atividades 2008. Salvador, 2009, p. 45. Para um esboço da história do programa, ver: BRASIL. MPEB. Relatório de Atividades 2009. Salvador, 2010, p. 61-62. Os relatórios anuais de 2005 a 2009 estão disponíveis online em: http://www.mp.ba.gov.br/pga/publicacoes.asp. Acesso em: 20 jul. 2012.

[61] Veja: Artigo 226, parágrafo 7º da Constituição de 1988; Artigo 279, parágrafo 1º. A mesma linguagem aparece na Constituição baiana de 1989. Disponível em: http://www.mp.ba.gov.br/institucional/legislacao/constituicao_bahia.pdf. Acesso em: 20 jul. 2012.

> menos do um salário mínimo. Não valorizam a questão da cidadania. Não valorizam isso como um valor para a criança. Estão mais interessados na questão de alimentos.

Eu o interrompi para perguntar: — "Mas o Ministério Público não ajuda às mães a obter pensão alimentícia?" Eu supunha que esse era o objetivo do projeto. — "Sim", respondeu ele, "no ato de reconhecimento, e depois de ter conversado, nos falamos sobre alimentos. Nós esclarecemos que se o pai não tem condições, não é obrigado. Mas se tiver condição, deveria apoiar a criança."[62]

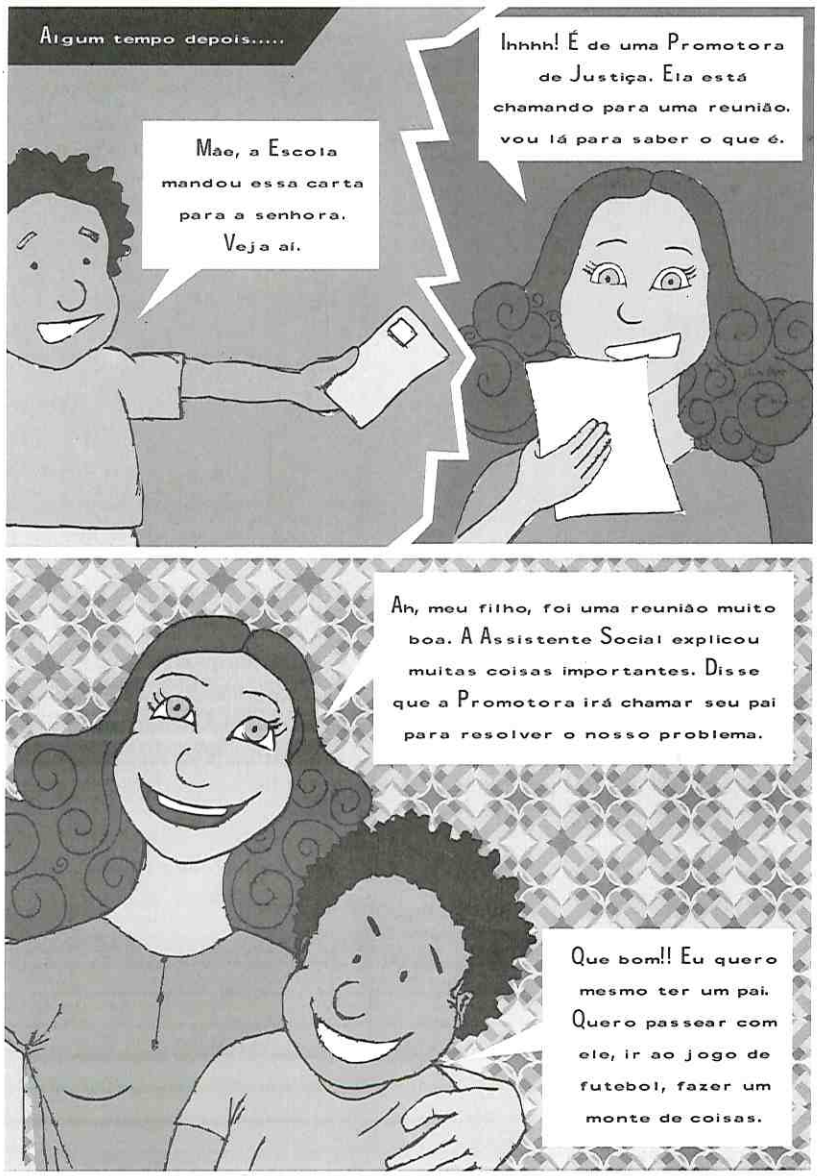
Souza Filho, que, além de dirigir o CAOCIFE, também dava aula na Universidade Católica da Bahia, forneceu um resumo coerente dos princípios que guiam as noções legais contemporâneas de paternidade. Suas observações são consistentes com as informações que esse e outros programas estatais disponibilizam através dos portais da Procuradoria Geral e de outras agências estatais, e também com o trabalho de "conscientização" do projeto.

Uma cartilha [figura 5] apresentando uma família ficcional, no formato de história em quadrinhos, descreve o processo, ao mesmo tempo em que mostra como a interação do Ministério com seus clientes trabalhadores pode parecer paternalista. Como vemos no caso de Pedrinho, a mãe de crianças cuja matrícula nas escolas não incluiu o nome do pai recebe uma carta oficial pela qual é notificada da realização de uma "reunião de mães" e convidada a comparecer. Durante a reunião, que normalmente ocorre no auditório da escola, um assistente social ou promotor público faz uma apresentação em que explica os objetivos e métodos do projeto, enfatizando tanto o direito legal das crianças de conhecer quem são seus pais, como a necessidade social e psicológica da criança de reconhecimento paterno e do nome do pai.

---

[62] José Ferreira de Souza Filho: entrevista [agosto 2006]. Entrevistadora: Sueann Caulfield. Bahia, 2006. (José Ferreira de Souza Filho era Diretor do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis, Fundações e Eleitorais (CAOCIFE) do MPEB).

pedrinho
vai ter um
pai!
Mãe, quem é meu pai?
Filho, é o Miguel, mas ele não assumiu que era seu pai.
Miguel é o meu pai? Que bom!!! Eu já gosto dele.
É, filho, mas deixe isso para lá. Um dia, quem sabe, a gente resolve essa história.


Algum tempo depois.....
Mãe, a Escola mandou essa carta para a senhora. Veja aí.
Ihhhh! É de uma Promotora de Justiça. Ela está chamando para uma reunião. vou lá para saber o que é.
Ah, meu filho, foi uma reunião muito boa. A Assistente Social explicou muitas coisas importantes. Disse que a Promotora irá chamar seu pai para resolver o nosso problema.
Que bom!! Eu quero mesmo ter um pai. Quero passear com ele, ir ao jogo de futebol, fazer um monte de coisas.

No dia da audiência marcada...
Bom dia Sr. Miguel, muito bom que o senhor tenha comparecido. Vamos resolver logo esta situação? O Senhor reconhece a paternidade de Pedrinho?
Eu sou o pai sim, e não registrei porque me acomodei. Agora quero fazer tudo certo.
Pronto D. Joana, agora seu filho já foi reconhecido pelo pai.

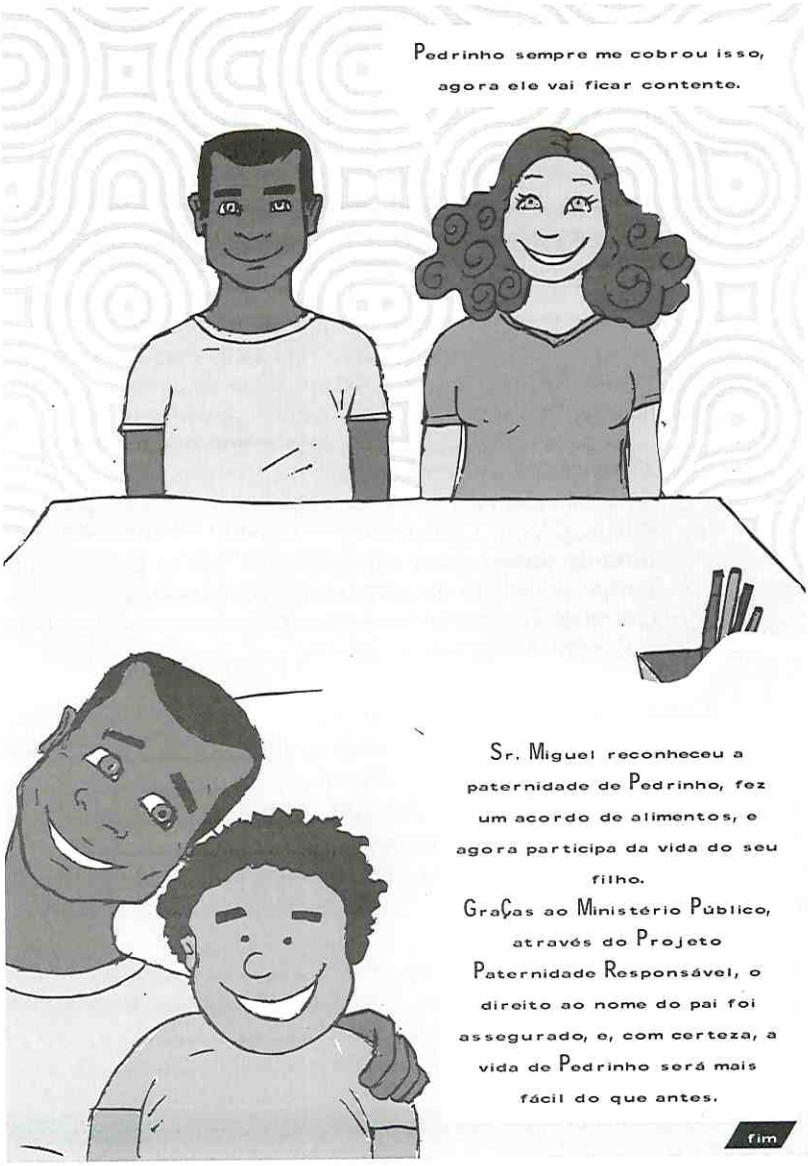


Figura 5 - Projeto Paternidade Responsável. Cartilha Educativa. Disponível na página do Ministério Público do Estado da Bahia, Núcleo de Promoção da Paternidade Responsável (NUPAR) em: http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/caocif/paternidade/cartilha_NUPAR.pdf

Em uma reunião de mães na qual estive presente como observadora em uma escola pública de ensino fundamental no centro de Salvador, a assistente social iniciou informando à audiência, composta de aproximadamente 50 mães, várias crianças pequenas e alguns avós, que todas as crianças precisam de uma família:

> Toda criança precisa de uma família. Não precisa ser a família tradicional, pai, mãe, filhos. [...] Mas a criança vai perguntar: Mamãe, eu quero saber quem é meu pai? É um direito da criança. Tem direito e vamos defender esse direito. Vamos colocar agora o pai na certidão, quer ele queira, quer ele não queira. Vou atrás dele, mesmo que vocês não queiram. Existem muitas mulheres que não querem ir atrás. Não têm o direito de não procurar. Os seus filhos têm direito de se relacionar ou não com o pai. Vocês não são donas dos sentimentos dos seus filhos. Se o pai não vier na boa, ele vem algemado. Precisa resolver este problema. Compreendo e respeito o motivo de cada uma de vocês. Mas não podemos deixar passar mais tempo porque quem paga as consequências é seu filho. Quem está sofrendo mais neste país são as crianças. Não podemos deixar isso acontecer.

Essas declarações fornecem informações precisas sobre os direitos legais das crianças e sobre a obrigação do promotor público em defendê-las. Muitas das mulheres presentes pareciam apreciar o serviço oferecido pelo projeto Paternidade Responsável. Algumas esperavam receber ajuda em relação a suas tentativas anteriores frustradas de obter pensão alimentícia. Algumas perguntaram:

> "— E se ele se recusar a vir?
> — A polícia vai atrás. Vocês nos dão o nome e endereço.
> — Mas se ele negar ser o pai?
> — A gente arruma o teste de DNA."[63]

[63] Apresentação pública feita por uma assistente social do Projeto Paternidade Responsável do CAOCIFE em uma escola pública de ensino fundamental em Salvador, Bahia, em 25 de agosto de 2006.

De acordo com as estatísticas publicadas pelo programa, mais da metade das mulheres que compareceram a uma reunião de mães em 2006 retornaram com o "suposto pai" para um encontro com um promotor público, que ouviu cada caso individualmente. Desses homens, 84% reconheceram a paternidade no ato e os promotores redigiram os documentos necessários e direcionaram os pais para o próximo passo: a retificação da certidão de nascimento da criança no cartório apropriado.[64] Em um caso que observei, o promotor até ajudou o casal a decidir como renomear a criança, uma vez que cada um dos pais potencialmente poderia contribuir com um ou mais sobrenome. "— Qual você acha que fica melhor: Maria Jaqueline de Oliveira Santos Silva ou apenas Maria Jaqueline de Oliveira Silva? — Que tal [rindo] Maria Jaqueline de Oliveira Ferreira Santos Silva? — Podemos mudar o seu primeiro nome?"[65] Em alguns casos, tratava-se de famílias que viviam sob um mesmo teto. Em outros, a mãe informava que o pai dera ajuda financeira "quando pôde" e que ele sempre tivera a vontade de registrar a criança, mas que não encontrava tempo para fazê-lo. Muitos pais pareciam envergonhados por não terem resolvido essa questão antes. "Não se preocupem", ouvi de um promotor a alguns casais durante essas reuniões, "não tem porque se sentirem culpados! Nada dessa culpa fora de moda. O importante é que vocês estão aqui agora, fazendo a coisa certa."[66]

A campanha baiana de Paternidade Responsável expandiu da capital para o Estado inteiro em 2008, com a inauguração do Núcleo para Fomentar Paternidade Responsável

---

[64] BRASIL. MPEB. Relatório de Atividades 2006. Salvador, 2007, p. 59. O percentual de supostos pais que, depois de notificados, reconheceram os filhos foi de 68% em 2008 (não há dados comparativos disponíveis em relação aos outros anos). Cf. BRASIL. MPEB. Relatório de Atividades 2008. Salvador, p. 61.

[65] Esses nomes são pseudônimos. Esse diálogo se deu durante as entrevistas do promotor com os pais no CAOCIFE, MPEB, Salvador, Bahia, em 23 de agosto de 2006.

[66] Promotor do projeto Paternidade Responsável durante entrevistas com pais no CAOCIFE, MPEB, Salvador, Bahia, em 23 de agosto de 2006.

(NUPAR).[67] Além de criar peças publicitárias e apoiar os esforços dos escritórios locais do Ministério pelo Estado, o NUPAR despachou ônibus lotados com membros da campanha, armados com mesas de plástico, lonas, documentos, carimbos, kits de teste de DNA, para os subúrbios mais pobres e outras áreas remotas por meio do programa MP Vai às Ruas [ver figuras 6 e 7]. Um acordo de colaboração com a Secretaria Estadual de Educação e com outras agências permitiu uma identificação mais efetiva das crianças registradas sem o nome dos pais, em níveis mais elevados do que era esperado.[68]

Figura 6 - Ônibus do Programa Ministério Público Vai à Rua. Disponível na página do Ministério Público do Estado da Bahia, Relatório de Atividades 2008, p. 54-59 e Relatório de Atividades 2009, p. 66-69, em: http://www.mp.ba.gov.br/pga/publicacoes.asp.

[67] PIPOLO, M. A. PJ cria núcleo para fomentar paternidade responsável. Notícias. Assessoria de Comunicação Social do MPEB. Salvador, 9 jan. 2008. Disponível em: http://www.mp.ba.gov.br/noticias/2008/jan_09_paternidade.asp. Acesso em: 20 jul. 2012.

[68] Além de levar o programa Paternidade Responsável a áreas remotas, esse Ministério itinerante fornece outros serviços, como a assistência com documentos civis ou com programas de benefícios. BRASIL. MPEB. Relatório de Atividades 2008. Salvador, p. 54-59 e Relatório de Atividades 2009, Salvador, p. 66-69.

Figura 7 - Ônibus do Programa Ministério Público Vai à Rua. Disponível na página do Ministério Público do Estado da Bahia, Relatório de Atividades 2008, p. 54-59 e Relatório de Atividades 2009, p. 66-69, em: http://www.mp.ba.gov.br/pga/publicacoes.asp.

De acordo com os relatórios anuais do Ministério Público, o número significativo de reconhecimentos paternos assegurados pelo programa Paternidade Responsável — 24.768 entre 2005 e 2009[69] — constitui uma forma de "capital simbólico", evidência concreta de que "o Ministério Público atua efetivamente na construção de uma nova ordem social [...] para tornar a nossa sociedade mais humana, justa e igualitária". De fato, o Paternidade Responsável é possivelmente o programa de direitos civis de maior sucesso do Ministério Público baiano. Os relatórios anuais do programa descrevem a falta de reconhecimento paterno como "um dos maiores problemas do país, afetando 30% das

[69] D'EÇA, A. PGJ apresenta resultados da atuação do MP em 2009. Notícias. Assessoria de Comunicação Social do MPEB. Salvador, 22 dez. 2009. Disponível em: http://www.mpba.mp.br/visualizar.asp?cont=2019. Acesso em: 20 jul. 2012.

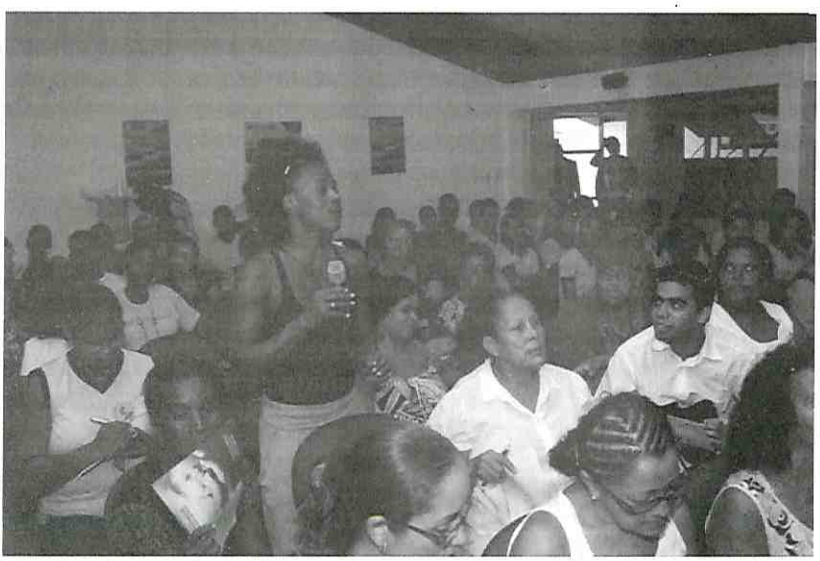
crianças." Confrontar esse problema é uma maneira de o Ministério defender os direitos das crianças, ao mesmo tempo em que luta contra o sexismo e a pobreza. Conforme os relatórios de 2006 e 2008, "o não reconhecimento da paternidade é uma prática antidemocrática, sexista, que contribui para que o exercício da cidadania não aconteça efetivamente", e, além disso, "muitos dos reconhecimentos voluntários de paternidade são 'casados' com Acordos de Alimentos, o que é muito importante para atenuar a fome de muitas crianças inicialmente rejeitadas pelos pais."[70]

Essa ênfase na importância e no sucesso do programa Paternidade Responsável pode ser explicada pelo fato de que a maioria dos problemas envolvendo direitos civis que as comunidades pobres da Bahia enfrentam são de solução muito mais difícil para o Ministério Público. Isso ficou evidente durante uma reunião entre o Procurador de Justiça do Estado e o diretor do NUPAR com moradores de Alagados, um dos bairros mais pobres de Salvador, com vistas à preparação de uma visita dos ônibus do programa MP Vai às Ruas. Enquanto os moradores reivindicavam soluções para os problemas como "habitação precária, dificuldades de acesso à Justiça, ações policiais "truculentas" e dificuldades na prestação de serviços educacionais," o Procurador-Geral de Justiça explicava que os servidores do Ministério ouviriam todas as reclamações, mas o serviço itinerante estava voltado para propiciar o acesso a serviços civis, principalmente aqueles oferecidos pelo Paternidade Responsável. Depois de o diretor do NUPAR explicar a importância desses serviços, os representantes da comunidade manifestaram seu apreço pelos esforços do Ministério, mas insistiram na necessidade de se resolverem os problemas que consideravam mais urgentes [ver figuras 8 e 9].[71] O relatório de

---

[70] BRASIL. MPEB. Relatório de Atividades 2006. Salvador, p. 57-58; Relatório de Atividades 2009. Salvador, p. 63; Planejamento Estratégico, Caderno de Metas, Salvador, mar. 2007, p. 34; Relatório de Atividades 2008. Salvador, p. 45.

[71] CARDOSO, M. Carências do bairro de Alagados são apresentados ao MP. Notícias. Assessoria de Comunicação Social do MPEB. Salvador, 4 mar. 2010. Disponível em: http://www.mp.ba.gov.br/imprimir.asp?cont=2136. Acesso em: 20 jul. 2012.



Figuras 8 e 9 - Reunião de Comunidade com o Ministério Público, Alagados. Fonte: CARDOSO, Maiama. Carências do bairro de Alagados são apresentadas ao MP. Disponível na página do Ministério Público do Estado da Bahia, 4 de março de 2010 em: http://www.mp.ba.gov.br/visualizar.asp?cont=2136

2009 do Ministério sobre o serviço itinerante confirmou que a grande maioria dos requerentes — 3.380 dos 4.105 do ano que passara — buscou ajuda em questões não relacionadas ao reconhecimento paterno).[72]

Nem todos que foram contatados pelo programa Paternidade Responsável apreciam os esforços do Ministério. Entre 20% e 30% dos "supostos pais" duvidam da paternidade ou a negam completamente, levando o Ministério a recorrer a testes de DNA. Ainda que a lei determine que os testes de DNA sejam oferecidos sem custos nesses casos, os recursos financeiros eram insuficientes nos primeiros anos. Sendo assim, os casais envolvidos — ou, mais frequentemente, as mães — pagaram por eles.[73] Caso eles não pudessem pagar, ou se o pai se recusasse a fazer o teste, o Ministério moveria uma ação legal — o que significa, normalmente, um processo longo e oneroso para todas as partes. Mesmo nos casos em que os pais "reconheceram espontaneamente" seus filhos, nem sempre foi possível garantir benefícios materiais para a criança, pelo menos não imediatamente. De acordo com os relatórios do Ministério, poucos pais concordaram em formalizar um acordo de alimentos para a criança - apenas 5% em 2007 e 13% em 2009, anos sobre os quais há dados disponíveis.[74] [figura 10].

Não são apenas os "supostos pais" que resistem aos esforços do Estado para o reconhecimento da paternidade. Algumas mães — inclusive, por exemplo, uma que soluçava incontrolavelmente quando chegou sua vez de falar com a assistente social na reunião que assisti — pareciam temer ou se ressentir da intromissão do Estado em sua vida familiar. De acordo com uma reportagem sobre o projeto, publicada pelo jornal online *Portal Setor 3*, reclamações das mães sobre terem sido obrigadas a contatar os pais são comuns. A reportagem citou algumas:

---

[72] BRASIL. MPEB. Relatório de Atividades 2009. Salvador, p. 68.

[73] Lei 10.317, de 6 de dezembro de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 dez. 2001, p. 10. O projeto Paternidade Responsável da Bahia espera poder vir a oferecer o teste de DNA gratuitamente. Ver: BRASIL. MPEB. Relatório de atividades 2009. Salvador, p. 65.

[74] BRASIL. MPEB. Relatório de atividades 2007. Salvador, p. 66; Relatório de atividades 2009. Salvador, p. 74.

> "— Por mim, ficaria como está. Não faz diferença alguma. Se na hora de registrar, quando o filho nasceu, o pai não estava lá. Por que isso agora?
> — [A criança] nasce e a gente cria. E pronto. Só vim mesmo porque a escola mandou. Não quero saber daquele cara mais não."[75]

A jornalista cita esses comentários como evidência da incapacidade dessas mães sem educação formal de perceber os danos legais, psicológicos e até sociais da falta de reconhecimento paternal e do nome do pai na certidão. A análise é coerente com o discurso da assistente social citado acima, a qual, no fim de sua fala, citou a homossexualidade e o uso de drogas como dois dos problemas que a Bahia enfrenta por causa das "irregularidades na família". Ideias semelhantes podem ser encontradas em uma reportagem da mesma jornalista sobre o efeito psicológico de não possuir o nome do pai. A jornalista entrevistou uma série de especialistas que concordam quanto à

Figura 10 - Colhimento de mostra de DNA para prova de paternidade. Fonte: D'EÇA, Aline. Assinatura de convênio entre MP e GACC otimizará investigação de paternidade. Disponível na página do Ministério Público do Estado da Bahia, 15 de agosto de 2006 em: http://www.mpba.mp.br/noticias/2006/ago_15_duas.asp.

[75] CORREIA, L. Crianças ficam sem o nome do pai na certidão de nascimento pelos desencontros entre homens e mulheres que as geraram. *Portal Setor 3*, 8 out. 2007. Disponível em: http://www.setor3.com.br/jsp/default.jsp?tab=00002&subTab=00000&newsID=a4261.htm&template=58.dwt&testeira=33&sectid=185. Acesso em: 20 jul. 2012.

necessidade da criança pelo reconhecimento paterno. "Para a criança, me parece muito humilhante apresentar um documento sem o nome do pai", conforme a presidente de uma ONG de serviços à família (reproduzindo uma explicação que ouvi várias vezes ao conversar com os funcionários do Paternidade Responsável). Ao invés de sugerir a necessidade de modificar o preconceito social que produz tal humilhação, a jornalista deu ênfase aos danos causados pelas mães solteiras que insistiram em sua autossuficiência e à importância do programa Paternidade Responsável da Bahia.[76]

Análises como estas mostram como a ênfase do Estado à importância do nome do pai pode involuntariamente reforçar estereótipos relacionados aos papéis de gênero e à paternidade. Esses estereótipos surgem também em algumas peças publicitárias do programa, como a cartilha "Pedrinho Vai Ter um Pai!", mostrada acima. Ao publicar a noção que uma criança sem o nome do pai sofre uma violação da dignidade humana e de seus direitos como cidadã, e também ao insistir que essa "falta" causa necessariamente danos psicológicos à criança e constitui um grande problema social, os funcionários do programa Paternidade Responsável involuntariamente reforçam o estigma social que crianças tidas fora do casamento e suas mães têm historicamente enfrentado nas sociedades patriarcais.

A intimidação sentida pelas mães que preferem não entrar em contato com o pai de seus filhos é outra consequência involuntária da ênfase do Estado na necessidade e no direito de toda criança contar com o reconhecimento e o nome paternos. De acordo com as publicações dos programas Paternidade Responsável dos Estados e com as declarações dos membros do projeto na Bahia, o programa evita qualquer estratégia coercitiva ou punitiva, destacando, pelo contrário, o objetivo de facilitar o reconhecimento espontâneo da paternidade. Isso parece contribuir para o orgulho evidente que os funcionários têm do

[76] CORREIA, L. A criança precisa conhecer seu pai, não só por uma questão legal, mas principalmente pela necessidade emocional. *Setor 3*, SENAC São Paulo, Salvador, 10 ago. 2007. Disponível em: http://www.setor3.com.br/jsp/efault.jsp?tab=00002&newsID=a4260.htm&subTab=00000&uf=&local=&testeira=33&l=&template=8.dwt&unit=&sectid=185. Acesso em: 20 jul. 2012.

programa. Eles sentem que, diferentemente de muitos esforços para reduzir a desigualdade no Brasil e defender os direitos humanos, seu trabalho tem tido um efeito positivo tangível. Os promotores que trabalharam com o Paternidade Responsável na Bahia entre 2005 e 2006 enfatizaram seu compromisso em ajudar as mães solteiras, e não puni-las.[77] E apesar de a assistente social que citei ter dito às mães que estavam relutantes que elas não tinham o direito de esconder informações sobre o pai de seu filho (o que descreve exatamente a legislação), e ter explicado que a falta daquela informação traria danos psicológicos para a criança, ela me falou reservadamente que nada aconteceria àquelas que não voltassem com a informações solicitadas. "Não obrigamos a ninguém. Tentamos conscientizá-las dos benefícios para seu filho, mas [referindo-se à inconsolável mãe da reunião], se ela ainda não quiser entrar em contato com o pai na nossa próxima reunião, eu vou deixar para lá."[78]

A lei de 1992, que inspirou a criação dos programas de Paternidade Responsável, também se distancia da coerção. A lei determina que quando um oficial remeter ao juiz um registro de nascimento por não constar o nome do pai, "o juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada". A lei não obriga a mãe a indicar o pai ou mesmo se apresentar.[79] Um projeto de lei do Senado, porém, quer mudar isso.[80] De autoria do senador Marcelo Crivella, um dos membros de maior proeminência do bloco evangélico, o projeto de lei elimina as palavras "sempre que possível", determinando que a mãe seja obrigatoriamente ouvida por um funcionário determinado pelo juiz. O suposto pai deveria reconhecer a paternidade ou se submeter a um teste de DNA — a recusa a fazer o teste seria considerada prova definitiva de paternidade (tal condição já foi

---

[77] Comunicação pessoal com os promotores do Paternidade Responsável, Salvador, Bahia, 28 de agosto de 2006.

[78] Comunicação pessoal com a assistente social do Paternidade Responsável, Salvador, Bahia, 25 de agosto de 2006.

[79] Artigo 2º, parágrafo 1º, Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

[80] BRASIL. Senado. Projeto de Lei nº 101, de 2007. *Diário do Senado Federal*, Brasília, 14 mar. 2007, 4.936-4.953. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/mate-pdf/9417.pdf. Acesso em: 20 jul. 2012.

determinada por uma lei de 2009).[81] Crivella justifica seu projeto de lei citando a tese de uma socióloga feminista sobre o empobrecimento das mães solteiras e a impunidade dos pais que as abandonam; ele também argumenta que o direito fundamental de um filho à identidade deve prevalecer em detrimento ao direito da mãe à privacidade.[82]

Apesar da ênfase legal e do próprio programa na obrigação da mãe em indicar o pai biológico, os funcionários do Paternidade Responsável não apenas "deixam para lá" nos casos de recusa, mas também, algumas vezes, validam uma variedade de arranjos familiares baseados em laços socioafetivos, tão comuns em bairros populares. Avós, padrinhos ou outros que adotam informalmente as crianças são encorajados a formalizar a guarda e solicitar auxílio do Estado; às mães que estabeleceram uniões estáveis com homens que ajam como pai das crianças é perguntado se este gostaria de legalizar a paternidade. O artigo do jornal online citado acima dá um exemplo disso, ao citar uma mãe que estava buscando essa última solução. "Quero regularizar logo essa situação", explicou a mulher:

> O menino já tem 16 anos. Chama meu companheiro de pai. Nem vale a pena saber do paradeiro do pai biológico, ele era violento e bebia muito. Não quero alguém assim na minha casa e nem de vez em quando. Me disseram que, na certidão de nascimento do meu filho, pode ter o nome do meu marido como pai. É como uma adoção. [...] Pai é quem cria. Acredito nisso.[83]

---

[81] BRASIL. Lei 12.004, de 31 de julho de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 jul. 2009, Seção 1, p. 3. A presunção de paternidade já havia sido estabelecida na jurisprudência pela Súmula 301 do STJ. Cf. *Diário da Justiça*, Brasília, 22 nov. 2004, p. 425. Para a lei de 2009, essa presunção não é "absoluta", mas deve ser corroborada por outras evidências.

[82] A tese citada é de THURLER, A. L. *Paternidade e deserção*: crianças sem reconhecimento, maternidades penalizadas pelo sexismo. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, 2004. A Constituição garante o direito à privacidade em seu artigo 5º.

[83] CORREIA, out. 2007.

Conclusão

Analisar a história da responsabilidade paterna na lei brasileira ao longo dos dois últimos séculos revela que as mudanças pós-1988 no Direito e nas políticas de família representam uma ruptura menos radical com o passado do que podem parecer em um primeiro momento. As novas leis e políticas, como o Paternidade Responsável, são parte de um longo processo de mudanças legais e sociais que se deram em parte por meio de batalhas legais e debates jurídicos sobre que tipos de relações familiares podem gerar direitos e merecem a proteção do Estado. De um lado, encontravam-se mães solteiras e seus filhos, representados por juristas e políticos que apresentaram argumentos morais e conceitos legais que apoiam suas reivindicações. Entre as décadas de 1920 e 1988, seus esforços resultaram na criação de uma jurisprudência que incorporou certo grau de flexibilidade no estreito debate dos direitos familiares no âmbito do Direito Positivo, abrindo caminho para a Constituição ampliar a definição de família. Em oposição a essa tendência, juristas e políticos conservadores atacaram o que consideram ativismo jurídico em favor de direitos familiares mais amplos, ao mesmo tempo em que reiteram a necessidade de preservar uma estrutura de família "tradicional", em prol da ordem social e da saúde moral e psicológica dos filhos da nação.

Os debates a respeito da definição de família não acabaram com a proclamação da Constituição de 1988 por direitos familiares iguais para todas as crianças; antes, ressurgiram em controvérsias sobre questões como a obrigatoriedade do teste de DNA, a "adoção à brasileira" e as famílias formadas por vínculos socioafetivos ou homoafetivos. Ainda que os programas de Paternidade Responsável não tenham gerado controvérsias políticas, eles incorporaram os conceitos de família em disputa, os quais animaram os debates legais ao longo do último século. Concebidos como parte do compromisso mais amplo do Estado na defesa dos direitos humanos das crianças, esses programas atendem às reivindicações feministas por uma maior igualdade de gênero na criação dos filhos, propiciando uma assistência bem vinda aos filhos de mães solteiras que buscam reconhecimento e sustento por parte dos pais biológicos dos seus filhos. Em alguns casos, os programas também apoiam o conceito moderno de laços

familiares socioafetivos, ao fornecer apoio legal para arranjos familiares extensos ou informais.

Os programas de Paternidade Responsável desviam-se de seus objetivos progressistas e de inspiração feminista quando aplicam soluções padronizadas, impostas de cima para baixo, a uma multiplicidade de situações familiares, prática que tem gerado uma pressão exagerada nas mães para indicar o nome do pai, sem uma avaliação individualizada sobre se a recusa da mãe pode ser no melhor interesse da criança. Essa prescrição padronizada é entre os possíveis resultados lógicos do discurso legal e ideológico do programa, aliada à longa tradição brasileira ao paternalismo do Estado. Ao focar primordialmente na paternidade biológica, ao presumir que a saúde psicológica e a posição social da criança dependem do sobrenome do pai e ao insistir que a falta do reconhecimento paterno é sempre um problema que demanda a intervenção do Estado, os programas de Paternidade Responsável reificam a paternidade de uma forma que lembra os discursos patriarcais de honra familiar. Parece, portanto, que a noção secular de que a inscrição do nome do pai biológico em um documento oficial seja um elemento essencial da honra pessoal e status social resistiu aos esforços do Estado para erradicar o estigma social e a humilhação do nascimento ilegítimo.

THE RIGHT TO A FATHER'S NAME: A HISTORICAL PERSPECTIVE ON STATE EFFORTS TO COMBAT THE SIGMA OF ILLEGITIMATE BIRTH IN BRAZIL

ABSTRACT
This article considers how the guarantee of human dignity in Brazil's 1988 Constitution has influenced family law and policy, particularly children's rights to paternal recognition. It traces the history of legal debates over illegitimacy and "family rights" since the nineteenth century, describing how Brazilian courts have argued that they can and should rule in cases involving family relationships that are not legally recognized (first "concubinage," in the 1940s; then, half a century later, "homoafective unions," or same-sex unions). The article then describes changes brought by the 1988 Constitution, which eliminated the category of illegitimacy in family law, and analyzes a contemporary state program to promote "responsible paternity." It argues that neither this program nor the Constitution represent the resolution of debates over the rights of out-of-wedlock children. Instead, both reflect ongoing struggles over what kinds of families merit state protection.

KEYWORDS
Family law. Illegitimacy. Paternity. Filiation. Stable Union.

O Trigo Novo Não Deve Ser Semeado, de Käthe Kollwitz (1867-1945), 1942.
(Fundo Instituto Astrojildo Pereira, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, IAP C/028, p. 1).

"Como os não tão fracos prevalecem: a demanda no mercado de trabalho industrial e os contornos da militância na São Paulo de meados do século XX, Brasil

COMO OS NÃO TÃO FRACOS PREVALECEM: A DEMANDA NO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL E OS CONTORNOS DA MILITÂNCIA NA SÃO PAULO DE MEADOS DO SÉCULO XX, BRASIL

RESUMO

Marcos Andreotti (1910-1984) foi líder trabalhista e comunista durante toda sua vida e atuou na região do ABC industrial da Grande São Paulo. Este artigo explora a vida de Andreotti com base em entrevistas extensas e registros policiais e judiciais confidenciais, além de situar no interior de sua trajetória de trabalho como eletricista qualificado a perseguição acirrada de que ele foi vítima nos primeiros anos da Guerra Fria. Mostra-se como a demanda do mercado de trabalho por trabalhadores qualificados forneceu as bases para a militância continuada de Andreotti e moldou de forma decisiva sua filosofia de organização do chão de fábrica com base em uma dialética entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Assim, lança-se nova luz sobre os fundamentos pouco compreendidos da militância política e trabalhista da classe trabalhadora ao mesmo tempo que se destacam continuidades inesperadas entre a era de Andreotti, anterior a 1964, e o mundo do "Novo Sindicalismo" do final dos anos 1970, iniciado no ABC sob a liderança do ex-presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo. Comunismo. PCB. Lula. Metalúrgicos.

John D. French[1]

COMO OS NÃO TÃO FRACOS PREVALECEM: A DEMANDA NO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL E OS CONTORNOS DA MILITÂNCIA NA SÃO PAULO DE MEADOS DO SÉCULO XX, BRASIL[2]

O historiador Marco Aurélio Garcia iniciou uma discussão sobre os partidos da classe trabalhadora e da esquerda em 2000 com a seguinte questão: "Será possível uma história da esquerda sem uma história da militância política?". Como veterano da esquerda, Garcia argumentou que uma análise adequada de um movimento radical deve explorar os caminhos individuais da militância que se tornam visíveis por meio de "testemunhos autobiográficos [que] permitem que a dimensão subjetiva do processo histórico seja reconstruída" em toda a sua complexidade.[3] Este exame das raízes sociais da militância baseia-se em 54 horas de entrevistas com Marcos Andreotti (1910-84), comunista durante toda sua vida e líder sindical que passou seus 60 anos de militância política e trabalhista na região do ABC da

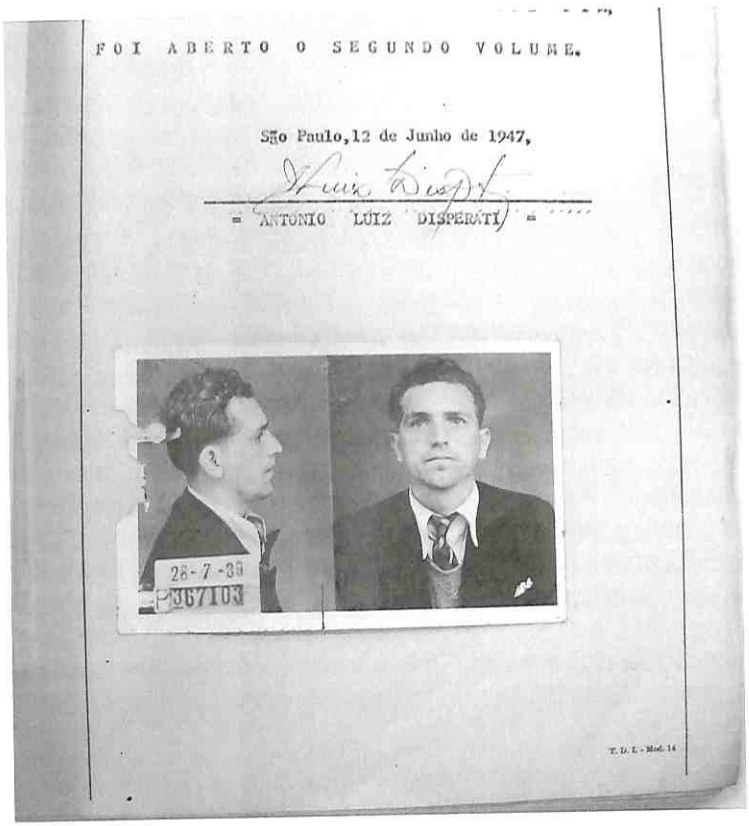
---

[1] Professor of History and African and African-American Studies, Duke University. <jdfrench@duke.edu>

[2] Sou especialmente grato a Daniel James por nossos anos de conversas sobre Andreotti, aos dois excelentes pareceristas da *Hispanic American Historical Review* e a Alexandre Fortes, que me orientou de forma útil e decisiva em relação a um ponto crucial da revisão final deste artigo quando de sua publicação em inglês com o título How the Not-So-Powerless Prevail: Industrial Labor Market Demand and the Contours of Militancy in Mid-Twentieth Century São Paulo, Brazil, *Hispanic American Historical Review*, v. 90: 1, fev. 2010, p. 109-142.

[3] GARCIA, M. A. The Gender of Militancy: Notes on the Possibilities of a Different History of Political Action. In: DAVIDOFF, L.; MCCLELLAND, K.; VARIKAS, E. (Ed.). *Gender and History: Retrospect and Prospect*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 43-44, 50. Líder da esquerda brasileira e latinoamericana desde os anos 1960, Garcia é assessor de Luiz Inácio Lula da Silva há anos e trabalha atualmente como Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República Federativa do Brasil.

Grande São Paulo (o nome refere-se aos três principais municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul).[4]


FOI ABERTO O SEGUNDO VOLUME.

São Paulo, 12 de Junho de 1947,

= ANTONIO LUIZ DISPERATI =

28-7-39
P367103

T. D. I. - Mod. 14

Figura 1 - Fotografia de Marcos Andreotti (1910-1984), tirada quando de sua prisão em 1939, anexada ao segundo volume de seu prontuário junto à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, assinado pelo burocrata responsável. Reproduzida com a permissão do Arquivo do Estado de São Paulo, DOPS, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

---

[4] Quando entrevistei Andreotti no final de 1982, o Partido Comunista Brasileiro ainda era ilegal, embora tolerado com hesitação, e o país desfrutava de maiores liberdades civis como parte de uma mudança tensa e incerta rumo à democratização. Nossas 54 horas de entrevistas durante quatro meses foram cuidadosamente transcritas por Helena Weiss

Andreotti foi o mais importante líder sindical no ABC, antes da emergência de Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos 1970.[5]

Metodologicamente, este artigo demonstra os *insights* aos quais se pode chegar por meio de uma abordagem biográfica centrada no fenômeno da militância, arena "na qual as fronteiras entre o objetivo e o subjetivo se enfraquecem".[6] A biografia é ainda mais vantajosa quando o indivíduo em questão é apagado pelos discursos dominantes. A especificidade humana de um ativista comunista como Andreotti, por exemplo, é negada tanto pela retórica da demonização da direita quanto pela linguagem grandiosa e abstrata da ideologia coletivista oficial da esquerda. Mesmo na escrita acadêmica sobre a política trabalhista e da classe trabalhadora, é por demais frequente a referência aos comunistas em termos de rótulos externos, e não a partir de uma interpretação dessas abstrações à luz dos trabalhadores individuais que fizeram deles uma força real por meio de suas ações. Ao serem abordados dessa maneira, Garcia observa que os sujeitos históricos concretos são "engolfados por amplos mecanismos explicativos", ao passo que os indivíduos "aparecem como participantes de um sistema impessoal".[7]

Contudo, nunca entenderemos verdadeiramente a história trabalhista se não apreendermos as dinâmicas sociais e psicológicas que formaram os indivíduos que, como Andreotti, estiveram no centro da luta organizada da classe trabalhadora e

---

Gonçalves, para com quem tenho uma grande dívida de gratidão. A transcrição final consiste em 476 páginas em espaço simples. Todas as entrevistas foram realizadas pelo autor em Santo André, SP, salvo indicação em contrário.

[5] Para a única obra publicada sobre Andreotti ver: VIEITEZ, C. G. Marcos Andreotti: um gigante do primeiro movimento operário do ABC paulista, *Novos Rumos* 3, n. 10-12, 1988, p. 153-176.

[6] GARCIA, 2000, p. 44. Como observa Garcia (p. 43), essas novas abordagens relacionam-se ao que há de melhor no impacto historiográfico do feminismo de segunda geração, que levantou questões fundamentais sobre a relação entre o público e o privado, o pessoal e o político. Ver a introdução e a conclusão de FRENCH, J. D.; JAMES, D. *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers:* From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box. Durham, NC: Duke Univ. Press, 1997. p. 1-30, 297-313.

[7] GARCIA, 2000, p. 50.

da esquerda. Tendo se filiado ao Partido Comunista aos 14 anos, Andreotti foi o primeiro presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC no início dos anos 1930; após esse período, ficou na clandestinidade e passou por duas longas prisões. Sua eleição para a câmara municipal de Santo André em 1947, aos 37 anos, comprovou sua envergadura como ator público central durante os sucessos eleitorais e sindicais vividos pelo Partido Comunista Brasleiro (PCB) durante um breve período de legalidade no pós-guerra, entre 1945 e 1947.

Este artigo tem como foco a intensidade da repressão da Guerra Fria após 1947, iniciada no governo do presidente eleito Eurico Dutra, antigo homem forte militar da ditadura do Estado Novo (1937-1945). A incessante perseguição pela polícia e pelos empregadores abalaria profundamente a vida dos comunistas do ABC e de seus simpatizantes, seguidores e eleitores.[8] Contudo, muitas dezenas de militantes comunistas de fato continuaram empunhando "a foice e o martelo", embora sua luta contínua com os empregadores, todo tipo de policiais, juízes, anticomunistas profissionais e a Força Pública tivesse um altíssimo custo para eles e sua família. Esse período de derrota, perseguição e desorganização será localizado na trajetória da vida de trabalho de Andreotti como eletricista qualificado. Ao conferir centralidade a sua experiência de trabalho e colocá-la em primeiro plano, o artigo argumenta que sua posição como trabalhador qualificado forneceu as bases para a contínua militância de Andreotti e para seu sentimento de poder pessoal. E o que é mais importante, isso moldou de forma decisiva sua filosofia de organização do chão de fábrica, tanto como comunista quanto como sindicalista.

Se o fenômeno mais amplo da militância política radical e do ativismo trabalhista será iluminado pelo testemunho oral retrospectivo de um único indivíduo, há que se abordar questões metodológicas fundamentais. Nós há muito ultrapassamos o momento em que se poderia dar crédito a uma visão dos relatos

---

[8] Para um tratamento geral e recente da questão, ver: POMAR, P. E. da R. *A democracia intolerante:* Dutra, Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

históricos orais e dos *testemunhos* que os considerasse como vozes silenciadas dos subalternos, cujas histórias, originadas na camada inferior de sociedades desiguais, representam contra-histórias transparentes e poderosas do ponto de vista ético. Também é necessário ressaltar que Andreotti é tudo menos um trabalhador "típico" ou representativo. Suas entrevistas não constituem, nas palavras dos historiadores orais Anthony Seldon e Joanna Pappworth, "uma história oral das pessoas comuns: testemunhas ou recebedoras da política feita pelos outros". Dada a política comunista de Andreotti, sua carreira constante como líder e sua localização privilegiada na topografia da classe trabalhadora, as entrevistas podem ser mais bem apreciadas como parte de uma:

> História oral das e sobre as 'elites' na sociedade [...][, ou seja,] daquelas pessoas que chegaram ao topo do ofício que escolheram e cujas atividades são objeto da preocupação de grande parte da produção acadêmica moderna, seja isso correto ou não — ministros do Gabinete, líderes sindicais, generais, principais executivos, líderes do governo local, romancistas, e assim por diante, e não trabalhadores ou soldados de base.[9]

Desde o início, meu trabalho com Andreotti foi marcado por um reconhecimento de que a história oral "não é um novo tipo de história [...], mas um tipo de fonte ou evidência" que deve ser comparado, confirmado ou contestado à luz de evidências internas e externas.[10] No ano anterior a nossa primeira entrevista, reuni documentos da polícia, do judiciário, de jornais e de fontes sindicais sobre a vida e a carreira de Andreotti. Essas fontes serviram de base para trocas detalhadas ao longo de nosso caminho através dos eventos retratados. A fecundidade dessa triangulação entre as evidências escritas, o entrevistado e o entrevistador só foi possível porque Andreotti foi um entrevistado excepcional, cuja memória excelente e cujo grau incomum de autoconsciência desapaixonada e pendor analítico

---

[9] SELDON, A.; PAPPWORTH, J. *By Word of Mouth:* "Élite" Oral History. Londres: Methuen, 1983. p. 6.
[10] Ibid., p. 4.

tornaram possíveis novas descobertas sobre a interação entre a militância no partido político, a organização da fábrica e a mobilização trabalhista.

Nossas entrevistas caracterizaram-se por uma troca desafiadora, na qual eu evitava portar-me com excesso de deferência. Tanto durante o processo de entrevista quanto neste artigo, meu foco não foi dissecar seu estilo de contar histórias ou a natureza diádica de nossa relação. Antes, persegui um objetivo mais ambicioso: compreender a liderança de Andreotti como organizador. O resultado imediato dessa colaboração é uma investigação única sobre como processos sociais e históricos mais amplos se entrecruzam com a subjetividade humana e a práxis política. O material referente à história oral neste artigo está associado a um corpo de evidências documentais único que não estava disponível na época das entrevistas originais. A abertura dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo ofereceu uma abundância de novas evidências reveladoras que tratavam de eventos e indivíduos específicos, bem como de tendências gerais. Essas evidências contemporâneas detalhadas, que têm como fonte um órgão anticomunista bem provido de financiamento, confirmam a veracidade das afirmações de Andreotti e situam esse militante comunista em um contexto mais amplo, que excede aquilo a que ele teve acesso como participante.

Os registros gerados pela polícia e pelos informantes do DOPS ressaltam os obstáculos enfrentados por aqueles que, como Andreotti, eram singularmente vulneráveis e aparentemente "frágeis" em relação a um órgão especializado de repressão do Estado. Ao mesmo tempo, o fracasso em erradicar a militância comunista, a despeito da intensidade da repressão na época da Guerra Fria, destaca a importância de se compreender como Andreotti, o militante, "prevaleceu" em um sentido muito real. A começar pela "greve dos 300 mil" de 1953, Andreotti teve papel fundamental no ressurgimento das lutas trabalhistas de massa e retornou em 1958 como presidente eleito do sindicato de metalúrgicos de Santo André. Durante a euforia reformista que se seguiu, Andreotti supervisionou a criação do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que Lula dirigiria de 1975 a 1980, e foi reeleito presidente duas vezes até o fim oficial de sua carreira com o golpe de 1964. Ao traçar como condições objetivas (a demanda do mercado trabalhista)

moldaram a subjetividade e a práxis de Andreotti, este artigo oferece *insights* sobre as continuidades imprevistas na história da luta trabalhista entre a era de Andreotti, antes de 1964, e o mundo do "Novo Sindicalismo" de Lula, iniciado em fins da década de 1970.

A Trajetória Inicial de Andreotti: a capacitação profissional como fundamento para a militância comunista

Embora Andreotti conhecesse os clássicos do marxismo-leninismo, seu comunismo nunca foi uma busca meramente teórica ou intelectual. Filho de imigrantes italianos analfabetos, Andreotti não completou o ensino primário. O materialismo dialético, termo que conhecia, era para ele menos importante do que aquilo que eram, para ele, as ideias empiricamente validadas que o marxismo-leninismo oferecia àqueles que procuravam organizar os trabalhadores de forma bem-sucedida. Na divisão interna de tarefas do PCB, Andreotti não formulou uma política partidária geral; ele afirmava, talvez corretamente, nunca ter sido membro da liderança local ou estadual. Seu talento especial, reconhecido no interior do partido e para além dele, era organizar as lutas da classe trabalhadora no local de produção e nos sindicatos. Desde a adolescência, o trabalho prático de organizar os trabalhadores foi seu primeiro amor.

Para atingir esse objetivo, Andreotti precisava ter acesso aos trabalhadores, preferencialmente por meio de um emprego regular, pois organizá-los de fora, embora possível, era infinitamente menos profícuo do que o contato direto com os problemas de uma fábrica específica.[11] Dada a prática sistemática

[11] Para um exemplo de organização de fábrica "de fora", ver o relato sobre o envolvimento de Andreotti na agitação da fábrica têxtil local Ipiranguinha no final da década de 1930. FRENCH, J. D. *The Brazilian Worker's ABC:* Class Conflict and Alliances in Modern São Paulo. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1992, 71. A versão em português recebeu o título *O ABC dos Operários:* conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec, 1995.

dos empregadores de colocar os agitadores em uma lista negra e a notoriedade que Andreotti adquiriu junto ao DOPS e à atenção pública (para não falar da ficha policial que se seguiu), o que é mais surpreendente em sua longa carreira foi como ele conseguiu manter-se empregado na indústria. A resposta para isso pode ser encontrada em seu ofício de eletricista industrial qualificado. Ele teve a sorte de ser designado ajudante de eletricista em seu primeiro emprego em uma fábrica da indústria têxtil Ipiranguinha em Santo André, o que lhe garantiu o treinamento inicial que possibilitou toda sua longa carreira profissional. Assim como ocorria com outros ofícios industriais qualificados em São Paulo em meados do século XX, não era possível aprender a profissão de eletricista como aprendiz formal, por meio de educação vocacional ou de treinamento pelo empregador.[12] O sucesso dependia de anos de aprendizado prático junto a outros trabalhadores qualificados. Ter domínio da profissão requeria um alto grau de iniciativa pessoal. Andreotti chegou mesmo a utilizar o tempo que passou na clandestinidade em meados da década de 1930 para incrementar seus conhecimentos. Entre os materais inventariados em um registro policial sobre uma batida realizada em sua casa em 1936 encontrava-se um livro em italiano sobre as aplicações industriais da eletricidade, conforme relatado no processo judicial aberto contra ele no Tribunal de Segurança Nacional.[13]

A posição especial dos trabalhadores qualificados na industrialização de São Paulo moldou profundamente a identidade pessoal de Andreotti, bem como sua militância política. A súbita expansão industrial de meados do século ocorreu em uma cidade que não contava com um corpo significativo de trabalhadores qualificados, imigrantes ou nacionais. Passou-se um longo tempo até que programas de amplo alcance fossem promovidos pelo governo ou pelos empregadores para capacitar os indivíduos no Brasil. Embora os empregadores

---

[12] Entrevistas com Andreotti, 20 set. 1982; 2 dez. 1982.

[13] Entrevista com Andreotti, 22 out. 1982. Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Delegacia de Polícia de São Bernardo, Auto de Inquérito, Motivos de Ordem Social, 1936, anexado ao Processo 705, 1939, 4, p. 316-361.

não tivessem dificuldade em encontrar a mão de obra braçal ou semiqualificada de que precisavam, a tecnologia das máquinas da manufatura moderna exigia os serviços de trabalhadores especializados não disponíveis em grande número.

A escassez de trabalhadores qualificados nas indústrias foi uma característica constante durante a Segunda Guerra Mundial.[14] Imediatamente após a guerra, os empregadores industriais de São Paulo criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), programa de treinamento ligado às fábricas que, embora financiado por um imposto sobre os salários estabelecido pelo governo, era administrado diretamente pelos empregadores.[15] Mesmo essa tentativa significativa e contínua de mitigar a carência de trabalhadores qualificados em São Paulo não deu conta de solucionar o problema de forma definitiva devido ao ritmo cada vez mais acelerado da industrialização nas décadas seguintes. Vários estudos sociológicos sobre as fábricas em São Paulo e no ABC do final da década de 1950 até os anos 1970 comprovam a acirrada competição entre os empregadores por trabalhadores qualificados.[16]

Indispensáveis para o funcionamento de toda a operação, os trabalhadores qualificados eram, assim, tidos em alta conta pelos empregadores e beneficiavam-se da competição por seus serviços mesmo quando, como é o caso de Andreotti, eram politicamente "subversivos". Embora Andreotti não pudesse evitar ser demitido por seus empregadores, sua capacidade,

---

[14] Para referências sobre a escassez de trabalhadores qualificados no período da guerra, ver FRENCH, 1992, p. 95.

[15] WEINSTEIN, B. The Industrialists, the State, and Issues of Worker Training and Social Services in Brazil, 1930-1950, *HAHR* 70, n. 3, 1990, p. 379-404; WEINSTEIN, B. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN/Universidade de São Francisco, 2000.

[16] LOPES, J. R. B. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In: *Mobilidade e trabalho:* um estudo na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura: Bertram Hutchinson, 1960. p. 432; PEREIRA, L. Qualificação técnica do trabalho. In: _____. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1965. p. 252-253, 275; HUMPHREY, J. *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1982. p. 65, 100.

engenhosidade e persistência garantiram que ele não ficasse desempregado por longos períodos. Após ser demitido de uma indústria metalúrgica por ter liderado uma greve no início dos anos 1930, por exemplo, Andreotti logo foi contratado pela fábrica têxtil Ipiranguinha, então falida, para manter o maquinário da fábrica em funcionamento. Liberto da prisão durante o Estado Novo e sob intensa vigilância, Andreotti ainda encontrou emprego como eletricista em casas particulares e realizou instalações elétricas para a nova fábrica da Firestone que estava sendo construída em Santo André. Nesses casos, os empregadores beneficiavam-se de sua capacitação sem precisar se preocupar com seu impacto sobre a mão de obra. As restrições dos empregadores à contratação de suspeitos de subversão foram, contudo, flexibilizadas pelas pressões do *boom* industrial da Segunda Guerra Mundial. Na época, Andreotti trabalhava na fábrica dos Matarazzo na Água Branca, em São Paulo, mas morava em frente a uma fábrica têxtil em Santo André, cujos proprietários pediam-lhe de tempos em tempos para resolver algum problema elétrico. Com a expansão da produção da fábrica, eles contrataram Andreotti como eletricista de manutenção.[17]

Os proprietários da Santo André Têxtil, pequena fábrica com pouco mais de cem trabalhadores, tinham vívida consciência de que os salários e as condições da indústria têxtil em expansão estavam longe de ser competitivos. Isso era verdadeiro especialmente em comparação com as muitas fábricas modernas, pesadamente mecanizadas e muito mais lucrativas das indústrias metalúrgica, da borracha e química. Com plena consciência do passado de Andreotti e de suas atividades no momento, os proprietários da Santo André Têxtil sabiam que não teriam como contratar os serviços de Andreotti se ele não fosse politicamente suspeito e conseguisse um emprego nas fábricas maiores, que ofereciam melhores salários. Andreotti estava mais do que disposto a sacrificar parte do retorno monetário que obtinha por sua capacitação em prol de seu engajamento político e sindical. Assim, a capacitação de Andreotti garantiu-lhe alguma proteção contra reprimendas, a despeito do caráter público de sua militância política e de seu papel como líder de base da

[17] Entrevistas com Andreotti, 20 set. 1982; 20 out. 1982; 2 dez. 1982.

oposição no sindicato têxtil local, dirigido por um membro de direita do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).[18]

Essa barganha com vistas a lucro perdurou até as eleições municipais de novembro de 1947, que foram ganhas por candidatos comunistas, quase todos trabalhadores. Quando lhe perguntei por que os empregadores não haviam demitido os 33 candidatos, Andreotti observou que eles eram, em sua maioria, trabalhadores qualificados, à exceção de Miguel Guillen, que não trabalhava na indústria; ele fazia biscates, parece que furava poços, era servente de pedreiro, fazia essas coisas todas.[19] Com a escassez de trabalhadores qualificados, os empregadores tinham de tolerar aqueles que se filiavam ao PCB recentemente legalizado quando davam conta de suas demandas imediatas de produção. Foi apenas após as eleições de novembro de 1947 que a firma de Andreotti aderiu à tentativa concertada entre o governo e os empregadores de eliminar os agitadores da indústria.[20] Quando chamaram Andreotti a seu escritório, os dois proprietários disseram que seus serviços já não eram necessários, uma vez que ele se recusava a pactuar com as necessidades da indústria. Segundo a memória de Andreotti sobre a conversa, ele respondeu agressivamente, pois, como lhes disse, eles precisavam de seu trabalho para manter a fábrica em funcionamento. Irritado com sua conduta desafiadora, um dos proprietários exasperado só conseguiu restaurar o sentimento de hierarquia apropriado mostrando o revólver que guardava na gaveta de sua escrivaninha. Pouco tempo depois, em outra

---

[18] Ibid. O emprego de Andreotti como eletricista da Fiação e Tecelagem Santo André em 1945 havia sido devidamente registrado em seu prontuário pessoal. Cf. Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Arquivo do Estado de São Paulo (doravante referido como DOPS-AESP), Dossiê 50-B-270, pasta 1. Sobre as disputas no sindicato têxtil, ver: FRENCH, 1992, p. 175.

[19] Entrevista com Andreotti, 7 out. 1982.

[20] Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982. O funcionamento completo dessa "aliança empregador-polícia" durante esses anos é explorado no primeiro capítulo de um estudo baseado em escrupulosa pesquisa sobre o ativismo de chão de fábrica e sindicalista no ABC de 1945 a 1968. Cf. NEGRO, A. L., *Linhas de montagem:* o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Editorial Boitempo, 2004. p. 21-78.

represália, a mesma empresa demitiu uma das filhas de Andreotti. Isso levou a outro confronto quando Andreotti injuriou seu contramestre italiano ao chamá-lo, em italiano, de "capacho dos patrões da fábrica".[21]

A resposta de Andreotti não deve ser interpretada somente como uma questão de temperamento individual ou ideologia política comunista; antes, ela revela o sentimento de autoconfiança de Andreotti sobre o fato de ser indispensável aos empregadores, a despeito de ser um comunista publicamente conhecido. Esse sentimento de poder foi reforçado por outra experiência no pós-guerra, quando foi contratado para trabalhar na Zapparoli Serena, pequeno laboratório químico com 31 trabalhadores que fabricavam sais de cheiro.[22] Andreotti valorizava esse emprego porque lhe permitia participar de lutas contra os interventores impostos pelo governo ao sindicato dos trabalhadores químicos. Nessa batalha muito pública, os interventores contra-atacaram eliminando seu rival, Andreotti, com a ajuda da gerência da grande fábrica local Rhodia Quimica. Como as matérias-primas do laboratório eram fornecidas pela Rhodia, o proprietário do laboratório disse a Andreotti que teria de demiti-lo. Ao mesmo tempo, contudo, ele não desejava abrir mão de seu valioso eletricista e propôs continuar pagando Andreotti sem registro. Andreotti recusou, pois dependia dessa entrada em sua carteira de trabalho para ser legalmente passível de sindicalização.[23]

Conforme vimos, embora os industriais concordassem com a política geral de demissão e compilação de listas negras com o nome dos agitadores, os industriais e gerentes individuais com frequência violavam essa política quando precisavam desesperadamente de um ou outro trabalhador qualificado para dar lucro a seu negócio. De fato, para muitos pequenos empregadores, a contratação de Andreotti não só vinha ao

---

[21] Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982.

[22] DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo (Exclusive o Município da Capital)*, 1945. São Paulo: DEE, 1947. p. 851.

[23] Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 24 nov. 1982.

encontro de uma necessidade imperativa, como o fazia a preço de barganha. Assim, a vantagem comparativa dos trabalhadores qualificados no mercado de trabalho claramente beneficiou Andreotti e distinguiu-o da maior parte da mão de obra da indústria, com pouca ou nenhuma qualificação. Dada sua alavancagem no mercado de trabalho, os trabalhadores qualificados também tinham maiores chances de conquistar estabilidade no emprego do que os não qualificados.[24]

O preço da militância comunista no auge da Guerra Fria

Durante mais de cinco horas de trabalho, os treze membros da caravana noturna da campanha municipal pintaram *slogans* coloridos nas calçadas, ruas e muros em todo o centro de Santo André. Chegando aos portões do enorme complexo da Pirelli às 2h30 de 12 de setembro de 1951, os candidatos e seus apoiadores rapidamente pintaram *slogans* em favor dos candidatos municipais apoiados pela Aliança Renovadora a Favor da Paz e Contra o Alto Custo de Vida. Outras pichações exigiam a liberdade dos presos políticos e opunham-se ao envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Avisado pelo guarda do portão da fábrica, o delegado local liderou um contingente que, empunhando armas carregadas, rapidamente cercou e prendeu os manifestantes enquanto confiscava seus materiais e veículos.[25] Entre os presos estava Marcos Andreotti, candidato a vereador descrito dois anos antes em um relatório do DOPS para o tribunal eleitoral como "militante comunista de longa data", cuja ficha de "atividades subversivas", o que incluía prisões e vereditos de culpado, já era "tão extensa" que seu arquivo estava "no

[24] Entrevista com Andreotti, 13 dez. 1982.

[25] Delegacia de Polícia de Santo André. Auto de Prisão Flagrante, 12 set. 1951, Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo (doravante referido como TRE SP), Processo 348, 1961; Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. Para um relato do DOPS sobre a prisão na Pirelli, que inclui uma fotografia dos *slogans*, ver: DOPS-AESP, Documento n. 855, 14 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

segundo volume".[26] Em seus próprios registros internos, o DOPS descreveu Andreotti de forma sucinta e precisa como um dos "mais renomados elementos do partido, promovendo agitação no ambiente dos trabalhadores".[27]

Figura 2 - 8 de setembro de 1951. Grupo inter-racial de residentes de Santo André em um comício da Aliança Renovadora a Favor da Paz e Contra o Alto Custo de Vida em prol da candidatura de Dr. Antonio Refinetti e seus aliados comunistas. Reproduzida com permissão do Arquivo do Estado de São Paulo, Dossiê do DOPS 50-Z-318, pasta 7.

Andreotti foi levado diretamente à sede do DOPS em São Paulo; os registros policiais revelam que ele foi o mais agressivo dos treze indivíduos interrogados. Começou por declarar que era comunista e havia sido levado em custódia à polícia por esse motivo. Contudo, continuou protestando e dizendo que como cidadão brasileiro, embora comunista, ele tinha os mesmos direitos que qualquer um a candidatar-se ao cargo. Quando lhe perguntei em 1982 a respeito do que parecia ser uma conduta desafiadora, Andreotti insistiu que suas respostas eram apenas uma questão de:

---

[26] DOPS, Antecedentes Políticos Sociais de Antonio Moreira; TRE SP, Processo 348, 1961. O arquivo do DOPS sobre Andreotti aqui referido pode ser consultado em DOPS-AESP, Prontuário n. 4.980, 2 volumes.

[27] DOPS-AESP, 24 jan. 1949, Dossiê 50-B-270, pasta 1.

> Dizer a verdade, e nada me impedia de dizer isso porque eu era completamente conhecido da polícia. Então eu tinha que dizer a verdade e [...] como membro do [PCB] e dirigente sindical, conhecido como eu era [...] eu não poderia ter outra atitude; seria me desmoralizar perante o povo e até perante o próprio partido; então eu tratei de defender os direitos de qualquer elemento a ser candidato. Eu não podia de maneira nenhuma sair de uma maneira negativa.[28]

A prisão de Andreotti deu-se em um momento em que a Guerra Fria internacional havia se tornado uma guerra quente na Coreia. No Brasil, tanto o governo recentemente eleito do presidente Getúlio Vargas quanto o do governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (do Partido Social Progressista de Adhemar de Barros) haviam apenas começado a tomar forma. Para o município de Santo André, a campanha municipal de 1951 foi a primeira desde a vitória esmagadora dos comunistas nas eleições de 1947, seguida pela cassação da eleição dos candidatos comunistas, inclusive Andreotti.[29] Para os políticos da classe média local, como o médico Antonio Refinetti, candidato a prefeito detido junto com Andreotti, o apoio eleitoral dos

---

[28] Delegacia de Polícia de Santo André, Auto de Prisão Flagrante; Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. O reconhecimento aberto de Andreotti de sua filiação comunista nos interrogatórios de 1951 não foi uma questão de princípio, mas um julgamento político baseado nas circunstâncias. Em 1941, em compensação, Andreotti "procurou defender-se com evasivas" enquanto era interrogado sobre os documentos comunistas encontrados em sua casa. Conforme a polícia observou com ceticismo na altura, sua alegação de "ter encontrado aquele material embaixo da porta de sua casa" não foi uma negativa muito astuta por parte de um "velho militante aliancista (membro da radical Aliança Nacional Libertadora em meados da década de 1930) e, mais tarde, comunista". Qualificação dos Indiciados, 4 jun. 1941, DOPS-AESP, Prontuário de Polícia 4.980, v. 1.

[29] Para um relato completo sobre a vitória eleitoral comunista de novembro de 1947 em Santo André, ver: FRENCH, 1992, p. 236-249; MEDICI, A. *9 de novembro de 1947:* a vitória dos candidatos de Prestes. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999. French oferece uma visão panorâmica do surto do pós-guerra em Santo André; mais informações podem ser obtidas em: COSTA, H. *Em busca da memória:* comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995, e nas

eleitores comunistas foi um potencial trunfo na corrida pelo controle do governo municipal de Santo André.[30]

Como membro da câmara municipal e presidente do Partido Social Democrático (PSD) local, Refinetti era o candidato a prefeito de um partido político que havia, como resultado de sua identificação conservadora, conquistado pouquíssimo apoio eleitoral da classe trabalhadora de Santo André desde 1945. Desejoso de ganhar espaço em 1951 em relação a outros políticos locais de maior peso, Refinetti havia concordado em nomear para vice-prefeito um candidato comunista do PSD e reservar nove lugares na chapa da câmara municipal do PSD em troca de votos dos comunistas. Em 1951, uma aliança de conveniência desse tipo já não mais parecia ser uma questão de princípio para os homens práticos da política em São Paulo.[31] Contudo, ela poderia, como nesse caso, levar a um constrangimento quando Refinetti, convencido por seus novos aliados, acompanhou-os em sua expedição de pichação noturna.[32]

---

memórias de Armando Mazzo, principal político comunista do período: MAZZO, A. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1991. Sobre a esquerda e a mão de obra no ABC na década de 1950 e início da década de 1960, ver: MARTINS, H. H. T. de S. *Igreja e movimento operário no ABC, 1954-1971*. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1994; VIEITEZ, C. G. *Reforma nacional-democrática e contra-reforma:* a política do PCB no coração do ABC paulista, 1956-1964. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999; e NEGRO, 2004.

[30] FOLHA DO POVO, São Paulo, 21 ago. 1951.

[31] Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. Havia alguns dissidentes no PSD local, como indicado na afirmação de oito membros do diretório do PSD em Mauá que o delegado de polícia local passou para o DOPS. Cf. DOPS-AESP, Documento n. 859, 11 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7. Contudo, mesmo o PSD estadual não era avesso a essa busca por vantagem eleitoral. Ver também: DEFENDE o deputado Ulisses Guimarães o direito de registro dos candidatos apontados como comunistas, *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 out. 1951.

[32] Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982. A prisão expôs Refinetti ao ataque público, como no panfleto mimeografado de alguém autointitulado Aliança de Resistência Nacional, que se referia ao "conhecido doutor Antonio Refinetti" como um "criptocomunista – um lobo em pele de cordeiro". DOPS-AESP, Documento n. 842, 7 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

Após serem mantidos incomunicáveis durante os dois primeiros dias no DOPS, todo o grupo, com exceção de Dr. Refinetti, passou os próximos oito dias na prisão da Avenida Tiradentes no centro de São Paulo, onde Andreotti estivera preso durante o Estado Novo. Em observância aos diferentes privilégios legais estendidos às pessoas com diploma universitário (*os doutores*), o DOPS não revistou Dr. Refinetti como fez com os trabalhadores detidos, e ele foi liberado quase imediatamente.[33] Como explicou Andreotti, "o título de *doutor* dá direito a uma prisão especial, [diferente] da de um eletricista [que] não é *doutor*. Todos os intelectuais eram mantidos em uma sala especial, mais decente, [mesmo quando detidos] no presídio comum". Em seu julgamento, essa "distinção [de classe] era feita para alimentar o ódio entre as pessoas", embora ele de fato expressasse uma certa satisfação irônica com o fato de que o doutor, a despeito de negá-lo enquanto estivera em custódia, de fato participara da pichação assim como os outros que foram detidos.[34]

Para Andreotti, a detenção durante dez dias aumentou sua angústia porque a polícia recusou-se a liberá-lo para o casamento de uma de suas duas filhas, a despeito dos protestos públicos e de uma promessa privada do ex-governador Adhemar de Barros de que tomaria as medidas necessárias para que ele fosse solto.[35] Contudo, essa prisão em 1951 não foi, em retrospectiva, uma questão especialmente séria, pois as acusações eram insignificantes (apenas a pichação era ilegal). No que diz respeito à polícia, Andreotti notou, seu comportamento não havia mudado desde o tempo do Estado Novo. Ainda havia ameaças,

---

[33] Mesmo no Brasil do séxulo XXI, o direito de "'prisão especial' [...] sobrevive como legado da sociedade de castas do século XVIII", tendo sido ampliado com o tempo para abranger uma diversidade de grupos. LEWIN, L. *Surprise Heirs:* Illegitimacy, Inheritance Rights, and Public Power in the Formation of Imperial Brazil, 1822-1889. Stanford, CA: Stanford Univ. Press, 2003. v. 2, p. 60. Esse honorífico era legalmente atribuído aos líderes sindicalistas eleitos em 1955, embora isso nunca fosse respeitado quando pessoas como Andreotti, um presidente de sindicato, eram detidas durante o início da década de 1960.

[34] Entrevista com Andreotti, 17 nov. 1982.

[35] Ibid.

mas as circunstâncias de sua prisão não foram "muito propícias" para que fizessem nada mais sério com ele. A polícia teve de se contentar em deter os candidatos por dez dias para atrapalhar sua campanha eleitoral, ao passo que o processo legal acabou sendo arquivado sem julgamento.[36]

A prisão não surpreendeu Andreotti, pois o abuso de comunistas ou suspeitos de ser comunistas pela polícia havia se tornado procedimento padrão ao longo dos três anos anteriores. De fato, os *slogans* do grupo de Andreotti incluíam o apelo pela libertação de três residentes locais detidos em abril de 1951 por tentar organizar uma manifestação anti-imperialista em Santo André.[37] Eles também exigiam a liberdade da jovem comunista Eliza Branco, que havia sido detida e sentenciada a quatro anos de prisão por exibir uma faixa em repúdio à guerra durante a celebração do Dia da Independência brasileira de 1950 no centro de São Paulo.[38]

A atmosfera de anticomunismo irrestrito associado à Guerra Fria também havia levado, durante a campanha eleitoral de 1950, a um confronto policial no qual três "subversivos" foram brutalmente espancados e levados em custódia após um comício eleitoral em São Bernardo do Campo, entre eles o ex-deputado estadual do PCB Armando Mazzo, prefeito cassado de Santo André em 1947. Esse confronto na cidade natal de Mazzo veio na esteira de uma decisão judicial contra a inscrição de candidatos comunistas para deputado federal na chapa do Partido Social

---

[36] Ibid.

[37] Ibid. Em um artigo intitulado Inimigos do País, um jornal conservador de Santo André noticiou a prisão de Germano Canassa, Margarida e Ana Gimenez e mais uma pessoa às 20h por tentarem organizar um piquete contra o acordo militar interamericano assinado recentemente em Washington. Mencionando o ouro de Moscou de forma sinistra, o artigo afirmava que Ana Gimenez já estava sendo procurada por uma acusação de tentativa de homicídio contra um policial em um incidente anterior. Cf. BORDA DO CAMPO, Santo André, 22 abr. 1951. Os três foram condenados junto com Jorge Garcia em 27 de julho de 1951. DOPS-AESP, Documento n. 824, 27 jul. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

[38] Sobre Eliza Branco, ver: DOPS, Certidão, 13 set. 1950; TRE SP, Processo 17d, 1950; SEGATTO, J. A. et al. *PCB:* memória fotográfica, 1922-1982. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 98-99.

Trabalhista (PST) em São Paulo. A decisão judicial foi seguida de batidas policiais na sede eleitoral do PCB/PST no ABC e em outros lugares, nas quais 140 pessoas foram detidas, sendo a maior parte delas liberada em seguida. Em seu auge, o confronto de 1950 em São Bernardo envolveu a polícia local, a Polícia Rodoviária e tropas de choque especiais da Força Pública que cercaram um caminhão que levava ativistas do PCB/PST. Liderados por Mazzo, os comunistas, que eram arrasadora minoria, recusaram-se a se entregar, e os três lutaram contra a polícia com pedras, punhos, pedaços de pau e coqueteis Molotov (que não explodiram); ao menos cinco civis e quatro policiais ficaram feridos.[39] Conforme admitido por um policial local ao autor em 1982, os detentos foram fortemente espancados com cacetetes. Como justificativa para tanto, como apontou Aureliano Monteiro, os coqueteis Molotov indicavam disposição para brigar, e eles de fato brigaram. Mazzo relatou que o delegado de polícia local havia lhe dito, antes do confronto, que "vocês, comunistas, são teimosos" por não se retirarem quando lhes é dada a chance (o delegado era um conhecido de Mazzo dos tempos de juventude).[40]

Talvez com a controvérsia de São Bernardo em mente (os jornais anunciaram a morte de Mazzo), a documentação da interrogação policial de Andreotti e seus camaradas em 1951 registraram especificamente a afirmação do guarda da Pirelli de que a polícia, embora tenha usado "meios convincentes" ao sacar suas pistolas, não havia batido nos presos ou utilizado qualquer "violência manifesta".[41] A presença de um civil de 23 anos entre aqueles que detiveram Andreotti e seus camaradas também nos lembra de que a caças às bruxas da Guerra Fria prosperou com base no amplo uso de informantes policiais e anticomunistas profissionais, pagos ou não. O papel de um desses informantes, Milton Miguéis, na documentação policial oficial era identificar

---

[39] FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, 29 set. 1950.

[40] Entrevista de Aureliano Monteiro, ex-delegado de polícia de São Bernardo do Campo, realizada por John D. French, 6 ago. 1982, em São Bernardo do Campo; ver também o relato de MAZZO, 1991, p. 125-126.

[41] Delegacia de Polícia de Santo André, Auto de Exibição e Apreensão, 12 out. 1951; TRE SP, Processo 414/5, 1951.

os indivíduos envolvidos e explicar como a pichação da campanha se enquadrava no "programa revolucionário mundial" estabelecido por Lenin.[42]

Os detidos conheciam bem Miguéis. Andreotti, mesmo em 1982, não conseguiu conter seus sentimentos em relação a esse dedo-duro e safado, que identificou como agente policial. Uma carta de 1951 do delegado de polícia de Santo André confirmou que Miguéis havia se infiltrado na hierarquia stalinista e "[fora] até mesmo detido em companhia de comunistas", mas havia feito isso enquanto "trabalhava para a polícia" (embora não para o DOPS, como Miguéis alegou com frequência).[43] O jovem adquiriu prominência no sindicato dos metalúrgicos de Santo André como funcionário da junta indicada pelo governo e foi autor de numerosas diatribes anticomunistas na imprensa local no que diz respeito às eleições sindicais de 1950.[44] Seus confrontos com a esquerda assumiram também forte viés ideológico, dada sua filiação pública ao Partido de Representação Popular (PRP), partido fundado por Plínio Salgado, líder do movimento integralista brasileiro na década de 1930, que pode ser taxado de "fascista".[45] Uma semana antes das prisões de 1951, o PCB local instou os organizadores de sua campanha a atacar o PRP por serem "um bando de agentes policiais" e tarados; quanto a Miguéis, candidato do PRP, disseram que ele "era conhecido em Vila Assunção pela surra que recebeu das mãos do povo".[46]

---

[42] Ibid.

[43] A citação é de uma carta do delegado de polícia de Santo André ao DOPS em setembro de 1951, na qual ele explicava que Miguéis, fichado como comunista, não conseguira um atestado do DOPS de seus "antecedentes político-sociais" não subversivos, documento necessário para se candidatar às eleições e também para outras interações oficiais. Cf. DOPS-AESP, Documento n. 858, 17 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7. Em 1953, um relatório do DOPS de Santo André observou que Miguéis, "um ex-funcionário do sindicato" [dos metalúrgicos], havia "em vários momentos se apresentado [falsamente] como investigador do DOPS". Cf. DOPS AESP, Documento n. 76, 31 ago. 1953, Dossiê 50-A-247.

[44] FRENCH, 1992, p. 235, 353 nota n. 40.

[45] BORDO DO CAMPO, Santo André, 27 nov. 1949; DOPS-AESP, Documento n. 827, 21 ago. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

[46] DOPS-AESP, Documento n. 840, 7 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

A vigilância policial incansável e a repressão contínua aos organizadores da campanha comunista em 1951 não esmoreceram com a aproximação das eleições.[47] Quatro dias antes da votação, um grupo de onze apoiadores do PCB foi detido. Após confiscar sua "propaganda claramente subversiva", a polícia local anotou seus nomes para os arquivos do DOPS e então os liberou sem acusações.[48] A natureza rotineira de procedimentos desse tipo é sugerida pela detenção de oito pessoas em Santo André em julho de 1951 por distribuírem um folheto com o *slogan* Não Pague Condução. Houve batida policial em suas casas e confisco de literatura comunista.[49]

Mas Andreotti obteve alguma satisfação real com os resultados das eleições municipais de 14 de outubro de 1951. Embora a inscrição de sua candidatura e da candidatura de outros escolhidos do PCB para a chapa do PSD tenha sido anulada antes da votação pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), os resultados indicaram que Andreotti, junto com Bruna Mazzo Fernandes (irmã de Armando Mazzo) e Alberto Zamignani, antigo presidente do sindicato dos trabalhadores da construção civil local, teriam sido eleitos vereadores municipais em Santo André se os votos a favor dos candidatos comunistas houvessem sido reconhecidos. No topo da chapa do PSD, Marcos Andreotti recebeu mais votos do que sete dos políticos não comunistas que acabaram sendo vereadores da nova câmara municipal composta por 23 membros.[50]

---

[47] Dois investigadores diferentes do DOPS submeteram relatórios sobre os comícios eleitorais dos comunistas. DOPS-AESP, Documento n. 841, 10 set. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

[48] Carta do delegado de polícia de Santo André, Pio Buller Souto, para Dr. Manoel Ribeira da Cruz, do DOPS em São Paulo em 1951. TRE SP, Processo 414/5, 1951.

[49] DOPS-AESP, Documento n. 815, 24 jul. 1951, Dossiê 50-Z-318, pasta 7.

[50] Para os resultados oficiais que anularam os votos recebidos pelos cinco candidatos comunistas excluídos da chapa do PSD, ver o Suplemento do *Boletim Eleitoral* (TRE SP) 5, n. 8, 25 out. 1951 em: TRE SP, Serviço Informática, Caixa Eleições de 1951. Contudo, um historiador local de Santo André de fato relatou resultados eleitorais que incluíam votos para três dos cinco candidatos comunistas. Embora tenha notado que esses votos foram nulos, ele não deu explicações sobre por que isso ocorreu. Cf. GAIARSA, O. A. *A cidade que dormiu três séculos:* Santo André

Tendo sido eleito em 1947, mas cassado antes de tomar posse, Andreotti já sabia antes da votação de 1951 que jamais lhe seria permitido servir em um cargo eleito ainda que triunfasse novamente nas urnas (ele nunca mais se candidatou). Ademais, os comunistas passavam por seu nadir do pós-guerra em Santo André, tendo sofrido enormes perdas durante os quatro anos subsequentes. Em termos de apoio eleitoral geral, houve uma queda de 80% nos votos para candidatos comunistas à câmara municipal entre 1947 e 1951. E segundo a estimativa de Andreotti, a queda no número de membros do PCB foi substantiva: uma redução que passou de mil membros antes de o PCB ser proibido em maio de 1947 a talvez 600 membros em 1951, com base nas definições mais frouxas de "membro" para incluir virtualmente qualquer forma de simpatia ou apoio ocasional (sua estimativa tem alguma credibilidade se levarmos em conta os pelo menos 776 votos que os candidatos comunistas receberam em 1951).[51]

O declínio comunista era mais desanimador, entretanto, em termos da participação organizada e pública nas atividades comunistas. Embora cerca de 100 a 150 comunistas estivessem identificavelmente ativos no início de 1947, menos de 30 indivíduos estavam dispostos, como Andreotti, a enfrentar o ostracismo e a perseguição dos anos de Guerra Fria. De fato, dois terços dos 33 candidatos comunistas que se candidataram a vereador em 1947 deixaram o partido, tornaram-se inativos ou deixaram a região.[52] Enquanto cerca de 25 militantes representavam um ganho líquido em relação ao início de 1945, quando havia uma dúzia deles, esse declínio na militância do partido restringiu severamente a capacidade dos comunistas de mobilizar efetivamente até mesmo seus próprios apoiadores.

Como resultado, as dezenas de células do PCB nas fábricas e bairros e os comitês não partidários locais que haviam florescido entre 1945 e 1947 simplesmente não puderam ser

---

da Borda do Campo: seus primórdios e sua evolução histórica: 1553-1960. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1968. p. 228-229. Para seu apelo malogrado ao Tribunal Superior Eleitoral, ver: TRE SP, Processo 348, 1951.

[51] Entrevistas com Andreotti, 28 out. 1982; 24 nov. 1982.

[52] Entrevista com Andreotti, 28 out. 1982.

mantidos. Ademais, o panorama do sindicalismo era ainda mais deprimente para o PCB local em 1951. Nem um único comunista proeminente foi líder do sindicato, e os ex-líderes dos poderosos sindicatos de centro-esquerda do período do pós-guerra, com seus nomes na lista negra, foram reduzidos a organizadores de fora, enquanto seus sindicatos permaneceram sob controle de interventores nomeados pelo governo. Esses interventores haviam sido confirmados nas eleições de 1950, que aconteceram sem qualquer chapa concorrente devido a manobras do Ministério do Trabalho.[53]

"Com a ação repressiva da Polícia e as dispensas de operários comunistas em muitas fábricas," observou um relatório do DOPS em 1949, "abriu-se uma grande brecha nos quadros do PC local, ficando os mesmos completamente [...] em tremenda crise", com sérias dificuldades para "poder articular-se novamente". Como o DOPS observou com satisfação, a última leva de prisões havia levado muitos a "se afastar das atividades partidárias, quer por recearem perder seus empregos ou serem presos".[54] A caracterização da situação por Andreotti em 1982 pouco diferia da forma como ela era retratada por seus antagonistas: foi "uma época muito ruim para o partido devido às perseguições" e até:

> Mesmo [com] os elementos mais ativos era difícil se ligar com outros [...]. [...] Desfazia aqueles organismos [as células do PCB nas fábricas] pela própria perseguição dentro das indústrias. Localizava e então os elementos se espalhavam; um ia para São Bernardo, outros iam para São Paulo, enfim, e ficava difícil tornar a reagrupar ou ligar em São Paulo ou em outro lugar que ele estivesse devido à perseguição, à clandestinidade, essa coisa toda.[55]

---

[53] Sobre as intervenções governamentais nos sindicatos do ABC em 1947 e seus efeitos, ver: FRENCH, 1992, p. 234-235, 251; ver também: entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

[54] A citação é de um documento datado de 11 de agosto de 1949, disponível em: DOPS-AESP, Documento n. 1.170, 21 out. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 10.

[55] Entrevista com Andreotti, 28 out. 1982.

Em vista dessa estreita aliança entre a indústria e a polícia, os militantes que se recusaram a desistir abraçaram fervorosamente a campanha nacionalista O Petróleo é Nosso, circularam a petição de Estocolmo contra as armas nucleares e organizaram inúmeros comícios pela paz e contra a guerra na Coreia, para não falar dos intermináveis e inúteis protestos contra a ubiquidade da repressão governamental.[56] Na frente trabalhista, o ativismo público foi marcado por breves comícios relâmpago, como eram chamados, nos quais os militantes incitavam os trabalhadores nos portões das fábricas e então fugiam ou, ocasionalmente, entravam em confronto com os pelotões da polícia que chegavam.

Todas essas atividades do PCB, inclusive o trabalho eleitoral do partido, tinham fundamentalmente o caráter de agitação e envolviam dezenas ou, no melhor dos casos, centenas, e não milhares, de trabalhadores. A luta do PCB foi reduzida a uma batalha solitária dos militantes comunistas contra a polícia, relegando a maioria popular à condição de expectadores. Isso é exemplificado no relato restrospectivo de Mazzo sobre o incidente de 1950 em São Bernardo, que envolveu uma turma grande na praça "entre os curiosos e os que pouco entendiam o que estava ocorrendo". Ele escreveu que após repelir uma primeira tentativa policial de retirá-los do caminhão, "esperávamos a reação popular. Nada. Só expectativa. Massa sem comando, ou dispara sem direção, ou fica perplexa. Foi o que aconteceu: ficou perplexa". A luta continuou com os comunistas sozinhos, sangrando, e nas mãos de seus inimigos.[57] É desnecessário dizer que esse tipo de comportamento altamente combativo exigiu sacrifícios altíssimos de seus membros, e os militantes tenderam a esgotar-se rapidamente.[58] Foi apenas

---

[56] Entrevistas com Andreotti, 17 nov. 1982; 27 out. 1982.

[57] MAZZO, 1991, p. 126.

[58] Como exemplo pode-se tomar Joaquim Martes, com trinta e poucos anos, que foi preso em outubro de 1948 após sair de uma reunião em Santo André, preso novamente em setembro de 1950 quando de uma incursão policial aos postos eleitorais do PCB, novamente em julho de 1951 quando distribuía panfletos e ainda outra vez em janeiro de 1954, quando foi condenado a dois anos de prisão. Cf. DOPS-AESP, Documento n. 1.098, 18 mar. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 9. Sua prisão e condenação em 1954 geraram uma espiral de publicidade no jornal comunista *Notícias de Hoje*, 30 jun., 16 jul., 11 ago. e 29 ago. 1954.

em 1954-1955, como parte do afastamento da linha política ultraesquerdista do final da década de 1940, que um líder nacional do PCB aconselhou os comunistas locais de Santo André a trabalhar "sem arruaças," para "que os nossos melhores lutadores não se deixem cair nas mãos da Polícia" e percam seu empregos.[59]

A mudança em relação à situação de um partido legalmente tolerado com 10% dos votos nacionais foi abrupta e desorientadora. Após ajudar a elaborar a constituição democrática de 1946, o PCB tornou-se vítima de uma radicalização da repressão que passou a ser espelhada, durante esse período de stalinismo exacerbado no movimento comunista internacional, na linha política voluntarista e (no papel) até semi-insurrecionário do "Manifesto de Outubro" de 1947. Se a que se tornou conhecida como a República Populista começou com uma abertura democrática de 1945 a 1947, o que se seguiu foi, na memória de Andreotti, um período de intensa "reação" que ele caracterizou como uma "democracia fantasma".[60] Quando Andreotti foi entrevistado em 1982, o Brasil estava sob regime militar e seu partido ainda era ilegal, ainda que tolerado com hesitação. O país desfrutava de mais liberdades civis, mas apenas como parte de uma mudança tensa, mas incerta, em direção à democratização. Durante esse período, os oponentes do regime frequentemente contrastavam a ditadura militar com a república democrática civil de 1946 a 1964. Embora profundamente comprometido com a luta antiditatorial, Andreotti nunca poderia idealizar o período de 1946-1964 como simplesmente uma "democracia"; ele havia visto e sofrido demais para propor uma caracterização tão simplista.

Um Eletricista Comunista em um Brasil Democratizante: a dialética entre os qualificados e os não qualificados

Quando li pela primeira vez o interrogatório de Andreotti em 1951, fiquei surpreso ao descobrir que ele havia

[59] DOPS-AESP, Documento n. 1.176, 16 set. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 10.
[60] Entrevista com Andreotti, 5 nov. 1982.

sido funcionário da Indústria Sul Americana de Metais (ISAM), fábrica de laminação de metal recentemente aberta em Santo André com 500 trabalhadores. Durante nossas entrevistas, fiquei menos surpreso ao ouvir dele por que havia sido contratado pela ISAM, mas muito surpreso ao descobrir por que ele não havia, como eu esperava, sido demitido após sua detenção de dez dias. Andreotti havia ficado sabendo do emprego por um amigo encanador que conversou com os gerentes da firma. Logo após ser contratado, sua filiação política foi notada pela empresa quando receberam uma carta anônima que o denunciava como comunista enviado para tumultuar o trabalho da fábrica. Quando o gerente que supervisionava seu trabalho lhe perguntou a respeito, Andreotti admitiu ser comunista, mas explicou que isso era uma questão de suas crenças e que nunca interferiria com o cumprimento de suas responsabilidades no emprego. Julgando Andreotti por seu comportamento e dedicação ao trabalho, o gerente, Dr. Jorge, engenheiro, deu a Andreotti um pequeno aumento, escreveu no quadro de avisos que quaisquer denúncias futuras deveriam ser feitas pessoalmente e nunca mais falou com Andreotti sobre a questão. Mesmo a detenção e a prisão de Andreotti como "candidato de [Luís Carlos] Prestes" em 1951 não lhe custaram o emprego; haviam lhe dado permissão para tirar férias especificamente para fazer campanha.[61]

As respostas de Dr. Jorge e de seu superior, o gerente geral Hercule Cavacini, ex-engenheiro da Pirelli, foram pouco usuais e refletiram o exercício de seu poder discricionário como gerentes. Em nossa entrevista, Andreotti também achou esse comportamento excepcional e explicou que os dois homens não eram apenas "bons chefes", mas progressistas e democráticos em sua forma de pensar. Não que eles tivessem qualquer simpatia especial pelo comunismo, mas seu sentimento de justiça levou-os a rejeitar a perseguição a um indivíduo em virtude de suas ideias, e não de seus atos. No que diz respeito à prisão de Andreotti, acreditavam que qualquer um em uma democracia tinha o direito de se candidatar, quaisquer que fossem suas ideias, sem que isso causasse uma intervenção policial.[62]

---

[61] Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982.
[62] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982.

A resposta do gerente da ISAM permite-nos compreender melhor os sustentáculos importantes, mas em grande medida invisíveis, da crença de massa que deu à democracia imperfeita do Brasil a substância real que tinha em 1951. Enquanto os direitos e garantias solenes estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1946 eram cinicamente violados pelo Estado, o impacto dessas ações não democráticas podia ser de alguma forma modificado quando os indivíduos, especialmente os que ocupavam alguma posição de poder, de fato acreditavam nos ideias democráticos declarados. De fato, esse encontro, a despeito do quão fortuito fora, proporcionou a Andreotti seu único período de relativa estabilidade no emprego: ele continuaria a trabalhar na ISAM, ou tiraria licença da ISAM como presidente do sindicato, até sua demissão e aposentadoria em 1964-1965.

Embora isso possa explicar a recusa da ISAM em demiti-lo arbitrariamente em 1951, o emprego de longo prazo de Andreotti na empresa dependia de sua capacitação comprovada como eletricista e de sua atitude responsável em relação a seu trabalho. Andreotti enquadrava-se na mais alta e mais bem paga das três classificações entre os seis ou sete eletricistas da ISAM, todos homens. Como profissional completamente capacitado, Andreotti era um dos três eletricistas de plantão. O alto status desses eletricistas de elite baseava-se em sua reconhecida competência e comprovada capacidade. De fato, nunca lhes era pedido que fizessem instalações ou outras tarefas atribuídas aos "eletricistas gerais", que eram considerados menos "desenvolvidos".[63]

Um eletricista na posição de Andreotti exercia um alto grau de autodeterminação e controle sobre suas próprias atividades na fábrica. Ele passava seu tempo de serviço em um pequeno escritório conectado por telefone às várias seções e, se nada estivesse acontecendo, podia andar pela fábrica sem que lhe perguntassem nada ou mesmo sair para fumar um cigarro no portão. Ademais, ele nunca estava sujeito ao tratamento rude dos supervisores dos trabalhadores não qualificados ou semi qualificados da ISAM.[64]

---

[63] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 2 dez. 1982.

[64] Ibid. Dois estudos sobre a indústria metalúrgica paulista — um no município de São Paulo no final dos anos 1950 e outro em São Bernardo no início da década de 1970 — referem-se ao tratamento mais brando e

O trabalho de Andreotti em si era variado e desafiador. O eletricista de plantão tinha de ser capaz de resolver todo e qualquer problema elétrico que pudesse surgir. Em uma emergência desse tipo, o casaco ou os dedos de um trabalhador haviam ficado presos no maquinário e seu braço foi arrastado para dentro do cilindro que cortava chapas de estanho. Andreotti foi chamado para reverter a máquina e resgatar o homem, cujo corpo estava pendurado por seu braço ensanguentado e destruído. Em outra ocasião, ele foi enviado ao Paraná para montar uma pequena indústria que fabricava utensílios domésticos.[65]

O fato de que a qualidade do trabalho de alguém se refletia diretamente no domínio de seu ofício produzia um forte sentimento de responsabilidade pessoal entre os trabalhadores qualificados como Andreotti. A gerência valorizava-o e mantinha-o, ele explicou, porque "eu sempre fui uma pessoa que cumpria com minhas obrigações" no trabalho. Por que, eu perguntei, um trabalhador não deveria protestar contra sua exploração sendo menos assíduo ou trabalhador? Embora admitisse que alguns podem tê-lo feito, Andreotti explicou sua filosofia de forma franca: Como trabalhador, "eu preciso cumprir meus deveres para poder reclamar meus direitos no caso". Essa menção à natureza recíproca dos direitos e deveres dos trabalhadores em relação a seus empregadores refletia muito mais do que simplesmente a filosofia pessoal de Andreotti; de fato, ela constituía parte fundamental de sua pedagogia de luta e mobilização.[66]

Conhecedores do valor de sua mão de obra, os trabalhadores qualificados de São Paulo em meados do século XX lutaram por seus direitos e fizeram exigências a seus empregadores. Mesmo quando desorganizados, Andreotti relembra, os trabalhadores qualificados eram sempre mais combativos do que o trabalhador manual mal pago, que experimentava mais diretamente, em sua própria "carne a exploração que o capitalismo faz contra o trabalhador". Também

---

menos coercitivo dos trabalhadores qualificados pela gerência. Cf. LOPES, 1960, p. 430, 434; HUMPHREY, 1982, p. 101.

[65] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982.

[66] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982; 10 dez. 1982.

era mais provável que os trabalhadores qualificados fossem membros do sindicato,[67] e eles eram representados de forma desproporcional no Partido Comunista.[68] Um trabalhador menos qualificado, em contrapartida, "se agarrava mais ao trabalho e deixava as outras questões" de lado. Conscientes do fluxo de potenciais concorrentes na porta da fábrica, os trabalhadores não qualificados tinham plena consciência de que seu trabalho exigia pouca ou nenhuma qualificação em comparação com o de um eletricista, cujas habilidades eram aprendidas, como notou Andreotti, em anos, e não em meses. "Naquela época os eletricistas eram poucos e dificilmente tinha eletricista na porta da fábrica pedindo emprego, hoje tem, mas naquela época era difícil". Seu caráter indispensável também é demonstrado em outra história da ISAM. Em um dado momento, o terceiro eletricista de plantão da fábrica foi demitido a pedido de um engenheiro boliviano. Sem conseguir obter uma explicação satisfatória para a demissão, Andreotti fez com que o homem fosse recontratado ao dizer ao chefe do pessoal: "— Então você vai fazer o plantão hoje à noite!".[69]

---

[67] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 18 nov. 1982. Um estudo de 1963 sobre a nova indústria automotiva da Willys-Overland na vizinha São Bernardo descobriu que era quase duas vezes mais provável que os trabalhadores qualificados fossem membros do sindicato do que os trabalhadores não qualificados. Ademais, os trabalhadores qualificados frequentavam a sede do sindicato com muito mais frequência. Cf. RODRIGUES, L. M. *Industrialização e atitudes operárias:* estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 103-104. Um estudo de 1970-1971 sobre uma fábrica metalúrgica de médio porte estabelecida em Santo André também descobriu um maior número de trabalhadores sindicalizados entre os trabalhadores qualificados (42%) do que entre os não qualificados (29%). Cf. FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil:* estudo com um grupo de trabalhadores. São Paulo: Ática, 1978. p. 60.

[68] Entrevistas com Andreotti, 18 nov. 1982. A enorme sobrerrepresentação de trabalhadores qualificados no Partido Comunista fica clara entre os mineiros de ouro em Minas Gerais. Em seu estudo sobre Nova Lima, Yonne de Souza Grossi relata que 50% de todos os membros locais do PCB em 1954 eram encanadores, outros 45% eram de outros setores qualificados e apenas 5% faziam parte do grupo de trabalhadores manuais menos qualificados, os carreiros. Cf. GROSSI, Y. de S. *Mina de Morro Velho: a extração do homem* - uma história de experiência operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 135.

[69] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982.

A sensação de poder e eficácia pessoal da minoria qualificada e mais bem paga não era compartilhada pelos trabalhadores não qualificados ou semiqualificados. Desprotegidos pela ausência de qualificação, esses trabalhadores estavam mais completamente expostos aos riscos relacionados a seu estado de assalariados proletarizados. No Brasil do início dos anos 1960, alguns jovens estudantes imaginavam que esse forte contraste teria claras implicações em termos de comportamento, especialmente dado o caráter corriqueiro de termos como "aristocracia operária", que alguns intelectuais pinçavam dos livros que liam. Em 1963, por exemplo, um pequeno livro intitulado *Como são feitas as greves no Brasil* postulava com confiança que os estratos "altamente qualificados" das indústrias —os trabalhadores bem remunerados nos quais os empregadores confiavam — tinham uma "consciência de classe praticamente inexistente".[70] O autor, Jorge Miglioli, era um jovem intelectual marxista entusiasta, próximo do PCB, se não membro dele, que comparava esses trabalhadores de forma desfavorável com os estratos inferiores de trabalhadores manuais que recebiam salário mínimo, os quais ele descrevia não só como dotados de maior "consciência de classe", como mais propensos a entrar em greve e a fazê-lo com constância e intensidade.[71]

A dialética entre a minoria qualificada e a maioria menos qualificada tinha de fato fundamental importância para os organizadores da mão de obra como Andreotti, mas as dinâmicas

---

[70] MIGLIOLI, J. *Como são feitas as greves no Brasil*? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 36-39.

[71] Ibid. A despeito de sua solidariedade com um movimento trabalhista cada vez mais caracterizado pela liderança comunista, o panfleto de Miglioli é um caso particularmente revelador do que é "aprender nos livros" por parte dos que ignoram as lutas trabalhistas; praticamente todas as generalizações (inclusive sua descrição da participação nas greves) eram empiricamente infundadas. Associado ao ISEB, Miglioli havia publicado um artigo sobre "o papel crítico do intelectual marxista" no jornal nacional do PCB *Novos Rumos*, 20 abr. 1962, n. 163. Para sua caracterização retrospectiva do fermento intelectual de esquerda do final dos anos 1950, ver: MIGLIOLI, J. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, C. N. (Ed.). *Intelectuais e política no Brasil:* a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.

sociais em São Paulo eram radicalmente distintas daquilo que Miglioli (assim como alguns pesquisadores acadêmicos mais tarde) imaginava. Não deveria o trabalhador qualificado, mais bem pago e bem tratado, eu perguntei a Andreotti, ser mais leal a seu chefe? Ele respondeu enfaticamente que era precisamente porque o trabalhador qualificado "tinha um salário melhor e um padrão melhor de vida [que] ele desejava ganhar mais [...] e sabia que poderia obter e conquistar melhores condições". Eu perguntei: — Mas isso não poderia levar a uma política de ação individual ou ao cultivo de atitudes elitistas de superioridade por parte dos trabalhadores qualificados?[72] Na maioria das vezes, não, respondeu Andreotti, pois o trabalhador qualificado tinha consciência de que o tanto que ganhava não era suficiente e que outro trabalhador que "dava um duro desgraçado para carregar o material ganhava menos e podia se alimentar menos". Em vista de tudo isso "não pedia só para si, a melhoria que a gente queria era melhoria no sentido geral", para todos.[73]

Contudo, essa relação não era inteiramente isenta de conflitos, e quando pressionado Andreotti admitiu que alguns chefes de equipe de fato tentavam jogar com o ressentimento do trabalhador comum em relação ao melhor pagamento e às melhores condições dos trabalhadores qualificados. Mas "era com muita dificuldade", ele explicava, que o trabalhador não qualificado "embarca nesta canoa, porque a gente fazia um trabalho de mostrar que o mestre apertava ele na produção". Essa pressão por produtividade advinha, Andreotti explicava para eles, do fato de que os chefes de equipe recebiam, como acréscimo a seu próprio salário de supervisor, uma porcentagem da produção de seus subordinados. Ao apontar isso, os trabalhadores qualificados como Andreotti argumentavam que a porcentagem do chefe de equipe deveria ser destinada àqueles que de fato fizeram o trabalho. Argumentos como este, ele

[72] Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982. Em seu estudo de 1957 sobre uma fábrica metalúrgica, Brandão Lopes discute a superioridade autoevidente que caracterizava os trabalhadores qualificados, que se sentiam "muito acima" dos outros. LOPES, 1960, p. 430, 434, 432.

[73] Entrevista com Andreotti, 3 nov. de 1982.

concluía, serviam como "pára-choque" dessas manobras da gerência. Assim, a aliança com os trabalhadores menos qualificados supria algumas necessidades de defesa da minoria qualificada.[74]

Consciência do Trabalhador, Combatividade e Formas de Luta

Ao resumir suas conclusões de toda uma vida como organizador de chão de fábrica, Andreotti apresentou uma filosofia da mobilização que se conecta belamente com suas observações sobre os trabalhadores qualificados e não qualificados. Possuidor de enorme autoconfiança, Andreotti nunca usou a terminologia do "ou isso, ou aquilo" em referência aos trabalhadores "com consciência de classe" ou "sem consciência de classe", e menos ainda o termo "falsa consciência", usado ocasionalmente como atalho por alguns intelectuais marxistas na época e mais tarde. Para ele, todos os trabalhadores, mesmo os que trabalhavam durante uma greve, tinham algum nível de consciência que poderia ser elevado por meio da luta em torno de seu sentimento de injustiça, queixas que, a despeito de quão pequenas ou aparentemente banais fossem, ele acreditava serem o resultado natural e inevitável da exploração capitalista.[75] Os trabalhadores não eram levados à ação pelas simples denúncias dos feitores ou por chamados moralistas à luta; em seu julgamento, a maior barreira para a mobilização dos trabalhadores era sua incapacidade de acreditar no próprio poder e capacidade para mudar as coisas que lhes desagradavam.

Esse julgamento servia de base para o processo de elevação da consciência e mobilização exemplificado pela experiência de Andreotti em uma outra fábrica têxtil local no final da década de 1940. Após perder o emprego na Santo André

---

[74] Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982; 5 nov. 1982.

[75] Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982. A este respeito, ver a discussão sobre queixas individuais em: FRENCH, J. D. *Drowning in Laws:* Labor Law and Brazilian Political Culture. Chapel Hill: Univ. of North, Carolina Press, 2004. p. 113 - 115.

Têxtil, ele assumiu um cargo em uma empresa de médio porte coem várias centenas de trabalhadores chamada Justifício Maria Luiza, que fabricava produtos de juta. Esse tipo especializado de produção têxtil não era particularmente lucrativo e pagava baixos salários para um trabalho mais sujo e pesado do que o que se encontrava na indústria têxtil. Logo que Andreotti começou a trabalhar na empresa, percebeu que ela economizava às custas dos trabalhadores por meio do não cumprimento sistemático das leis trabalhistas existentes.[76]

Recusando-se a pagar qualquer tipo de pedido de indenização ou hora extra, a empresa ignorava as leis de segurança e se recusava mesmo a pagar os aumentos salariais legalmente compulsórios estabelecidos pelos dissídios coletivos da indústria têxtil, decididos pelos tribunais do trabalho locais. Conforme trabalhava nas máquinas e conversava com os trabalhadores, Andreotti descobriu um descontentamento generalizado mais pronunciado entre os trabalhadores qualificados. A maior parte dos membros da força de trabalho eram mulheres, sendo a maioria mais velha, com muitos anos de emprego na fábrica. Conhecedores desse tipo de trabalho especializado, mesmo os trabalhadores qualificados que trabalhavam com a juta sabiam que suas qualificações específicas não eram transferíveis para outros tipos de produção têxtil. Ademais, o declínio geral da indústria da juta significava que eles não se beneficiariam da concorrência entre empregadores rivais.[77]

Ao iniciar sua ação, Andreotti elegeu como foco a violação das leis trabalhistas.[78] Embora a responsabilidade pelo monitoramento e cumprimento das leis fosse do governo, um inspetor do Ministério do Trabalho "vivia mais das bolas do patrão do que do próprio salário que eles ganhavam", disse Andreotti. Os inspetores ignoravam as provas de violação da empresa e seus superiores tinham pouco incentivo para controlar

---

[76] Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982.

[77] Ibid.

[78] Sobre as "agitações legais" e como a lei trabalhista moldou tanto a consciência legal dos trabalhadores quanto suas "formas características de crítica, protesto e mobilização social", ver: FRENCH, 2004, p. 97-98 nota 7.

esse tipo de conluio devido às políticas pró-empregador do governo Dutra.[79] Idealmente, o sindicato têxtil local deveria ter policiado o processo de inspeção ou entrado com ações judiciais sobre essas violações junto aos tribunais trabalhistas. Mas os esforços dos trabalhadores da empresa para convencer o presidente do sindicato, Henrique Poletto, a entrar em ação haviam sido nulos. Identificado com a corrente acomodacionista ("peleguista") dominante do sindicalismo local, Poletto era, segundo Andreotti,[80] próximo do dono da fábrica, Trevisolli.

Desgostosos com o governo e o sindicato, os trabalhadores haviam se resignado a suportar suas condições. Servindo como um catalisador, Andreotti dispôs-se a provar que eles próprios tinham o poder de mudar a situação e forçar o sindicato e o governo a agir. Durante o ano em que ficou empregado na fábrica, reuniu um grupo de trabalhadores, em número igual de mulheres e homens, que desejava tentar fazer algo a respeito de suas condições de trabalho. Encontrando-se nas casas uns dos outros e conversando no chão de fábrica, resolveram circular uma petição onde eram detalhados os abusos da fábrica, a qual seria apresentada ao sindicato por Andreotti.[81]

A cena na sede do sindicato foi registrada por um jornalista local, que encontrou uma multidão de trabalhadores da Maria Luiza reunidos em volta da sede do sindicato têxtil. Em vista das reivindicações para que o sindicato agisse para reparar suas queixas contra a empresa, o presidente do sindicato Poletto, irritado, respondeu que tomaria as medidas necessárias para evitar essa extorção no futuro. No final, nas palavras de Andreotti, "nós conseguimos alguma coisa", inclusive remuneração por hora extra e maior observância de algumas leis trabalhistas, ainda que nem todas as reivindicações dos trabalhadores tenham sido atendidas.[82]

Andreotti havia sido contratado pela Justifício Maria Luiza sem que soubessem de sua atuação política, e o proprietário,

---

[79] Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982. Para mais informações sobre a corrupção na fiscalização trabalhista pelo governo, ver: FRENCH, 2004, p. 74.

[80] Entrevista com Andreotti, 24 nov. 1982.

[81] Ibid.

[82] Ibid; *Folha do Povo*, Santo André, 10 mar. 1950.

Trevisolli, assistia a suas atividades enraivecido. Informado do passado de Andreotti, "um comunista terrível", por seus oponentes no sindicato, Trevisolli demitiu o "agitador" imediatamente após a mobilização no sindicato. Mas o fato de que o proprietário demitiu apenas Andreotti também ensinou aos trabalhadores uma lição importante: o empregador também enfrentava, em parte, os mesmos constrangimentos do mercado de trabalho que seus funcionários, pois não era fácil encontrar substitutos para seus funcionários agora rebeldes, que permaneceram no emprego.

Até mesmo a demissão de Andreotti não atingiu, afinal, o objetivo de desencorajar os trabalhadores da fábrica. Ao ser informado de sua demissão, Andreotti insistiu em entrar na fábrica para resolver o que disse serem assuntos de negócio urgentes. Dentro da fábrica, Andreotti explicou o que havia ocorrido e começou a levantar a questão entre os trabalhadores. Tendo sido empregado da fábrica durante um ano, Andreotti tinha direito, segundo as leis de estabilidade de emprego, a uma indenização de um mês de trabalho. Contudo, a maior parte dos trabalhadores não acreditou na afirmação de Andreotti de que o proprietário iria pagá-la. Quando Andreotti, após nova discussão acalorada com o empregador, finalmente venceu a argumentação, ele voltou ao chão de fábrica para mostrar aos trabalhadores o dinheiro que recebera de Trevisolli, que na altura estava ansioso para pôr fim à questão antes que algo mais dramático acontecesse. Por meio da união e da luta, os trabalhadores aprenderam que até mesmo um notório agitador poderia vencer os patrões. Como consequência, uma importante barreira psicológica havia sido transposta entre os trabalhadores da fábrica. Já não mais convencidos de que nada poderia ser mudado, um grupo de trabalhadores da fábrica tornou-se parte importante e ativa do sindicato local, primeiramente em oposição a Poletto e então em colaboração com seu sucessor de centro-esquerda, Geraldo Milani, em 1952.[83]

---

[83] Ibid. A participação ativa dos trabalhadores da Justifício Maria Luiza no sindicato dos trabalhadores têxteis local após a partida de Andreotti está documentada em: DOPS-AESP, Documento n. 904, 5 fev. 1952, Dossiê 50-Z-318, pasta 8; Documento n. 1.000, 25 mar. 1953, Dossiê 50-Z-318, pasta 9.

Contudo, a mobilização bem-sucedida dos trabalhadores em torno de suas demandas imediatas não contribuiu, em si, para o avanço dos objetivos políticos mais amplos de Andreotti. Como comunista, ele estava convencido de que as lutas econômicas e políticas dos trabalhadores eram inseparáveis e só poderiam ser plenamente realizadas por meio de uma mudança revolucionária do regime. Mas ele sabia que essa perspectiva não era compartilhada pela maioria dos trabalhadores, preocupados apenas com seus próprios problemas imediatos.[84] Ao discutir a consciência dos trabalhadores, Andreotti sempre distinguiu entre a "combatividade" da classe trabalhadora, dirigida contra queixas econômicas imediatas e as condições do local de trabalho, e uma consciência política mais ampla e menos comum. Embora a combatividade da classe trabalhadora variasse entre os indivíduos e os grupos, ela era sempre mais comum do que uma consciência política da luta dos trabalhadores além da fábrica, para exigir ganhos ou mudanças do governo.[85]

A luta de classe adquiria maior transparência no emprego, onde o compartilhamento das queixas econômicas e relativas ao local de trabalho fazia com que fosse possível sustentar uma unidade de propósito entre os trabalhadores que não necessariamente existiria do lado de fora do portão da fábrica. Nesse sentido, o local de trabalho e os sindicatos eram a arena fundamental da luta de classe. Uma vez que os trabalhadores se mobilizassem em torno de suas demandas econômicas, Andreotti acreditava, eles poderiam chegar a conclusões políticas mais amplas. Conforme apontou com orgulho, a luta econômica na Justifício Maria Luiza produziu não só uma mão de obra mobilizada, mas a formação de uma célula comunista que durou até o fechamento da fábrica na década seguinte.[86]

Andreotti via a luta de classe, em outras palavras, como um processo educativo de conscientização por meio do qual os trabalhadores adquiriam um sentimento cada vez maior de empoderamento conforme passavam de objetivos menores para objetivos maiores e mais importantes. Mas, perguntei a Andreotti,

---

[84] Entrevista com Andreotti, 7 dez. 1982.
[85] Entrevistas com Andreotti, 18 nov. 1982; 27 nov. 1982.
[86] Entrevistas com Andreotti, 17 nov. 1982; 27 out. 1982.

a ênfase na aquisição de melhorias modestas no local de trabalho ou na comunidade não levaria à acomodação e ao reformismo? As pequenas vitórias no interior do sistema capitalista não serviriam como desincentivo para a luta ao satisfazer as demandas dos trabalhadores? "Para se marchar para a revolução," Andreotti respondeu, "era necessário conscientizar o povo na sua força [...] [e mostrar] que era necessário haver união para se conquistar melhorias tanto econômicas como políticas".[87]

Essa marcha adiante, Andreotti insistia, nunca deveria ser desconsiderada como reformismo, pois se o povo "não tiver convicção da sua força, ele nunca vai fazer a revolução" (ou qualquer outra coisa, aliás). E cada vez que uma vitória era conquistada, a despeito de quão pequena, os trabalhadores aprendiam que "dispersos eles nunca vão conseguir nada" e se convenciam de que unidos, *podem* vencer. Essa autoconfiança crescente faria, por sua vez, com que fosse mais fácil organizar os trabalhadores para lutas mais ambiciosas, até mesmo para a revolução socialista.[88] O socialismo, ele continuava, dependia do desenvolvimento contínuo da consciência dos trabalhadores, tanto durante quanto após a vitória.[89] Tomando como exemplo as ocupações de fábrica na Itália no início dos anos 1920, ele observava que os trabalhadores simplesmente abandonaram as fábricas que mantinham em operação quando as matérias primas acabaram; assim, a revolução não conseguiu se consolidar. E após o estabelecimento do socialismo, a educação política contínua dos trabalhadores ainda seria necessária para que o socialismo pudesse avançar e proporcionar melhores leis para o trabalhador.[90]

---

[87] Entrevista com Andreotti, 3 nov. 1982.

[88] Ibid. Ênfases minhas.

[89] Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

[90] Entrevistas com Andreotti, 3 nov. 1982; 15 dez. 1982. O papel de liderança dos trabalhadores qualificados nos movimentos trabalhistas e radicais teve paralelos para além da América Latina. Para uma breve discussão que situa esse caso em um diálogo comparativo internacional mais amplo com os desenvolvimentos nas indústrias metalúrgicas do início do século XX no Atlântico Norte, ver: FRENCH, J. D. The Latin American Labor Studies Boom. In: *International Review of Social History*, Amsterdã, 45, n. 2, 2000, p. 294-297. Em espanhol: El Auge de Los Estudios Sobre el Trabajo en Latinoamérica. *Historia Social*, Valência, Espanha, n. 39, 2001, p. 129-150.

O significado da militância comunista no chão de fábrica

Qual era, então, a relação entre a militância comunista de um indivíduo e seu papel na fábrica? Assim como qualquer trabalhador, Andreotti argumentava, um comunista tinha a obrigação de contribuir com seu sindicato, e ele acreditava que uma política de classe bem formada lhes daria uma capacidade especial para lidar com as lutas econômicas dos trabalhadores. Imbuído de um sentimento de responsabilidade pessoal por sua classe, o objetivo do militante era inspirar seus companheiros trabalhadores por meio de seu exemplo pessoal de autossacrifício. Como exemplo, Andreotti contou a história de um trabalhador comunista, recentemente contratado como guarda pela Pirelli, cujo supervisor lhe pediu que fosse a um encontro do sindicato e lhe relatasse o que havia sido dito. A despeito de precisar do emprego para sustentar sua família, o homem não só se recusou a fazê-lo, como revelou o pedido em um encontro do sindicato no dia seguinte e foi imediatamente demitido.[91]

Contudo, os preceitos morais generalizados de dever e autossacrifício não nos dizem muito sobre a operação real do Partido Comunista na indústria, assunto que foi durante muito tempo envolvido em mistério por seus participantes e obscurecido pela propaganda dos empregadores e do governo a respeito dos infiltrados e agitadores comunistas.[92] Exagerado por alguns e romantizado por outros, um exame dos comunistas

---

[91] Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 15 dez. 1982.

[92] NEGRO, 2004, fornece a análise mais detalhada até o presente do ativismo comunista na indústria metalúrgica e nos sindicatos do ABC de 1945 a 1968, com uso extenso de registros do DOPS e outras fontes. (Negro não teve acesso a minhas entrevistas com Andreotti.) Para uma avaliação mais completa dessa monografia inovadora, ver minha resenha em: *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, 2010, p. 277-287 e o ensaio crítico mais longo que analisa seu lugar no interior da historiografia mais ampla sobre os metalúrgicos do ABC, a saber: FRENCH, J. D. Lula, the 'New Unionism,' and the Brazilian Workers' Party: How Workers Came to Change the World, or at Least Brazil. In: *Latin American Politics and Society* 54, nov. 2009.

na ISAM revela um papel mais modesto, mas ainda assim vital. Quando Andreotti entrou na fábrica, encontrou um núcleo natural de organização partidária entre cinco recrutas recentes do Partido Comunista, entre os quais estavam três trabalhadores qualificados. Homens com idade entre vinte e quarenta anos, eles eram trabalhadores combativos que, conscientes de sua exploração, "desejavam lutar, mas não sabiam por onde começar". Como eram "politicamente fracos em termos de compreensão da política partidária", Andreotti concluiu que seria melhor trabalhar com eles "sindicalmente", concentrando-se nas atividades da célula em relação a queixas relativas ao local de trabalho e demandas econômicas.[93]

A distinção estabelecida entre o trabalho sindical e o trabalho do partido político era de fundamental importância para a práxis de Andreotti. O sindicato, Andreotti enfatizava repetidamente, não poderia ser político em um sentido partidário, pois representava a maior unidade dos trabalhadores em torno de suas queixas compartilhadas de forma mais ampla. De acordo com a mesma definição, a organização de sua própria fábrica era trabalho sindical, e não atividade especificamente comunista. Nesse esquema, apenas suas discussões com os companheiros de trabalho sobre política ou sua distribuição do jornal e de literatura do partido para os simpatizantes contava especificamente como trabalho político.

A liderança dos comunistas da fábrica cabia naturalmente ao veterano Andreotti, que começou por estabelecer uma organização partidária em funcionamento. As reuniões geralmente eram agendadas a cada dez ou vinte dias na casa dos membros, embora conflitos no cronograma de trabalho frequentemente levassem a um intervalo de um mês entre elas.[94] As discussões da célula deviam conduzir a tarefas específicas a

---

[93] Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 18 nov. 1982. De acordo com a descrição de Andreotti, o relatório do DOPS de 1954 sobre a célula do PCB na ISAM listava o nome de sete trabalhadores, sendo apenas um deles identificado como trabalhador comum (os ofícios dos outros seis eram listados como eletricista, mecânico, mestre laminador de cobre, trafilador e refilador). Cf. DOPS-AESP, Documento n. 1.170, 21 out. 1954, Dossiê 50-Z-318, pasta 10.

[94] Entrevistas com Andreotti, 5 nov. 1982; 18 nov. 1982.

serem realizadas por cada membro. Como os novos membros tinham receio de aparecer publicamente, eram-lhes designadas tarefas que os expusessem menos, como colar pequenos panfletos nas máquinas da fábrica ou simplesmente sondar seus conhecidos. Até que esses indivíduos adquirissem confiança, a tarefa de dirigir a palavra do partido aos trabalhadores caberia a Andreotti enquanto membro mais experiente. Ademais, seu trabalho como eletricista não o prendia "ao pé da máquina". Assim, Andreotti conseguia circular livremente pela fábrica e conversar com os trabalhadores de diferentes seções e conhecer seus problemas.[95]

Durante suas décadas de militância no movimento trabalhista, Andreotti aprendeu que paciência e persistência eram fundamentais para o sucesso a longo prazo. Quaisquer receios entre os trabalhadores que sabiam de suas crenças comunistas, ou poderiam vir a saber delas, podiam ser superados quando ficava estabelecido que ele de fato se preocupava com seus problemas de forma autêntica e podia oferecer-lhes soluções reais e práticas. Nesse contexto, Andreotti também podia conquistar sua admiração e respeito como invidíduo com coragem para defendê-los e fazer o que eles mesmos tinham medo de fazer (o que era mais fácil para aqueles com alavancagem no mercado de trabalho). Com o tempo, Andreotti, seus camaradadas e o núcleo de sindicalistas que estavam gradualmente construindo conquistaram uma posição aceita entre os trabalhadores da fábrica.[96] Levantando e resolvendo os pequenos problemas que afetavam os indivíduos ou grupos de trabalhadores, eles pregavam um evangelho de força por meio do sindicalismo que conquistou um número cada vez maior de aderentes para o sindicato até 1964.

---

[95] Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982. Para um exemplo chileno sobre como o contato durante o trabalho proporcionado pelo ofício de eletricista pode figurar na organização do chão de fábrica, ver: WINN, P. *Weavers of Revolution*: the Yarur Workers and Chile's Road to Socialism. Oxford: Oxford Univ. Press, 1986, p. 24, 93-94.

[96] A célula acabou por chegar a dez membros. Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

O trabalho de Andreotti e da célula do PCB na ISAM também se baseava em um entendimento pragmático de que a perspectiva e o grau de combatividade dos trabalhadores colocavam limites estritos para o que a minoria radical poderia atingir em um dado momento. No início dos anos 1950, os trabalhadores da ISAM estavam zangados, mas resignados com o estado das coisas, como era o caso da maior parte dos trabalhadores em São Paulo, e a experiência recente não havia lhes deixado céticos, com razão, quanto a suas probabilidades de conquistar qualquer coisa. Se são necessárias vitórias, a despeito de quão pequenas, para incentivar a mobilização, como acreditava Andreotti, pode-se esperar que as derrotas façam com que os trabalhadores recuem na luta.

Ademais, a nova mão de obra da ISAM não tinha um histórico de mobilização e liderança interna estabelecida, como no caso dos metalúrgicos da fábrica local da Pirelli. Essa história coletiva tinha de ser criada do zero. Como Andreotti bem sabia, não se poderiam convencer os trabalhadores a passar diretamente da inatividade passiva e do resmungar generalizado para uma ação radical como uma greve. Nessas condições, os comunistas da ISAM não propuseram greves diretamente, mas deram início ao processo de longo alcance de educação e conscientização. O papel dos comunistas nesse processo foi atuar como catalizadores da ação sobre questões de interesse dos trabalhadores. "A importância da organização [partidária]," a despeito do quão pequena fosse, argumentou Andreotti, era:

> Que em conjunto podia-se discutir e [...] por exemplo, numa fábrica que não eram cumpridas as leis se reunia quatro ou cinco elementos pensando como poderia fazer com que os trabalhadores compreendessem que era necessário se organizar para que as leis fossem cumpridas.

Enquanto uma pessoa só "não conseguia nada, um bloco, um conjunto de pessoas era mais fácil para conseguir alguma coisa".[97]

[97] Entrevista com Andreotti, 18 nov. 1982.

Conclusão

A partir de diversas fontes, este artigo baseou-se na história de vida de Andreotti, como vista por seus próprios olhos e narrada em suas próprias palavras, para iluminar de forma crucial os fundamentos mal compreendidos da militância política e trabalhista da classe trabalhadora no Brasil de meados do século XX. Embora o momento da Guerra Fria receba mais atenção, esse episódio foi situado na trajetória mais ampla da vida profissional de Andreotti. Os militantes de esquerda, como Marco Aurélio Garcia nos lembrou em 2000, podem "aplicar a 'linha' do partido na sociedade" de muitas formas, o que inclui "um discurso, um panfleto, outros métodos de 'agitprop' ou ação armada violenta". Mas como eles o fazem é profundamente influenciado pelo fato de que são "pessoas específicas, homens e mulheres, portadores de valores éticos, convicções políticas e influências religiosas" derivados de sua história familiar, educacional e cultural. Ao traçar a gênese desse sentimento de poder pessoal que serviu de base à militância de Andreotti, este artigo sugere que a inserção de um indivíduo no mercado de trabalho pode ter um impacto igualmente profundo.[98]

O paradoxo central reside no fato de que Andreotti, a despeito da vitimização à qual foi sistematicamente sujeitado, não se sentia destituído de poder. Andreotti não se via como vítima, nem foi primariamente objeto de ação, repressiva ou não, por parte dos poderosos. Antes de mais nada, a classe, o sindicato e a identidade comunista de Andreotti acabaram por ser inseparáveis de um sentimento profundo de poder pessoal. Sua capacidade de prevalecer, em um sentido psicológico satisfatório, não estava intimamente ligada a sua ideologia marxista-leninista — embora sua importância não deva ser negada —, mas a seu lugar estrutural como trabalhador qualificado. E seu sentimento de poder pessoal, como é revelado, imbrica-se de formas surpreendentes e inesperadas com o processo de construção de um poder coletivo da classe trabalhadora. Como o artigo sugere, a filosofia notavelmente coerente sobre a organização de Andreotti deriva em grande medida dos aprendizados que tirou daquilo que

[98] GARCIA, 2000, p. 44.

denominei a dialética entre os trabalhadores qualificados e não qualificados no interior do proletariado industrial.

Ao longo de seis décadas de militância política, Andreotti passou algum tempo como revolucionário clandestino, ficou preso durante vários anos, teve votos suficientes em duas ocasiões para se tornar vereador de Santo André e foi eleito presidente do sindicato quatro vezes. Em 1960, ele supervisionou a criação de um novo sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo e Diadema, que se tornaria o coração das greves dos metalúrgicos que assolaram toda a região do ABC entre 1978 e 1980. Além de perder inúmeros empregos, Andreotti enfrentou abusos rotineiros da polícia, prisões e detenções; de fato, a última batida policial em sua casa foi em 1978, ano das primeiras greves em São Bernardo que chamaram a atenção nacional para o líder sindical de 33 anos chamado Lula. Um ano antes de minhas entrevistas com Andreotti, um agente do DOPS apresentou um relatório em 28 de novembro de 1980 sobre seu encontro com José Ferreira de Melo (Frei Chico), irmão mais velho de Lula e membro do PCB, durante um encontro da Oposição Sindical em São Caetano do Sul.[99]

Nas décadas de 1970 e 1980, disputas internas à esquerda necessariamente opuseram os (mais) velhos esquerdistas associados ao comunismo e os grupos que se juntaram ao Partido dos Trabalhadores fundado por Lula em 1980. Conquistada alguma distância, a maior parte dos estudos da história do trabalho no Brasil hoje enfatiza um grau substantivo de continuidade no que diz respeito aos tipos de regime e às filiações políticas durante essas décadas cruciais.[100] Uma promissora nova linha

---

[99] DOPS-AESP, Documento n. 50-B-270 1-109 pasta 1, 28 nov. 1980. Como aconteceu com muitos militantes de esquerda, Frei Chico foi detido e ferozmente torturado em 1975, após ter sido eleito vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (Lula foi eleito presidente na vizinha São Bernardo no mesmo ano). Para seu relato detalhado e comovente, ver: PARANÁ, D. *Lula, o filho do Brasil*. ed. rev. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1993. p. 177-189.

[100] Os debates já se avolumaram; entre outros, ver o ensaio de: SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 14, no. 41, 1999, p. 103-120. Para uma excelente revisão de um conjunto de

de pesquisa é sugerida pelo foco deste artigo no papel de liderança dos trabalhadores qualificados, o que inclui Lula, que foi treinado pela agência do SENAI criada pelos empregadores na década de 1940. Em 1974-1975, o sociólogo inglês John Humphrey estudou as fábricas da Ford no ABC e em São Paulo para a tese que concluiu um ano antes de São Bernardo tornar-se famosa. Conforme admitiu em seu excelente livro de 1982 sobre os metalúrgicos de São Bernardo: "O maior erro em minha análise [anterior de 1977] foi não perceber a importância dos trabalhadores qualificados" e supor que eles se distanciariam da luta.[101] E o sentimento de um ferramenteiro de São Bernardo, ao discutir as greves de 1978, ecoa diretamente as reflexões retrospectivas de seu companheiro mais velho Andreotti: "Lutamos pelos outros e até mesmo compreendemos por que eles demoravam a se juntar a nós".[102]

Meu breve exame da biografia de Andreotti também fornece provas dramáticas de que o sistema político brasileiro anterior a 1964 não cumpria com as definições mínimas de democracia, seja em termos de igualdade perante a lei, respeito pelas liberdades de associação e expressão ou em termos da aceitação da urna como único meio de determinação da vontade popular.[103] A eleição de um antigo metalúrgico como presidente do Brasil em 2002 fornece evidências dramáticas das profundas mudanças que ocorreram desde então.[104] Dois anos antes de

---

monografias recentes, ver: MCCREERY, D. Gift of the Devil, *Social History* 33, n. 1, 2006, p. 68-77.

[101] HUMPHREY, 1982, p. 119, 149.

[102] Ibid., p. 162.

[103] Sobre a ubiquidade da repressão e seu impacto sobre a consciência dos trabalhadores, ver: PROCLAMANDO direitos, metendo o pau, e lutando pelos direitos: a questão social como caso de polícia, 1920-1964. In: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. (Ed.). *Direitos e Justiças no Brasil:* ensaios de história social. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. p. 379-416. A importância mais ampla dessa criminalização da luta social é enfatizada em: FRENCH, J. D.; FORTES, A. Another World Is Possible: The Rise of the Brazilian Workers' Party and the Prospects for Lula's Government. *Labor:* Studies in Working Class History of the Americas 2, n. 3, 2005, p. 16.

[104] FORTES, A.; FRENCH, J. D. A 'Era Lula,' as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2012, p. 201-228. Ver meu livro no prelo intitulado *Lula's Politics of Cunning: From Trade Unionism to the Brazilian Presidency.*

minhas entrevistas com Andreotti, uma onda de greves dos metalúrgicos do ABC conduzida por Lula em 1980 foi sufocada com espancamentos pelos policiais nas ruas de São Bernardo, prisões de militantes e líderes sindicais (inclusive Lula) e a intervenção do governo nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC. Assim, não surpreende que o discurso de vitória de Lula invocasse diretamente o passado que compartilhava com Andreotti e tantos outros como ele:

> A grande virtude da democracia é que ela permite ao povo mudar de horizonte quando ele acha necessário. A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil. A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo realizado ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais. Muitos dos quais, infelizmente, não puderam ver a sociedade brasileira, e em especial as camadas oprimidas, colherem os frutos de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante. Estejam onde estiverem, os companheiros e as companheiras que a morte colheu antes desta hora, saibam que somos herdeiros e portadores do seu legado de dignidade humana, de integridade pessoal, de amor pelo Brasil, e de paixão pela justiça.[105]

Conquistada a distância suficiente, é chegada a hora de os historiadores levarem a sério o juízo de dois jovens sociólogos que aplicaram um questionário aos delegados de São Paulo e do Rio de Janeiro ao Segundo Congresso Nacional de Metalúrgicos, ocorrido em abril de 1959 em Itanhém (ao qual esteve presente Andreotti como o presidente do sindicato). O proletariado no coração industrial do Brasil, eles escreveram em 1962, estava emergindo como um grupo cuja "influência social, política e econômica [...] tem crescido rapidamente e cuja participação na

---

[105] SILVA, Luiz Inácio da. Compromisso com a mudança: pronunciamento do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em 28/10/2012, 2002, Fundação Perseu Abramo. Disponível em: http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2317. Acesso em: 20 jul. 2009.

tomada de decisões — ou seja, seu 'poder' — tende a aumentar". No interior desse panorama geral, eles julgaram que "a liderança do sindicato dos metalúrgicos representa, talvez mais do que qualquer outro grupo, as novas tendências" operantes no movimento trabalhista brasileiro anterior a 1964.[106]

Tradução Iracema Dulley
<idulley@yahoo.com.br>

[106] LOWY, M.; e CHUCID, S. Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* Belo Horizonte, n. 13, 1962, p. 133, 141.

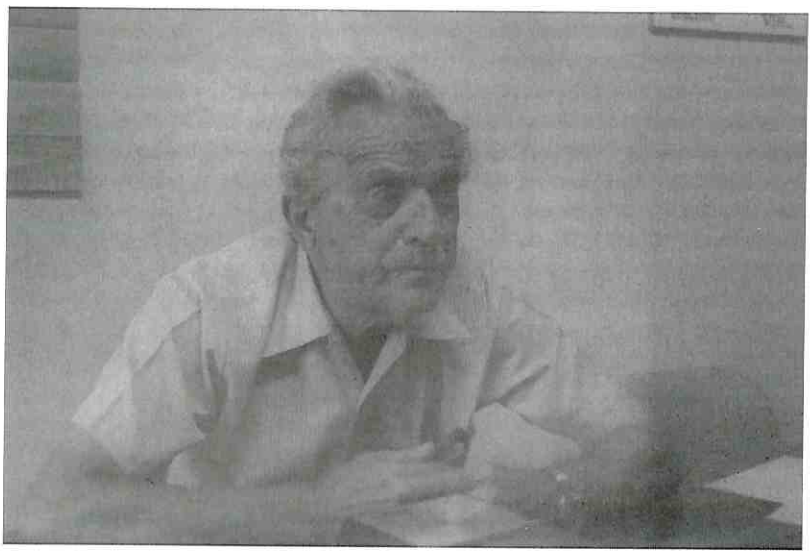
HOW THE NOT-SO-POWERLESS PREVAIL: INDUSTRIAL LABOR MARKET DEMAND AND THE CONTOURS OF MILITANCY IN MID-TWENTIETH-CENTURY SÃO PAULO, BRAZIL

ABSTRACT

Extensive interviews and confidential police and judicial records are used to explore the life of Marcos Andreotti (1910-1984), a life-long communist labor leader active in the industrial ABC region of greater São Paulo. The intensified persecution faced by Andreotti in the early Cold War years is placed within the trajectory of Andreotti's working life as a skilled electrician. The labor market demand for skilled workers, it is shown, provided the foundation for Andreotti's sustained militancy and decisively shaped his philosophy of shop floor organizing based on a dialectic between the skilled and the unskilled. New light is thus shed on the poorly-understood foundations of working-class political and labor militancy while highlighting unexpected continuities between the era of Andreotti, before 1964, and the world of the "New Unionism" in the late 1970s that began in ABC under the leadership of Brazil's ex-president Luis Inácio Lula da Silva.

KEYWORDS

Unionism. Communism. PCB. Lula. Metal Workers.



Marcos Andreotti [S.l., s.d.].
(Fundo Voz da Unidade, PCB, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, foto n. 00948, p. 32).

Cadernos AEL
90 ANOS DO PCB

ISSN 1413-6597

v. 18, n. 30 — Primeiro Semestre de 2011

Contents

EDITOR'S INTRODUCTION
Lucilene Reginaldo e *Silvia Rosana Modena Martini* 7

DOSSIER

"Enought to form farms, and then receive eviction": workers and communist experience the interior of São Paulo (1946-1954)
Vagner José Moreira 13

"Litle Moscows" in Brazil: the comumnist militancy militancy in the small town
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro 47

Memories of political prison under the Vargas regime
Júlia Monnerat Barbosa, Marcelo Badaró Mattos e *Marisa Mello* 79

Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista Seiva (1938-1943)
Carlos Zacarias de Sena Júnior 113

PICTURES 143

ARTICLES

The right to a father´s name: a historical perspective on state efforts to combat the sigma of illegitimate birth in Brazil
Sueann Caulfield 151

How the Not-So-Powerless Prevail: Industrial Labor Market Demand and the Contours of Militancy in Mid-Twentieth-Century São Paulo, Brazil
John D. French 205

Instruções para os autores

I - Informações gerais

O *Cadernos AEL* é uma publicação semestral do Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social/IFCH/UNICAMP e tem como objetivo a divulgação de artigos e fontes de pesquisa cujos temas componham seu acervo - preferencialmente trabalhos realizados a partir dele. A revista convida autores de instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e também recebe colaborações espontâneas.

O artigo deve ser inédito em publicações brasileiras e será avaliado pela Comissão Editorial que o encaminhará para pareceristas.

Os artigos aceitos para publicação poderão ser revisados em língua portuguesa. Somente no caso de colaboradores internacionais o texto será traduzido para o português.

O(A) autor(a) receberá cinco (5) exemplares da edição que consta seu artigo e o(a) resenhista dois (2). Os(As) autores(as) de artigos poderão solicitar remessa das edições subseqüentes dos *Cadernos AEL*.

Os originais não serão devolvidos.

II - Apresentação dos originais

O artigo deve ter no máximo 25 páginas (considere padrão Carta Letter, com 21,6 cm x 27 cm, 9 cm) nas medidas abaixo mencionadas e apresentar resumo de aproximadamente 150 palavras e 4 palavras-chave em português e inglês (*abstract* e *keywords*), além do título também em inglês. Deve ser gravado, preferencialmente, em programa *Word for Windows*, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, entrelinhas 1,5 e margens de 3 cm (superior e esquerda) e 2,5 cm (inferior e direita). O espaço de notas de rodapé conterá as referências, citações e notas explicativas (fonte *Times New Roman*, tamanho 9); fotografias e desenhos devem ser enviados no formato *.tif* com definição de 300 *dpi* ou no original para possibilitar boa reprodução e gráficos, quadros, tabelas e fluxogramas devem ser gravados separadamente. Enviar em CD acompanhado de uma cópia impressa.

A resenha deve ter três (03) páginas nas medidas acima indicadas. Incluir informação completa sobre a obra resenhada: autor, título, subtítulo, tradutor, local, editor, ano, ISBN e número total de páginas (consulte a ficha catalográfica na obra).

III - referências

Monografia:

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 5. ed. rev. aum. São Paulo: Ática, 1999. 294 p. (Série Temas, 3).

SOUZA, P. de. *Confidências da carne:* o público e o privado na enunciação da sexualidade. 1993. 161 f. Tese (Doutorado em Lingüística)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

Meio eletrônico:
NABUCO, Joaquim. A escravidão. Portal Domínio Público. Recife: FUNDAJ: Massangara, 1988. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=15713>. Acesso em: 27 abr. 2007. SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total em educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <http://www.propesqu.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>. Acesso em: 21 jan. 1997.
Artigo ou matéria de revista e boletim:
GROSSMAN, H. A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil (1889-1922): uma exposição sumária. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 5, n. 8/9, p. 69-86, 1998.
ANDRADE, A. Guerreiro da identidade. *Sui Generis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 66, ago. 1998.
Artigo ou matéria de jornal:
(*Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.*, Cf. NBR 6032:2002, p. 8.)
LEAL, L. N. MP fiscaliza com autonomia total. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.
NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.
Meio eletrônico (inclusive microforma):
ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. *Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth*: o AEL via Internet, Campinas, ago. 2005. Seção Publicações recebidas. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ael>. Acesso em: 30 ago. 2005.
AINDA outra vez: Frente Única. *Orientação Socialista*, São Paulo, n. 12, p. 1, 1947. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, MF 0647 ou MR 0198.)
Fontes primárias (arquivos, centros de documentação):
Fundo DOPS, Prontuário n. 1.581, [Comitê Antifascista], documento n. 1, Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.
LACERDA, F. El Frente popular antiimperialista en Brasil. CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 8., p. 2. (Coleção Internacional Comunista, IC/0001, filme 494, assunto 1, dossiê 298, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, São Paulo.)
Documento de arquivo extraído de Instrumento de Pesquisa (arquivístico):
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgard Leuenroth. *Acervo Octavio Brandão*: inventário, Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1986. p. 158: Carta de Laura Brandão [à minha mãe] dando notícias familiares e comentando o dia em que no Brasil os trabalhadores viverem como na URSS. Moscou, 3 jun. 1932. 4 p. (Fundo Octavio Brandão, LBc. 6, pasta 118.)
Meio eletrônico:
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Central do Sistemas de Arquivos da UNICAMP. Cesar Lattes: vida e obra. Disponível em: <http://www.unicamp.br/siarq/lattes/>. Acesso em 27 abr. 2007.
Depoimento ou entrevista:
PAZ, C. E. S. C. da. Carlos Eugênio Sarmento Coêlho da Paz: depoimento [19 jul. 2000]. Entrevistadora: Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 2000. Fita 2, lado A. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. (Coleção Militância Política e Luta Armada, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo.)

Depoimento de Leôncio Martins Rodrigues, 18 jul. 1995, p. 28. (Acervo Cemap, Centro de Documentação e Memória/UNESP, São Paulo.)

IV – CITAÇÕES EM DOCUMENTOS (somente depois que as obras já apareceram com referência completa; é necessário indicar a página).

a) Id. quando for mesmo autor em outra obra e aparecer logo abaixo. Exemplo:
   CALVINDES, 1959, p. 2.
   Id., 1962, p. 94.

b) Ibid. quando for mesmo autor, na mesma obra, em página diferente e aparecer logo abaixo. Exemplo:
   EMMANUEL, 1995, p. 176.
   Ibid., p. 190.

c) Op. cit., quando for obra citada anteriormente, intercalada por outro autor. Exemplo:
   GUETHER, 1995, p. 63.
   BRITO NETTO, 1999, p. 37-59.
   GUETHER, op. cit., p. 81.

d) Passim, quando indicar citação em diversas passagens da obra. Exemplo:
   RIBEIRO, 1997, passim.

e) Loc. cit., quando for da mesma página, da mesma obra citada imediatamente antes. Exemplo:
   PILSON; SANTOS, 1994, p. 23-49.
   PILSON; SANTOS, loc. cit.

f) Cf., quando o autor sugere consulta, confronto com uma determinada obra citada. Exemplo:
   Cf. GEROMMEL, 2001.

g) Et. seq., quando indica uma página e a seqüência dela; a que se segue. Exemplo:
   DUTRASSE, 1998, p. 49 et. seq.

h) Apud, indica que a passagem citada já foi utilizada por outro autor. Exemplo:
   BARBIERI, 1988 apud SEGANFRADO, 1976, p. 34-36.

Endereço para envio dos originais:

Cadernos AEL-Comissão Editorial
Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/UNICAMP
Universidade Estadual de Campinas
Rua Cláudio Abramo, 377
13083-856 CAMPINAS SP BRASIL
fone: 55 (19)3521-1622 fax: 55 (19)3521-7060

Ver este documento com mais exemplos e imprimir edições anteriores:
www.ifch.unicamp.br/ael

Comprar *Cadernos AEL*:
Livraria do IFCH, fone: 55 (19)3521-1604 fax: 55 (19)3289-3327
pub_ifch@unicamp.br